



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

Of. 477/2018 - GAB/DEFENAP

Macapá, 12 de setembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Cons. **RICARDO SOARES PEREIRA DE SOUZA**
Presidente do Tribunal de Contas do Estado/TCE/AP
Macapá-AP

Assunto: Relatório de Gestão (exercício 2017)

Senhor Conselheiro,

1. Com os nossos cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, solicitamos que desconsidere o Relatório de Gestão (**CD gravado**) que foi anexo no Of. nº 297/2018-DEFENAP enviado no dia 29/05/2018, e considere o novo relatório de Gestão de Contas (**CD gravado anexo**) do exercício de 2017 da Defensoria Pública do Estado do Amapá, conforme Orientação da DN nº 001/2018-TCE/AP, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 317/2018 de 27/02/2018.

2. Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Horácio Maurien Ferreira de Magalhães
Defensor Público Geral do estado do Amapá
Decreto 022/2015



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

MACAPÁ/2018



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentando à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 112, § 2º da Constituição do Estado do Amapá, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCE/AP nº 01/2017, da Decisão Normativa nº 01/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

MACAPÁ
SETEMBRO/2018



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	8
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	18
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	18
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	23
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	49
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	51
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	56
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CONHECIMENTO.....	58
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	60
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	61
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	64
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	64
CONCLUSÕES	90



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ASPLAN	Assessoria de Planejamento
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNR	Chefe de Núcleo Regional
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CGE	Controladoria Geral do Estado
DAF	Departamento Administrativo Financeiro
DEFENAP	Defensoria Pública do Estado do Amapá
DEOS	Departamento de Estudo e Orientação Social
DMTI	Departamento de Modernização de Tecnologia da Informação
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
EAP	Escola de Administração Pública
FABRAN	Faculdade Brasil Norte
GEA	Governo do Estado do Amapá
IAPEN	Instituto de Administração Penitenciária do Amapá
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
NAECA	Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente
NL	Nota de Liquidação
NP	Núcleo de Pessoal
PD	Programação de Desembolso
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PPA	Plano Plurianual
QDD	Quadro de Detalhamento de Despesa
RP	Restos a Pagar
SAMP	Superintendência da Administração do Ministério do Planejamento
SEAD	Secretaria de Administração do Estado do Amapá
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá
SIAC	Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Administrativa
SIPLAG	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TI	Tecnologia da Informação
TJAP	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
UCC	Unidade de Contratos e Convênios
UMP	Unidade de Material e Patrimônio
UJ	Unidade Jurisdicionada
VEP	Vara de Execução Penal



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	8
Quadro 2 - Informações sobre os titulares das áreas estratégicas e os respectivos cargos que ocupam	14
Quadro 3 - Funções Finalísticas e de Apoio	16
Quadro 4 – Emissão de Registros de Nascimento/Casamento e Óbito por Localidade.....	19
Quadro 5 – Procedimentos Administrativos/2017	20
Quadro 6 – Petições oriundas de outros Estados.....	20
Quadro 7 - Relação de solicitações de justificativas de pagamentos fora da ordem cronológica.	22
Quadro 8 - Demonstrativo da Execução Orçamentária de 2017	25
Quadro 9 - Demonstrativo da Execução Financeira de 2017.....	25
Quadro 10 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa, Ação, Fonte e Natureza de Despesa	27
Quadro 11 - Avaliação Financeira por Eixo e Programa por Trimestre	28
Quadro 12 - Avaliação dos Resultados dos Indicadores Associados ao Programa	28
Quadro 13 - Demonstrativo do Contingenciamento por Programa, Ação e Natureza de Despesa	30
Quadro 14– Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados, Programa 03.122.0015.2295 (Defesa do Cidadão).....	31
Quadro 15 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados, Programa 03.122.0015.2295 (Defesa do Cidadão).....	31
Quadro 16 – Ações da LOA no exercício de 2017.	32
Quadro 17 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 1º Trimestre/2017	33
Quadro 18 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 2º Trimestre/2017	35
Quadro 19 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 3º Trimestre/2017	37
Quadro 20 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 4º Trimestre/2017	39
Quadro 21 - Resumo da Avaliação Financeira por Ação	41
Quadro 22 - Resumo do Contingenciamento por Programa, Ação e Natureza de Despesa	42
Quadro 23 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados, Ação 2295.....	43
Quadro 24 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados, Ação 2295	43
Quadro 25 - Demonstrativo resumido da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência	44
Quadro 26 - Demonstrativo da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência por natureza de despesa.	44
Quadro 27 - Demonstrativo da programação de Pagamentos por Grupo de Despesas	45
Quadro 28 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa, Ação, Fonte e Natureza de Despesa	47
Quadro 29 - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira por Modalidade de Licitação e por Elemento de Despesa	48
Quadro 30 – Saldo de Restos a Pagar Processados e Não Processados até o dia 31/12/2016.	49
Quadro 31 - Detalhamento dos Custos do Convênio nº 840974/2016.....	49
Quadro 32 - Resumo do Convênio nº 840974/2016.....	50
Quadro 33 - Força de Trabalho	51
Quadro 34 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	53
Quadro 35 - Detalhamento do custo dos recursos humanos mensal	54
Quadro 36 - Relação dos Veículos Oficiais	57
Quadro 37 - Relação de Imóveis sob a responsabilidade da Defensoria Pública do Estado.....	57



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 38 - Relação de Imóveis Locados para funcionamento da Defensoria Pública do Estado	58
Quadro 39 - Relação de inexigibilidades no ano de 2017	61
Quadro 40 - Relação de Dispensas de Licitações no ano de 2017	62
Quadro 41 - Resumo Geral de Atendimentos das Ações Assistência Jurídica Gratuita e Políticas de Defesa Social	87



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Institucional	13
Figura 2 - Atendimentos do Departamento de Estudo e Orientação Social/DEOS	66
Figura 3 - Atendimentos do Projeto Balcão de Direitos	67
Figura 4 - Atendimentos SIAC Centro/Zona Norte/Zona Sul e Santana	67
Figura 5 - Atendimentos na Defensoria Pública Cível	68
Figura 6 - Atendimentos na Defensoria Pública Criminal	68
Figura 7 - Atendimentos na Defensoria Pública de Direitos Agrários	69
Figura 8 - Atendimentos na Defensoria Pública dos Direitos Difusos e das Minorias	70
Figura 9 - Atendimentos no NAECA	70
Figura 10 - Atendimentos no Projeto Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher	71
Figura 11 - Atendimentos na Defensoria Pública de Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa	72
Figura 12 - Atendimentos na Defensoria Pública dos Direitos da Saúde e Educação	73
Figura 13 - Atendimentos na Defensoria Pública de Conciliação e Arbitragem	73
Figura 14 - Detalhamento das Conciliações Frutíferas	74
Figura 15 - Atendimentos na Defensoria Pública de Execução Penal	74
Figura 16 - Detalhamento das Peças Judiciais SEDE/IAPEN/VEP/FÓRUM	75
Figura 17 - Atendimentos na Defensoria Pública de Família	75
Figura 18 - Atendimentos no Núcleo Regional do Amapá	76
Figura 19 - Atendimentos no Núcleo Regional de Calçoene	77
Figura 20 - Atendimentos no Núcleo Regional de Cutias do Araguari	77
Figura 21 - Atendimentos no Núcleo Regional de Ferreira Gomes	78
Figura 22 - Atendimentos no Núcleo Regional de Itaubal do Piririm	78
Figura 23 - Atendimentos no Núcleo Regional de Laranjal do Jarí	79
Figura 24 - Atendimentos no Núcleo Regional de Mazagão	79
Figura 25 - Atendimentos no Núcleo Regional de Oiapoque	80
Figura 26 - Atendimentos no Núcleo Regional de Pedra Branca do Amapari	80
Figura 27 - Atendimentos no Núcleo Regional de Porto Grande	81
Figura 28 - Atendimentos no Núcleo Regional Pracuúba	81
Figura 29 - Atendimentos no Núcleo Regional de Santana	82
Figura 30 - Atendimentos no Núcleo Regional de Serra do Navio	82
Figura 31 - Atendimentos no Núcleo Regional de Tartarugalzinho	83
Figura 32 - Atendimentos no Núcleo Regional de Vitória do Jarí	83
Figura 33 - Número de Atendimentos por Bairros	85
Figura 34 - Palestras Realizadas por Número de Alunos	85
Figura 35 - Atendimentos realizados pela Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital	86
Figura 36 - Resumo de Atendimentos por Defensorias Públicas e DEOS	87
Figura 37 - Resumo de Atendimentos por Núcleos Regionais	88
Figura 38 - Resumo Geral de Atendimentos	88



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

Este capítulo contempla os elementos identificadores da Unidade Jurisdicionada, com informações características, retratando suas razões de existência, sua estruturação, assim como, sua área de atuação.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Defensoria Pública do Estado do Amapá	
Denominação Abreviada: DEFENAP	
Código no SIPLAG: 320101	Código LOA: 32101
Situação Operacional: Ativa	
Natureza Jurídica: 123-6 – Estado ou Distrito Federal	
CNPJ: 00.394.577/0001-25	
CNPJ: 11.762.144/0001-00 – CNPJ Inativo	
Principal Atividade: 84.11-6-00 – Administração Pública em Geral A Unidade Jurisdicionada executa seu orçamento por intermédio da Secretaria Estadual de Planejamento/SEPLAN, que libera suas cotas orçamentárias mensais, para fins de notas de empenhos (NE), e a execução financeira (nota de liquidação/NL e programação de desembolso/PD) são realizadas após liberações financeiras pela Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ, que por sua vez é responsável pelos pagamentos através de ordens bancárias (OB).	
Endereço Postal: Rua Eliezer Levy, 1157 – Centro	
Telefone da Entidade: (96) 3131-2750	
e-mail: defenap@defenap.ap.gov.br	
Página na Internet: https://defenap.portal.ap.gov.br	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada: Decreto Governamental nº 0167 de 01/10/1991, organizada pela Lei Complementar nº 008 de 20/12/1994, Decreto de Regulamentação nº 5971 de 28/12/1994, Lei Complementar nº 0012 de 28/06/1996, Constituição do Estado do Amapá com texto atualizado até a Emenda nº 31 de 07/05/2003, Lei Complementar nº 041 de 18/07/2007, Lei nº 1288 de 02/01/2009, Lei nº 1356 de 14/07/2009, Lei Complementar nº 0086 de 25/06/2014 e por último a Lei Complementar nº 107 de 29/12/2017.	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Cartilha da Pessoa Idosa Dicas e Direitos: Guia da Pessoa Idosa, informações úteis para o seu dia a dia.	
Código e Nome da Unidade Gestora no Sistema SIPLAG	
SIPLAG: 320101 (Defensoria Pública do Estado do Amapá)	



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

1.1.2. Introdução.

O Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar à Sociedade e aos órgãos estaduais de controle, entre eles o Tribunal de Contas do Estado do Amapá/TCE e a Controladoria Geral do Estado/CGE, informações que possibilitem uma visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão no exercício de 2017 da Defensoria Pública do Estado do Amapá.

O presente Relatório de Gestão está estruturado de acordo com a Instrução Normativa do TCE/AP nº 01/2018, de 209/09/2017, da Decisão Normativa TCE/AP nº 01/2018, de 07/02/2018, e a Instrução Normativa CGE/AP nº 01/2018, de 08/03/2018, as informações contidas neste Relatório retratam o desempenho da Instituição, as principais ações desenvolvidas no ano de 2017 e execução administrativa da unidade jurisdicionada.

Em relação a sua estrutura organizacional, a Defensoria Pública do Estado está na fase de estudos para a elaboração da nova Lei da unidade, a fim de reorganizar estruturalmente a Instituição, e neste contexto, alguns itens constantes na DN nº 001/2018-TCE/AP para compor o Relatório de Gestão não apresentaram as informações solicitadas, mas, todas estarão devidamente justificadas.

A Defensoria Pública apresenta o relatório de acordo com as normas exigidas especificadas anteriormente, sendo composto por: parte introdutória, contendo a identificação da unidade jurisdicionada, sua finalidade e competências institucionais, a apresentação do seu organograma institucional, suas principais funções finalísticas e seus principais parceiros no ano de 2017.

A unidade jurisdicionada presta atendimento jurídico, judicial e extrajudicial na capital e em todos os municípios do Estado do Amapá, no ano de 2017 foram realizados 247.702 atendimentos, ultrapassando a meta estabelecida em 30,64% do que havia se estabelecido no PPA 2016-2019, em relação à manutenção da administração na DEFENAP a Instituição tentou manter durante o referido exercício, condições mínimas necessárias ao desenvolvimento das suas atividades tanto na sede, quanto nos Núcleos Regionais onde a Defensoria atua.

Com a crise que se estabeleceu no país nos últimos anos, não obstante o Estado do Amapá foram necessários cortes no orçamento, e a unidade jurisdicionada foi diretamente afetada, uma vez que conforme o Decreto nº 0221 de 26/01/2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6369 de 26/01/2017, contingenciou o orçamento em 50%, dificultando o desenvolvimento das ações da Instituição, mas não foram medidos esforços para se levar o atendimento aos cidadãos carentes, assim como, dar uma estrutura mínima necessária de trabalho aos nossos defensores, servidores e colaboradores.

Assim, o presente relatório a ser apresentado a esta Corte de Contas e a sociedade amapaense, apresentará suas áreas de atuação, os avanços, as ações executadas, a execução orçamentária, financeira, os resultados e metas alcançadas, de acordo com o PPA 2016-2019,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

assim como os relevantes serviços jurídicos prestados a sociedade amapaense no período compreendido em 01.01.2017 a 31.12.2017.

1.2 Finalidades e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá é uma Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, com expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, na forma integral e gratuita aos necessitados, assim considerados, na forma do inciso LXXIV, da Constituição Federal. Primeiramente a DEFENAP foi criada pelo Decreto Governamental nº 0167 de 01/10/1991, e posterior regulamentações, tendo como sede principal na cidade de Macapá estende seus serviços a todos os Municípios do Estado do Amapá. De acordo com a Lei Complementar nº 0086 de 25/06/2014, artigo 6º assegura-lhe a autonomia funcional, administrativa e a iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na LDO.

Os princípios institucionais da Defensoria Pública estão estabelecidos no artigo 2º, tais como: a unidade, a autonomia, a indivisibilidade e a independência funcional.

E, de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 0086, tem por objetivo a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democrático de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

As funções Institucionais da Defensoria Pública, de acordo com o artigo 4º, da Lei Complementar nº 0086, são:

I - prestar orientação jurídica, atendimento interdisciplinar e exercer a defesa dos necessitados em todos os graus;

II - promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

III - promover a difusão e conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV - prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

V - exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;

VI - representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

VII - promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;

VIII - exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor, na forma do inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal;

IX - impetrar “habeas corpus”, mandado de injunção, “habeas data” e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;

X - promover a mais ampla defesa dos direitos humanos e fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI - exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar, dos grupos submetidos a tratamento discriminatório e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

XII - acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;

XIII - patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

XIV - exercer a curadoria especial, no âmbito processual, nos casos previstos em lei;

XV - atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e nos destinados às crianças e adolescentes, visando assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais, devendo, para tanto, serem reservadas instalações adequadas ao atendimento jurídico, bem como fornecido apoio administrativo, pleno acesso às informações e documentos, assegurando-se o direito de entrevista com os Defensores Públicos;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

XVI - atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;

XVII - atuar nos Juizados Especiais;

XVIII - participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitada as atribuições de seus ramos;

XIX - executar e receber as verbas sucumbências decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores;

XX - convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais;

XXI - requisitar de qualquer autoridade pública e privada, e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;

XXII - formular e acompanhar propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa de matérias relativas à sua competência;

XXIII - prestar, após parecer técnico do Departamento de Estudo e Orientação Social da Defensoria Pública do Estado do Amapá, assistência jurídica e integral às associações e entidades civis sem fins lucrativos.

1.3 Apresentação do Organograma funcional.

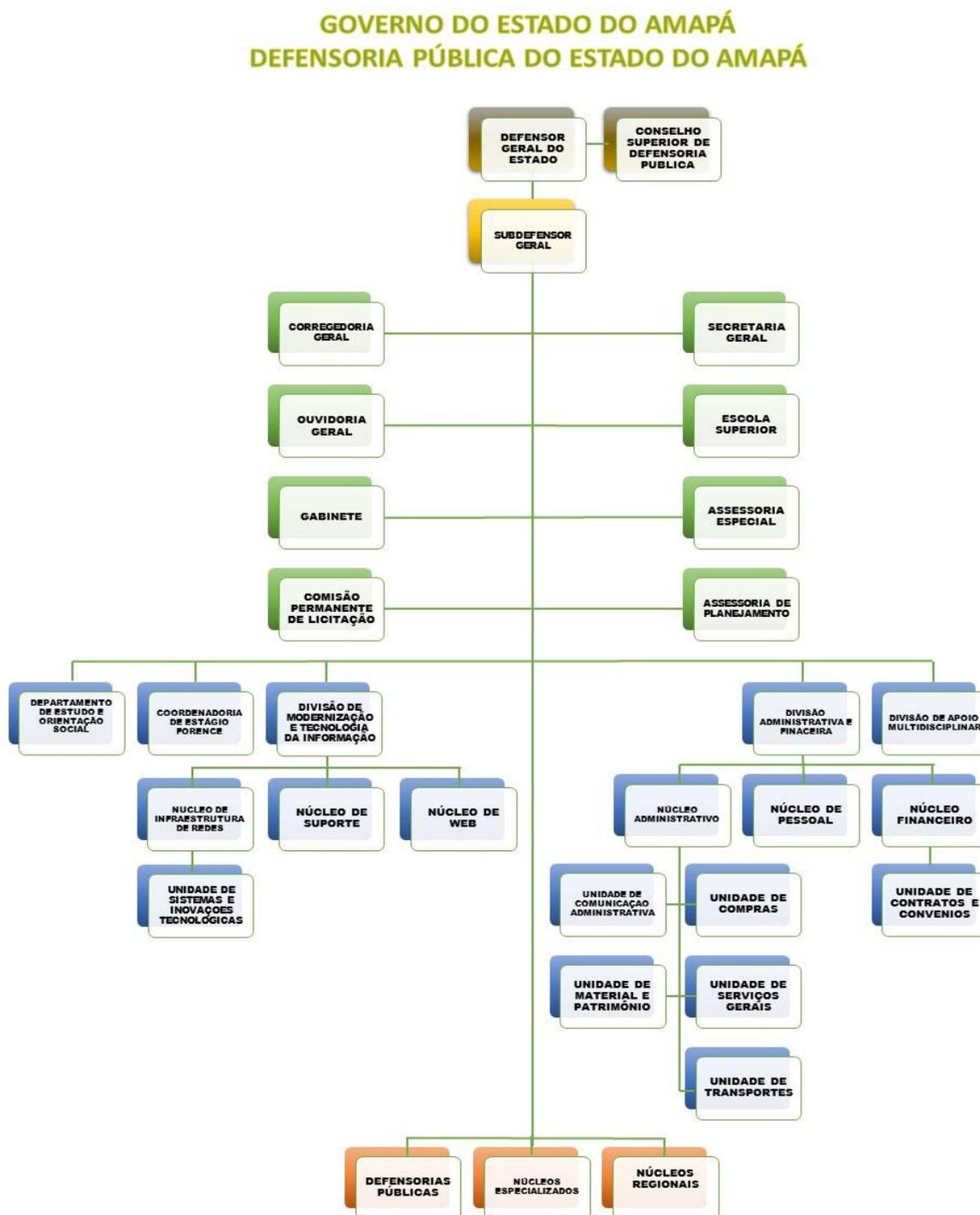
A apresentação do organograma está de acordo com a Lei Complementar nº 0086 de 14 de junho de 2017, Anexo II e Anexo III, e apresenta os seguintes órgãos, conforme figura 1.

- a) Órgãos da Administração Superior;
- b) Órgãos de Atuação;
- c) Órgãos de Execução; e
- d) Órgãos Auxiliares



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 1 - Organograma Institucional





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 2 - Informações sobre os titulares das áreas estratégicas e os respectivos cargos que ocupam

CARGO	NOME	DECRETO	NOMEAÇÃO	EXONERAÇÃO
Defensor Público-Geral do Estado	Horácio Maurien Ferreira de Magalhães	0022	01.01.2015	-
Subdefensor Público-Geral	Eduardo dos Santos Tavares	0023	01.01.2015	-
Corregedor-Geral	Jade Tavares Agra	0076	05.01.2015	-
Ouvidor	Nilvânia da Conceição Pereira Góes Borralho	4289	24.11.2016	-
Secretária-Geral	Aline Colares Moraes	0269	01.01.2015	-
Coordenador Técnico Escola Superior	Ozeas da Silva Nunes	2635	01.07.2017	-
Responsável Técnico Nível III – Gestão de Gabinete	Andrea Pamplona de Aguiar	0573	05.01.2015	-
Assessor	Enzo Biondi	3594	06.10.2016	07.03.2017
Assessor	Carolina Dias Braga	0726	07.03.2017	-
Assessor	Brenda Gabriella Miranda Silva	0794	29.02.2016	-
Assessor	José Vicente Rocha de Andrade Júnior	1817	13.04.2015	-
Presidente da CPL	Mônica Priscila Lima Pires	0451	05.01.2015	-
Chefe de Defensoria Pública/Saúde e Educação	Ronaldo Pinheiro Borges	1064	27.02.2015	-
Chefe de Defensoria Pública / Cível	Raphael Augusto Farias Monteiro	0084	05.01.2015	-
Chefe de Defensoria Pública / Criminal	Samara Barreto de Mattos	0085	05.01.2015	-
Chefe de Defensoria Pública / Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa	Lúcia Maria Lima Trindade	0854	18.02.2015	17.07.2017
Chefe de Defensoria Pública / Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa	Eraldo da Silva Trindade	2730	17.07.2017	-
Chefe de Defensoria Pública / Direitos Difusos e Minorias	Renata Pantoja Santos	0083	05.01.2015	-
Chefe de Defensoria Pública /Família	Carmem Verônica Gato de Melo	0853	18.02.2015	-
Chefe de Defensoria / Execução Penal	Lidiane Lima Frota	1065	27.02.2015	-
Chefe de Defensoria / Conciliação e Arbitragem	Diogo Brito Grunho	2511	18.07.2016	-
Chefe de Defensoria / Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital	Paulo José da Silva Ramos	4765	02.10.2015	-
Chefe de Defensoria / Direito	José Henrique Ribeiro da Silva	1984	17.04.2015	-



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Agrário				
Chefe de Núcleo Regional / Porto Grande	Lucivaldo Nascimento da Costa	0413	22.01.2015	-
Chefe de Núcleo Regional / Mazagão	Marcelo da Silva Leite	0412	22.01.2015	02.05.2017
Chefe de Núcleo Regional / Mazagão	Alba Nize Colares Caldas	1508	02.05.2017	-
Chefe de Núcleo Regional / Laranjal do Jarí	Gilberto da Silva de Carvalho	3453	05.07.2015	28.11.2017
Chefe de Núcleo Regional / Laranjal do Jarí	Rodrigo do Prado Lima Ferraz	4614	28.11.2017	
Chefe de Núcleo Regional / Santana	Cleoma Almeida de Matos	0851	13.02.2015	-
Chefe de Núcleo Regional / Itaubal	Ribanês Nascimento de Aguiar	1216	06.03.2015	-
Chefe de Núcleo Regional /Ferreira Gomes	Bruno d'Almeida Gomes dos Santos	1219	06.03.2015	01.05.2017
Chefe de Núcleo Regional /Ferreira Gomes	Arnaldo Santos Filho	1506	02.05.2017	-
Responsável Técnico Nível III - Gestão de Departamento de Estudo e Orientação Social	Ingrid Valéria Teixeira Soares	4380	31.12.2016	-
Responsável Técnico Nível II – Coordenador de Estágio	Willer Aguiar Pena	0957	11.04.2018	-
Chefe da Divisão de Modernização e Tecnologia da Informação	Eli Carlos de Oliveira Araújo	2308	30.04.2015	-
Chefe da Divisão Administrativa Financeira	Sandro Alex Souza dos Santos	0109	05.01.2015	10.02.2017
Chefe da Divisão Administrativa Financeira	Sílvia Maria Souza dos Santos	0579	10.02.2017	-

Fonte: NP/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

1.4 Principais Funções Finalísticas e de Apoio da organização.

As principais funções finalísticas e de apoio da organização da Defensoria Pública do Estado estão relacionados à sua atividade fim, onde visam cumprir com a missão institucional que é o atendimento ao cidadão carente, assim considerado na forma da Lei, prestando assistência jurídica, judicial e extrajudicial, assim como a manutenção da Administração. Os macroprocessos da Unidade Jurisdicionada estão ligados diretamente em três ações, assim distribuídas:

Quadro 3 - Funções Finalísticas e de Apoio

Descrição	Produto e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assistência Jurídica Gratuita	Prestar assistência jurídica gratuita aos cidadãos carentes, assim preconizados na forma da Lei, na capital, municípios e localidades do Estado; Orientar o usuário que vem até a Defensoria Pública em busca do atendimento jurídico, através do DEOS; Prestar e fornecer a assistência jurídica no Núcleo de Família, Cível, Criminal, Execução Penal, Infância e Juventude; Prestar assistência jurídica aos presos condenados nos processos que se encontram na fase executória; Promover a recuperação dos infratores de pequenos e médios delitos, proporcionando meios de ressocialização, através de aplicação de penas alternativas; Possibilitar ao condenado a assistência jurídica durante o cumprimento da pena com vistas a promover a sua ressocialização; Atender os cidadãos através da justiça itinerante; Oferecer gratuitamente à população orientações jurídicas através do Disk Cidadania; Através do Núcleo da Infância e juventude, prestar um atendimento especializado a essa criança e/ou adolescente; Atender de forma especial as demandas decorrentes das relações de consumo, dos direitos dos idosos, das mulheres vítimas de violência, dos portadores de necessidades especiais, homossexuais, índios, negros, meio ambiente e outros decorrentes dos direitos difusos e das minorias; Prestar atendimento as demandas passíveis de conciliação e arbitragem; Proporcionar atendimentos as demandas decorrentes das relações de direitos da educação e saúde; Serviços de orientação quanto ao fornecimento de documentação civil básica de forma a contribuir para a promoção da cidadania e a defesa dos direitos humanos; Prestar atendimentos as demandas decorrentes das relações agrárias; Proporcionar as mulheres vítimas de violência, acesso à justiça, fortalecendo a sua condição de cidadã; Defender e proteger o direito do idoso, sempre que estiverem com seus direitos violados e precisar de atendimento especializado, através de orientação e assistência jurídica, utilizando-se de medidas judiciais, individuais e coletivas, interpostas junto ao Poder Judiciário; Prestar atendimento a população através da Rede Superfácil; Promover judicial e extrajudicialmente a defesa dos interesses do cidadão carente nas diversas áreas do direito, contribuindo para a pacificação social; Orientar e promover a conscientização sobre os direitos humanos em todos os níveis sociais, possibilitando à conciliação entre as pessoas.	Pessoas/Cidadãos Atendidos	Projeto Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher, Projeto Balcão de Direitos, Projeto Disk Cidadania, Núcleos Regionais de: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal do Piririm, Laranjal do Jarí, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jarí, Defensorias Públicas: Saúde e Educação, Cível, Criminal, Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa, Direitos Difusos e das Minorias, Família, Execução Penal, Conciliação e Arbitragem, Assistência Jurídica Gratuita aos Bairros Periféricos da Capital, Direito Agrário, SIAC: Centro, Santana, Zona Norte, Zona Sul e NAECA.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Manutenção da Administração da DEFENAP	Proporcionar as Unidades Administrativas da Instituição condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades; Disponibilizar recursos orçamentários e financeiros a fim de atender as necessidades da Defensoria Pública; Estruturar através de reaparelhamento o Núcleo de Informática, com equipamentos modernos com o intuito de viabilizar programas de videoconferências e reestruturação da rede; Fortalecer os Núcleos Regionais e a Sede Central com aquisições de material permanentes e materiais de consumo e expediente, para um bom funcionamento; Disponibilização de recursos com vistas a oferecer cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras aos serventuários da Defensoria, com o objetivo de aperfeiçoar e qualificar o corpo técnico-jurídico e administrativo, aprimorando o desenvolvimento das atividades prestadas a comunidade do Estado; Otimizar a Assistência Jurídica oferecida ao cidadão carente, a fim de operacionalizar as metas inerentes a descentralização jurídica; Garantir diárias e despesas com locomoções para os servidores desta DEFENAP; Garantir serviços de terceiro tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica; Locação de Imóveis para alguns Núcleos Regionais; Locação de mão de obra para serviços de limpeza; Recursos para a reforma do Prédio Central da Defensoria Pública, assim como os Núcleos Regionais.	Unidades Administrativas Mantidas	ASPLAN, CPL, DMTI, DAF.
Políticas de Defesa Social	Desenvolver políticas de Defesa Social através de palestras como forma de prevenção e informação a cerca de seus direitos e legislação vigente para o cidadão nas áreas saúde e educação, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras; Envolver as Secretarias pertencentes ao Eixo do Desenvolvimento Social para a participação nas palestras; Proporcionar as mulheres palestras a cerca de seus direitos e fortalecer a sua condição de cidadã; Promover palestras para crianças e adolescentes com parcerias entre as escolas, associações e outros; Orientar e promover palestra referente á Saúde e Educação; Orientar e promover palestras aos idosos.	Número de Participantes nas Palestras/Pessoas Orientadas	Defensorias Públicas

Fonte: ASPLAN/DEFENAP

1.5 Principais Parceiros.

A Defensoria Pública no intuito de desenvolver suas funções organizacionais, conta com diversos parceiros, no âmbito da Administração Pública Estadual, a exemplo do Super Fácil/SIAC, Secretaria Estadual de Educação, Fundação da Criança e do Adolescente.

Outro parceiro externo de grande importância é o Poder Judiciário, o qual tem uma relação intrínseca com a Defensoria, uma vez que cerca de 90% das demandas das varas judiciais são patrocinadas pela Defensoria Pública. Ademais, a Defensoria é parceira permanente do Poder Judiciário, sobretudo no Projeto Justiça Itinerante, no qual, materializa o acesso dos cidadãos no poder judiciário, principalmente nos casos em que exigem a capacidade postulatória dos defensores públicos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Também durante o exercício de 2017, tivemos como parceiros: a Escola de Administração Pública/EAP, a Polícia Militar do Estado, através do Batalhão de Operações Especiais/BOPE, Escolas Privadas (Centro de Ensino Podium, Colégio Santa Bortolomeia Capitão, Colégio Equipe, Faculdade Fama, Faculdade FABRAM), Faculdade Estácio FAMAP, SEBRAE, Centros Comunitários, Entidades Religiosas, Escolas Públicas Estaduais.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

Este capítulo trata de como a unidade jurisdicionada executou o planejamento estratégico, plano de metas e ações. Sabe-se que o planejamento é essencial para alcançar resultados, pois determinará onde o órgão irá chegar e como fará para executar suas metas e ações, através do plano estratégico se terá a previsão do futuro da organização, assim como, a estrutura nos fatores ambientais externos e internos, definindo os valores, visões e missão da Instituição.

Por uma ausência de política de planejamento, por parte do órgão central de planejamento do Estado e até por iniciativa própria, a Defensoria Pública ainda não possui um planejamento estratégico, com metas e ações, embora ser de grande relevância para a Instituição. E por este motivo não obtemos respostas para os demais subitens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 da parte A do anexo II da Decisão Normativa 001/2018-TCE.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Esta seção é para demonstrar como a unidade jurisdicionada está composta e do seu autocontrole de gestão. Sabemos da importância da estrutura de governança e de autocontrole de gestão ser fundamental para possibilitar o apoio ao gestor da Instituição, assim como o desenvolvimento de mecanismos de articulação, comunicação e cooperação. A unidade jurisdicionada ainda não possui este autocontrole, E por este motivo não obtemos respostas para os demais subitens 3.1 e 3.2 da parte A do anexo II da Decisão Normativa 001/2018-TCE.

3.1. Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada.

A Defensoria Pública não possui uma estrutura orgânica de controle.

3.2. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes elementos:

- a) Ambiente de controle
- b) Avaliação de risco
- c) Atividades de controle
- d) Informação e Comunicação

A Defensoria Pública não possui ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle, informações de comunicação e monitoramento.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

3.3. Informações sobre a remuneração paga aos administradores.

A Unidade Jurisdicionada tem personalidade jurídica de direito público, pertencente ao quadro da Administração Direta do Governo do Estado do Amapá, não possuindo desta forma, remunerações pagas aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal. Por sua vez, a Unidade Jurisdicionada, não se enquadra nos requisitos da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976.

3.4. Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade.

A Unidade Jurisdicionada tem como órgão correcional a Corregedoria, cuja função é o controle e a fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição, além de realizar correições e inserções funcionais, entre outras.

A Corregedoria vem aprimorando e atuando nas atividades judiciais e extrajudiciais, com um atendimento que visa orientar e promover a prevenção de irregularidades ou bem como na apuração de eventual infração disciplinar.

Atualmente, a Corregedoria Geral é composta pela Corregedora e 03 (três) servidores.

DA CORREGEDORIA - SERVIDORES	
CORREGEDORA	JADE TAVARES AGRA
CHEFA DE GABINETE	IRENE ROSA DE SOUZA BEZERRA FERREIRA
SECRETÁRIA	MÁRCIA DA GRAÇA CORDEIRO MELO DOS SANTOS

Com o objetivo de garantir o direito à cidadania, nossos serviços de solicitações através de ofício de 2ª VIAS de Registros de NASCIMENTO/ CASAMENTO e ÓBITO, que foram deferidas pelos cartórios de origem totalizando 21 (vinte e um) registros, assim distribuídos conforme Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Emissão de Registros de Nascimento/Casamento e Óbito por Localidade

Localidade	Mês	Quantidade de Registros Distribuídos
Breves/PA	Janeiro/Maio/Dezembro	3
Oiapoque/AP	Março	1
Santana/AP	Abril	1
Canudos/BA	Abril	1
Macapá/AP	Junho/Julho/Agosto/Setembro/ Outubro/Novembro	10
Localidade de Bailique/AP	Setembro/Novembro	2
Caxias/MA	Setembro	1
Aurora/PA	Outubro	1
Afuá/PA	Outubro	1

Fonte: Corregedoria/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

No ano de 2017 foram realizadas 03 (três) correições, sendo os processos apurados e encerrados, através do relatório final da Corregedora, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Procedimentos Administrativos/2017

OFICIO Nº 453- GABINETE GOVERNADOR	Nº 2.00000.61/2017	DATA 10/04/17	OFICIO Nº 453- GABINETE GOVERNADOR
TERMO DE DECLARAÇÃO	Nº 2.00000187/2017	DATA 05/10/2017	TERMO DE DECLARAÇÃO (Cobrança de honorários advocatícios)
OFICIO Nº 234- COMARCA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI	Nº 2.00000.211/2017	DATA 03/11/2017	OFICIO Nº 234- COMARCA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI (Decorreu prazo para apresentar alegações finais no processo nº 0000299- 98.2014.8.030010)

Fonte: Corregedoria/DEFENAP

Em conjunto com o Conselho Nacional de Defensores Público-Gerais (CONDEGE), esta Corregedoria viabilizou protocolos das petições oriundas das Defensorias de outros Estados, conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Petições oriundas de outros Estados

Quantidade de Assistidos	Tipo de Ação	Estado
48 ASSISTIDOS	Ação Anulatória de Auto de Infração de Trânsito c/c Indenização por Danos Materiais	BELÈM/PA
	Manifestação – Execução Alimentos	BELÈM/PA
	Manifestação- Execução Penal	BELÈM/PA
	Ação de Guarda c/ Pedido Liminar	FLORIANOPOLIS/SC
	Expedição de Alvará Soltura	ANANIDEUA/PA
	Execução de Pré-Executividade	BELÈM/PA
	Relaxamento de Prisão	SÃO LUIS/MA
	Manifestação - 3º Vara de Família	BELÈM/PA
	Exoneração de Alimentos com Pedido de Liminar	BELÈM/PA
	Justificativas	BELÈM/PA IMPERATRIZ/MA
	Manifestações	ALFENAS/MG ALTAMIRA BELÈM/PA CEILÂNDIA/DF FORTALEZA/CE MANAUS/AM SÃO LUIS/MA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

		SÃO PAULO/SP
	Manifestação/Divorcio litigioso	BELÈM/PA
	Manifestação de Revisional de Alimentos	MANAUS/AM
	Resposta de Acusação	BELÈM/PA
	Guarda c/c Pedido Provisória Regulamentação	COELHO NETO/MA
	Contestações	AFUÁ/PA ANANIDEUA/PA BELÉM/PA DOURADOS/MS MARANHÃO/MA SANTA CATARIANA/SC SÃO PAULO/SP
	Ação de Alimentos	BELÈM/PA
	Revisional de Alimentos com Pedido de Liminar	BELÈM/PA
	Indenização por Dano Material	BELÈM/PA
	Transferência de Execução Penal	SÃO LUIZ/MA
	Justificar ausência em audiência	BELÈM/PA
	Exoneração de Alimentos com Pedido Liminar	BELÈM/PA
	Remessa do PEC	SANTAREM/PA
	Ação de Modificação de Guarda c/ Pedido de Antecipação de Tutela	MANAUS/AM
	Justificação	BELEM/PA
	Reconhecimento de União Estável	RONDONIA/RO

Fonte: Corregedoria/DEFENAP

3.5. Informações quanto ao cumprimento da Instrução Normativa nº 01/2016, da Controladoria-Geral do Estado – CGE, referente à ordem cronológica de pagamentos e justificativas sobre eventuais antecipações.

No ano de 2017, a Defensoria Pública, solicitou junto a Secretaria Estadual da Fazenda/SEFAZ, os pagamentos das empresas relacionadas conforme o quadro 7. Elaboraram-se as justificativas para tais pagamentos e as mesmas foram publicadas no Diário Oficial do Estado, contudo os pagamentos obedeceram à ordem cronológica sem a necessidade das justificativas.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 7 - Relação de solicitações de justificativas de pagamentos fora da ordem cronológica

Item	Empresa	CNPJ	Justificativa	D.O.E	Data da Publicação
01	J. M. VIAGENS E TURISMO - ME	12.833.061/0001-19	<ul style="list-style-type: none">- Evitar Sansões Legais para a Administração pela retenção dos referidos pagamentos.- Conforme Contrato nº 005/2017-DEFENAP, Cláusula Nona – Do Valor Contratual e das Condições de Pagamento;- Os serviços foram prestados no ano de 2017, meses de Setembro e Outubro, através na Nota Fiscal nº 695, com a devida certificação e certidões atualizadas, a qual ficou prejudicada pelo não recebimento das mesmas;- Os serviços foram prestados de maneira contínua, sem nenhuma paralisação por parte da Empresa, mesmo estando com o pagamento atrasado, honrando com seus compromissos integralmente perante esta Instituição.	DOE Nº 6568	23/11/2017
02	N. B. ROSA DE SOUSA - ME	10.233.937/0001-60	<ul style="list-style-type: none">- A empresa é responsável pelo fornecimento de equipamento de informática para esta Instituição e suas seccionais.- A necessidade de se manter esta DEFENAP, bem como seus Núcleos informatizados, com o objetivo de atender com mais qualidade e celeridade a população mais carente que procuram nossos serviços, dando mais celeridade também no andamento dos processos que tramitam nessa Defensoria.- É imperativa a necessidade de resguardar o direito e a boa-fé dos eventuais credores, que não podem ser penalizados por atos ou omissões de que não foram responsáveis.	DOE Nº 6576	06/12/2017

Fonte: Núcleo de Finanças/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

3.6. Informações quanto à publicação em sítio eletrônico oficial da ordem cronológica de pagamentos.

Os pagamentos da Defensoria Pública do Estado estão disponibilizados no Portal da Transparência do Governo do Estado do Amapá.

3.7. Informações sobre indicadores de transparência.

A Defensoria Pública do Estado utiliza como indicadores o número de atendimentos jurídicos (cidadãos atendidos), conforme estabelecido no PPA 2016/2019. Diante disso, mensalmente cada Chefe de Defensoria Pública, Núcleo Regional, assim como os outros projetos, entregam mensalmente o relatório de atendimentos a esta Assessoria de Planejamento para computação do número geral de atendimentos realizados no ano, gerando assim relatórios trimestrais e o anual que é encaminhado para a Secretaria Estadual de Planejamento, para monitoramento e avaliação das ações e metas estabelecidas no PPA.

Há de se frisar, que os indicadores de transparência entre outros indicadores de gestão, estão sendo construídos junto a Secretaria Estadual de Planejamento através do Sistema SIPLAG.

3.8. Informações sobre a implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.

O Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, na Unidade de Material e Patrimônio, já está implantado e sendo executado em 100% na Instituição.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Defensoria Pública do Estado do Amapá, ainda está na busca de sua autonomia orçamentária e financeira, apesar de já está determinado pela Constituição Federal e sua Lei Complementar nº 0086, de 25 de junho de 2014, onde prevê esta independência, atualmente a unidade jurisdicionada está vinculada a Secretaria de Estado e Planejamento/SEPLAN, na questão de orçamento e na Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ na questão financeira.

4.1. Relação dos Programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

a) Identificação do Programa;

Defesa do Cidadão

b) Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa;

De acordo com a LOA e o Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD 2017, foi disponibilizado para a Defensoria Pública do Estado o valor da dotação inicial orçamentária de R\$ 2.780.070,00 (dois milhões setecentos e oitenta mil e setenta reais); a dotação atualizada foi de R\$ 1.214.992,00 (um milhão duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e dois reais).



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

No exercício de 2017, em relação ao valor disponibilizado, as despesas empenhadas totalizaram um valor de R\$ 1.048.839,62 (um milhão quarenta e oito mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos), em relação suas despesas liquidadas (despesas pagas) no ano de 2017, totalizou-se o valor de R\$ 917.793,81 (novecentos e dezessete mil setecentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos). Com relação à despesa liquidada a pagar o valor foi de R\$ 89.144,41 (oitenta e nove mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

Por conseguinte, verifica-se que no ano de 2017 a unidade jurisdicionada ficou com um crédito disponível de R\$ 166.152,38 (cento e sessenta e seis mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos).

Destacamos que a finalidade do programa é atender o cidadão, mas para isso ocorrer é necessário um investimento/custo para manter as unidades em funcionamento, por este motivo, grande parte das despesas são empenhadas no custeio, onde destacamos: Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica com o total empenhado no ano de R\$ 301.522,61 (trezentos e um mil quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e um centavos), seguido de Locação de Mão de Obra (empresa terceirizada para a prestação de serviços de limpeza e conservação) cujo valor foi de R\$ 261.655,58 (duzentos e sessenta e um mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) e aquisição de material de consumo que totalizou o valor de R\$ 185.639,05 (cento e oitenta e cinco mil seiscentos e trinta e nove reais e cinco centavos).

Com relação à execução do crédito orçamentário de capital tivemos o valor empenhado de R\$ 127.171,52 (cento e vinte e sete mil cento e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos), sendo que foram adquiridos notebooks, scanners, impressoras e monitor de senha, que foram distribuídos tanto para a Defensoria Pública na Sede, como em seus Núcleos Regionais. Sabemos que não foi suficiente, mas com o orçamento reduzido foi feito o possível para manter as unidades em funcionamento.

Assim sendo, segue a demonstração orçamentária e financeira, mês a mês, nos Quadro 8 e 9, abaixo, assim como, o acompanhamento da execução orçamentária e financeira por programa, fonte, ação e natureza de despesa do ano de 2017, no quadro 10 e a avaliação financeira por eixo e programa por trimestre no quadro 11.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ**

Quadro 8 - Demonstrativo da Execução Orçamentária de 2017

Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Ação / Natureza	Fonte	Convênio	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas													Crédito disponível (Saldo)	
					2 - Fevereiro	3 - Março	4 - Abril	5 - Maio	6 - Junho	7 - Julho	8 - Agosto	9 - Setembro	10 - Outubro	11 - Novembro	12 - Dezembro	13 - Encerramento	Total		
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO			2.780.070,00	1.214.992,00	288.696,45	68.436,08	77.011,50	67.753,67	30.111,92	48.362,40	230.033,97	112.012,30	81.269,01	81.288,32	-36.136,00	0,00	1.048.839,62	166.152,38	
32101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO			2.780.070,00	1.214.992,00	288.696,45	68.436,08	77.011,50	67.753,67	30.111,92	48.362,40	230.033,97	112.012,30	81.269,01	81.288,32	-36.136,00	0,00	1.048.839,62	166.152,38	
2292			230.000,00	3.413,00	138,00	648,72	0,00	87,60	375,12	589,92	87,60	492,72	305,04	402,96	232,80	0,00	3.360,48	52,52	
339014	101	000000	200.000,00	3.413,00	138,00	648,72	0,00	87,60	375,12	589,92	87,60	492,72	305,04	402,96	232,80	0,00	3.360,48	52,52	
339033	101	000000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2295			2.320.070,00	1.205.077,00	287.939,25	66.600,56	77.011,50	66.530,87	29.685,20	47.772,48	228.759,57	109.651,66	81.645,09	79.750,16	-36.368,80	0,00	1.038.977,54	166.099,46	
339014	101	000000	130.000,00	22.712,00	2.381,50	1.633,04	7.482,00	1.778,88	1.705,20	296,48	0,00	2.540,66	624,26	3.676,80	592,96	0,00	22.711,78	0,22	
	107	000000	15.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
339030	101	000000	330.000,00	185.640,00	0,00	15.980,00	7.925,00	7.995,00	0,00	19.000,00	49.413,05	38.171,00	22.000,00	30.000,00	-4.845,00	0,00	185.639,05	0,95	
339033	101	000000	130.000,00	53.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.980,00	0,00	23.000,00	25.000,00	33.391,83	25.635,80	-61.741,66	0,00	53.265,97	0,03	
	107	000000	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
339036	101	000000	30.000,00	16.200,00	8.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.400,00	3.000,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	
339037	101	000000	620.000,00	261.656,00	261.655,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	261.655,68	0,32	
339039	101	000000	444.000,00	301.523,00	15.102,17	17.800,00	61.604,50	56.756,99	20.000,00	27.960,00	37.000,00	43.940,00	13.000,00	17.435,00	-9.076,05	0,00	301.522,61	0,39	
339047	101	000000	1.970,00	409,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404,00	2,56	2,28	0,00	408,84	0,16	
339092	101	000000	14.000,00	31.800,00	0,00	31.187,52	0,00	0,00	0,00	516,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.703,52	96,48	
449052	101	000000	550.000,00	139.172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.346,52	0,00	7.825,00	0,00	0,00	0,00	127.171,52	79,26	
		170006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.921,22	
	103	000000	0,00	192.699,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,42
		170006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.698,57	0,00	38.698,57	154.000,01
107	000000	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2297			230.000,00	6.502,00	619,20	1.186,80	0,00	1.135,20	51,60	0,00	1.186,80	1.867,92	-681,12	1.135,20	0,00	0,00	6.501,60	0,40	
339014	101	000000	200.000,00	6.502,00	619,20	1.186,80	0,00	1.135,20	51,60	0,00	1.186,80	1.867,92	-681,12	1.135,20	0,00	0,00	6.501,60	0,40	
339033	101	000000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total			2.780.070,00	1.214.992,00	288.696,45	68.436,08	77.011,50	67.753,67	30.111,92	48.362,40	230.033,97	112.012,30	81.269,01	81.288,32	-36.136,00	0,00	1.048.839,62	166.152,38	

Quadro 9 - Demonstrativo da Execução Financeira de 2017



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Ação	Natureza	Fonte	Convênio	Despesas Pagas	Despesas do Exercício Pagas											
					3 - Março	4 - Abril	5 - Maio	6 - Junho	7 - Julho	8 - Agosto	9 - Setembro	10 - Outubro	11 - Novembro	12 - Dezembro	Total	
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO				917.793,81	75146,29	53299,92	114160,82	64416,58	47377,63	103201,60	37355,60	66383,48	221362,24	45945,24	828649,40	
32101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO				917.793,81	75146,29	53299,92	114160,82	64416,58	47377,63	103201,60	37355,60	66383,48	221362,24	45945,24	828649,40	
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	339014 - Diárias - Civil	101	000000	3360,48	786,72	0,00	87,60	280,32	354,72	417,60	251,52	389,52	402,96	389,52	3360,48	
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP	339014 - Diárias - Civil	101	000000	22711,78	4014,54	7482,00	1778,88	1705,20	0,00	296,48	1247,84	1292,82	4085,06	808,96	22711,78	
	339030 - Material de Consumo	101	000000	141639,05	7990,00	7990,00	7925,00	7995,00	0,00	18964,50	0,00	23962,45	62013,60	0,00	136840,55	
	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	101	000000	19179,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7285,14	0,00	0,00	6685,99	0,00	13971,13	
	339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	101	000000	16200,00	0,00	0,00	4400,00	0,00	0,00	2200,00	0,00	0,00	2200,00	0,00	8800,00	
	339037 - Locação de Mão- de-obra	101	000000	261655,68	43609,28	21804,64	21804,64	21804,64	21804,64	21804,64	21804,64	21804,64	21804,64	43609,28	261655,68	
	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	101	000000	287262,07	11142,17	10960,00	77029,50	13355,44	25218,27	49428,17	14000,00	17394,85	33554,23	0,00	252082,63	
	339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	101	000000	408,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404,00	2,56	2,28	408,84
	339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	101	000000	31703,51	5797,58	5063,28	0,00	19224,38	0,00	1618,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31703,51
	449052 - Equipamentos e Material Permanente	101	000000	127171,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90613,20	0,00	90613,20
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	339014 - Diárias - Civil	101	000000	6501,60	1806,00	0,00	1135,20	51,60	0,00	1186,80	51,60	1135,20	0,00	1135,20	6501,60	
Total				843532,73	75146,29	53299,92	114160,82	64416,58	47377,63	103201,60	37355,60	66383,48	221362,24	45945,24	828649,40	

Fonte: SIPLAG



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 10 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa, Ação, Fonte e Natureza de Despesa

Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Ação	Natureza	Fonte	Convênio	2017										
				Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Créditos Concedidos	Créditos Recebidos	Crédito disponível	Crédito Disponível Bloqueado	Despesas Empenhadas	Despesas Empenhadas a Liquidar	Despesas Liquidadas	Despesas Liquidadas a Pagar	Despesas do Exercício Pagas
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO				2.780.070	1.214.992	0,00	0,00	166.152,38	0,00	1.048.839,62	131.045,81	917.793,81	89.144,41	828.649,40
32101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO				2.780.070	1.214.992	0,00	0,00	166.152,38	0,00	1.048.839,62	131.045,81	917.793,81	89.144,41	828.649,40
2292	339014	101	000000	200.000	3.413	0,00	0,00	52,52	0,00	3.360,48	0,00	3.360,48	0,00	3.360,48
	339033	101	000000	30.000	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2295	339014	101	000000	130.000	22.712	0,00	0,00	0,22	0,00	22.711,78	0,00	22.711,78	0,00	22.711,78
		107	000000	15.100	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	339030	101	000000	330.000	185.640	0,00	0,00	0,95	0,00	185.639,05	44.000,00	141.639,05	4.798,50	136.840,55
	339033	101	000000	130.000	53.266	0,00	0,00	0,03	0,00	53.265,97	34.086,69	19.179,28	5.208,15	13.971,13
		107	000000	20.000	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	339036	101	000000	30.000	16.200	0,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	16.200,00	7.400,00	8.800,00
	339037	101	000000	620.000	261.656	0,00	0,00	0,32	0,00	261.655,68	0,00	261.655,68	0,00	261.655,68
	339039	101	000000	444.000	301.523	0,00	0,00	0,39	0,00	301.522,61	14.260,54	287.262,07	35.179,44	252.082,63
	339047	101	000000	1.970	409	0,00	0,00	0,16	0,00	408,84	0,00	408,84	0,00	408,84
	339092	101	000000	14.000	31.800	0,00	0,00	96,48	0,00	31.703,52	0,01	31.703,51	0,00	31.703,51
	449052	101	000000	550.000	139.172	0,00	0,00	79,26	0,00	127.171,52	0,00	127.171,52	36.558,32	90.613,20
			170006	0	0	0,00	0,00	11.921,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103		000000	0	192.699	0,00	0,00	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		170006	0	0	0,00	0,00	154.000,01	0,00	38.698,57	38.698,57	0,00	0,00	0,00	
2297	339014	101	000000	200.000	6.502	0,00	0,00	0,40	0,00	6.501,60	0,00	6.501,60	0,00	6.501,60
	339033	101	000000	30.000	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total				2.780.070	1.214.992	0,00	0,00	166.152,38	0,00	1.048.839,62	131.045,81	917.793,81	89.144,41	828.649,40

Fonte: SIPLAG



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 11 - Avaliação Financeira por Eixo e Programa por Trimestre

Eixo Programa / Programa	Até o Mês 12		Executado (Despesas Liquidadas)				
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	1o Trimestre	2o Trimestre	3o Trimestre	4o Trimestre	Total Ano
Total	2.780.070,00	1.214.992,00	75.146,29	231.972,12	286.656,27	324.019,13	917.793,81
2 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.780.070,00	1.214.992,00	75.146,29	231.972,12	286.656,27	324.019,13	917.793,81
0015 - DEFESA DO CIDADÃO	2.780.070,00	1.214.992,00	75.146,29	231.972,12	286.656,27	324.019,13	917.793,81

Fonte: SIPLAG

c) Avaliação dos resultados dos indicadores associados ao programa;

Quadro 12 - Avaliação dos Resultados dos Indicadores Associados ao Programa

1. RESULTADOS ALCANCADOS								
ORGAO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ								
UNIDADE VINCULADA: SEM VINCULAÇÃO								
DIRETRIZ: DESENVOLVIMENTO SOCIAL (INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS)								
PROGRAMA: DEFESA DO CIDADÃO								
Ação	Produto	Unidade de Medida	META FISICA (2017)			META FINANCEIRA (2017)		
			Prevista	Realizada		Prevista	Realizada	
			Quantidade	Quantidade	%	Valor	Valor	%
2292 - Assistência Jurídica Gratuita	Pessoas Atendidas	Pessoas Atendidas	189.600	237.106	25,05	230.000,00	6.501,60	2,82
2297 - Políticas de Defesa Social	Pessoas Orientadas	Pessoas Orientadas	1.800	10.596	488,66	230.000,00	3.360,48	1,46
2295 - Manutenção da Administração na DEFENAP	Unidades Administrativa	Unidades Administrativa	16	16	100	2.320.070,00	1.038.977,54	44,78

Fonte: SIPLAG, DEFENSORIAS PÚBLICAS, DEOS, SIAC, NAECA, PROJETOS E NÚCLEOS REGIONAIS/DEFENAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

ANÁLISE / AVALIAÇÃO

✓ **Assistência Jurídica Gratuita (2292):** tem como objetivo prestar atendimento jurídico, judicial e extrajudicial aos cidadãos carentes na forma da lei, neste programa foi disponibilizado as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesa com locomoção), a fim de pagar diárias e despesas com passagens aos servidores que forem prestar este tipo de atendimento. No período de janeiro a dezembro de 2017 esta ação realizou 237.106 atendimentos, superando a meta prevista no PPA 2016-2019 em 25,05%, com destaque para a Defensoria Pública de Família, seguida da Defensoria Pública Criminal, Defensoria Pública de Direitos Difusos e das Minorias, Defensoria Pública de Execução Penal e Defensoria Pública Cível. E se tratando dos Núcleos Regionais, destacamos: Núcleo Regional de Santana, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Porto Grande e Calçoene. É importante ressaltar que este resultado se deu em virtude do comprometimento e esforço de toda a Instituição, para acolher e atender os carentes necessitados que procuram diariamente nossos serviços na Sede e nas comarcas regionais.

Com base na análise da meta financeira foi disponibilizado R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), sendo que durante o exercício de 2017 foi realizado R\$ 6.501,60 (seis mil quinhentos e um reais e sessenta centavos) e também foram feitos remanejamentos para outras Secretarias. Em relação ao orçamento utilizado representou um percentual de 2,82% do que estava previsto, justificável devido os atendimentos jurídicos serem prestados diretamente na sede ou nos núcleos regionais, uma vez, que a Defensoria Pública está presente em todo o Estado do Amapá, gerando assim poucas diárias no ano de 2017, além dos remanejamentos que foram realizados ao longo deste exercício.

✓ **Políticas de Defesa Social:** tem como finalidade desenvolver políticas de defesa social através de palestras como forma de prevenção e informação acerca de seus direitos e legislação vigente para o cidadão nas áreas de saúde e educação, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras. Foram disponibilizadas nesta ação as naturezas de despesa 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção), a fim de pagar diárias e despesas com passagens aos servidores que forem prestar este tipo de serviço nas localidades e municípios do Estado. Esta ação teve uma grande relevância no ano de 2017, com uma forte intensificação em palestras e atendimentos em vários bairros da capital e localidades do Estado, assim como em escolas públicas e particulares, englobando um total de 10.596 pessoas orientadas, ultrapassando em 488,66% a meta prevista para este exercício, mostrando assim o empenho desta Defensoria em prestar as orientações aos cidadãos carentes do Estado. Há de se frisar a importância das parceiras para a realização dos eventos.

Em relação à execução financeira, foram gastos durante o ano de 2017 os valores de R\$ 3.360,48 (três mil trezentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), representando um percentual de 1,46% do orçamento previsto para este exercício. Vale ressaltar que muitas dessas orientações foram feitas nos bairros e em escolas da capital, não gerando assim diárias para os servidores, além também de remanejamentos que tiveram que ser feitos para outros Órgãos do Governo, mas que não comprometeu o trabalho desenvolvido por esta Defensoria Pública.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

✓ **Manutenção da Administração na DEFENAP:** tem como finalidade proporcionar as Unidades Administrativas da Instituição condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Devido a cortes orçamentários e financeiros ocorridos através do Decreto nº 0221 do dia 26 de janeiro de 2017, a Defensoria Pública atendeu os 16 Municípios e executou 44,78% a meta financeira prevista, além também de vários remanejamentos para outros Órgãos contribuindo de forma direta na redução do orçamento. Mesmo com os cortes e remanejamentos efetuados, ao longo do exercício de 2017, ainda assim conseguimos realizar a compra de alguns materiais permanentes, firmar contratos de prestações de serviços com empresas a fim de manter todas as nossas unidades em funcionamento e executar o convênio federal com o Ministério da Justiça com o objetivo de aquisição de material permanente a fim de fortalecer a Defensoria Sede e demais Núcleos Regionais onde a Defensoria atua.

d) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas;

No ano de 2017 a Defensoria Pública do Estado sofreu 50% de contingenciamento no programa Defesa do Cidadão, conforme estabelecido pelo Decreto Governamental nº 0221 de 26 de janeiro de 2017, publicado no D.O. E Nº 6369 de 26 de janeiro de 2017, com circulação em 31/01/2017, no valor de R\$ 1.073.035,00 (um milhão setenta e três mil e trinta e cinco reais), que deixaram de serem investidos no programa, mas que no contexto geral, apesar do contingenciamento, conseguimos manter a meta estabelecida no PPA 2016-2019. No quadro 13 demonstraremos o contingenciamento sofrido no programa.

Quadro 13 - Demonstrativo do Contingenciamento por Programa, Ação e Natureza de Despesa

Unidade Gestora / Programa / Ação / Natureza	Dotação Inicial	Contingenciamento
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.160.070,00	1.073.035,00
0015 - DEFESA DO CIDADÃO	2.160.070,00	1.073.035,00
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	115.000,00
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	100.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	15.000,00
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP	1.700.070,00	843.035,00
339014 - Diárias - Civil	145.100,00	72.550,00
339030 - Material de Consumo	330.000,00	165.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	150.000,00	75.000,00
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00	15.000,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	444.000,00	222.000,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.970,00	985,00
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	14.000,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	585.000,00	292.500,00
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	115.000,00
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	100.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	15.000,00

Fonte: SIPLAG



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

e) **Reflexos dos restos a pagar na execução dos programas.**

A unidade jurisdicionada ficou com o valor de R\$ 37.441,51 (trinta e sete mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos) em restos a pagar processados até 31/12/2016 e 89.144,41 (oitenta e nove mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos) inscrito até o dia 31/12/2017, com um montante de restos a pagar processados de R\$ 126.585,92 (cento e vinte e seis mil quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Com relação a restos a pagar não processados, foram inscritos até 2016 o valor de R\$ 38.737,52 (trinta e oito mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos) e até 31/12/2017 foram inscritos o valor de R\$ 131.045,81 (cento e trinta e um mil quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), totalizando o valor de R\$ 169.783,33 (cento e sessenta e nove mil setecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), todos pertencentes ao programa de trabalho 03.122.0015.2295 (Defesa do Cidadão). Apesar de não terem sido liquidadas no exercício, a Instituição conseguiu manter seu atendimento e suas atividades até o encerramento do ano, não demonstrando assim reflexo negativo no programa de trabalho proposto pela DEFENAP, conforme demonstrado nos quadros 14 e 15 respectivamente.

Quadro 14– Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados, Programa 03.122.0015.2295 (Defesa do Cidadão)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ 31.12.2016 (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (2017) (b)				
Despesas correntes	37.441,51	89.144,41	-	-	-	126.585,92
Outras despesas correntes	37.441,51	89.144,41	-	-	-	126.585,92
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37.441,51	89.144,41	-	-	-	126.585,92

Fonte: NF/DEFENAP

Quadro 15 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados, Programa 03.122.0015.2295 (Defesa do Cidadão)

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ 31.12.2016 (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (2017) (b)				
Despesas correntes	38.737,52	92.347,24	-	-	-	131.084,76
Outras despesas correntes	38.737,52	92.347,24	-	-	-	131.084,76
Despesas de capital	-	38.698,57	-	-	-	38.698,57
Investimentos	-	38.698,57	-	-	-	38.698,57
TOTAL	38.737,52	131.045,81	-	-	-	169.783,33

Fonte: NF/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação;

Função: 03 -Essencial à Justiça

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa de Trabalho: 0015 – Defesa do Cidadão

Vinculação da Ação:

2297 – Políticas de Defesa Social

2292 – Assistência Jurídica Gratuita

2295– Manutenção da Administração na DEFENAP

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros;

A análise das metas e desempenhos físicos e financeiros será exposta no quadro 16, e seus acompanhamentos estarão nos quadros 17, 18, 19 e 20, sendo que será demonstrando a evolução por trimestre do ano de 2017.

Quadro 16 – Ações da LOA no exercício de 2017.

Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Função	Sub-função	Meta Física	Valor
32101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		191.416,00	2.780.070,00
0015 - DEFESA DO CIDADÃO		191.416,00	2.780.070,00
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA		189.600,00	230.000,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	092 - Representação Judicial e Extrajudicial	189.600,00	230.000,00
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP		16,00	2.320.070,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	122 - Administração Geral	16,00	2.320.070,00
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL		1.800,00	230.000,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	061 - Ação Judiciária	1.800,00	230.000,00

Fonte: SIPLAG



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 17 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 1º Trimestre/2017

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações – 1º Trimestre (Janeiro/Fevereiro e Março/2017)							
Principais Resultados do Programa: 0015 - DEFESA DO CIDADÃO							
I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2015 (R\$)	Executado(R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	786,72	0,34	PESSOA ATENDIDA	47.400	52.127	109,97
<p>Análise: O Programa Assistência Jurídica Gratuita tem o objetivo de prestar atendimento jurídico, judicial e extrajudicial aos cidadãos carentes na forma da lei, e neste programa foi disponibilizado as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção) a fim de pagar diárias e despesas com passagens aos servidores que forem prestar este tipo de atendimento. No trimestre compreendido entre janeiro a março de 2017, foi executado somente R\$ 786,72, representando 0,34%, do financeiro executado, há de se ressaltar que não foram realizados muitos deslocamentos para outros municípios do Estado, até porque a Defensoria Pública atua em todo o Estado do Amapá, através de seus Núcleos Regionais, influenciando assim de forma direta na execução financeira.</p> <p>No primeiro trimestre do ano de 2017 estavam previstos 47.400 atendimentos, sendo que superamos a meta em 9,97%, perfazendo um total de 52.127 atendimentos. Destaca-se que mesmo tendo suas atividades iniciadas no primeiro trimestre conseguimos superar o previsto, dando uma grande ênfase as áreas de Família, seguidos da Criminal. Execução Penal, Cível e Direito Difuso e das Minorias (Projeto da Mulher e NAECA). Em relação aos Núcleos Regionais tivemos como destaque o Núcleo de Santana que apresentou maior número de atendimento, acompanhado dos Núcleos de Laranjal do Jarí e Oiapoque.</p>							
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	1.806,00	0,79	PESSOA ORIENTADA	450	381	84,67
<p>Análise: Este Programa tem a finalidade de desenvolver políticas de Defesa Social através de palestras como forma de prevenção e informação acerca de seus direitos e legislação vigente para o cidadão nas áreas saúde e educação, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras. Neste programa foram disponibilizadas as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção). Em relação à avaliação financeira o valor executado foi de 0,79%, devido este atendimento ter sido realizado nas localidades e bairros da capital, não sendo necessária a disponibilização de despesas com diárias e passagens para os servidores desta Instituição.</p> <p>No que tange ao quantitativo de pessoas atendidas por meio desta ação estavam previstos 450 atendimentos (orientações e outros), conforme o PPA 2016-2019, sendo que atingimos somente 84,67%, faltando ainda 15,33% a ser atingido. Vale ressaltar que neste primeiro trimestre o responsável por esta ação se submeteu a tratamento de saúde, interferindo assim de forma direta na execução desta ação, mas já foram traçados cronogramas para o próximo trimestre, com uma expectativa em superar a meta prevista.</p>							



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

2295 - MANUTENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DA DEFENAP	2.320.070,00	72.553,57	3,13	UNIDADE ADMINISTRATIVA MANTIDA	16	16	100
---	--------------	-----------	------	--------------------------------	----	----	-----

Análise: O Programa Manutenção da Administração na DEFENAP tem a finalidade de proporcionar as Unidades Administrativas da Instituição condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Devido cortes orçamentários e financeiros ocorridos através do Decreto nº 0221 do dia 22 de janeiro de 2017, a Defensoria Pública executou neste primeiro trimestre somente R\$ 72.553,57, ou seja, 3,13% de seu orçamento, por se tratar do primeiro trimestre, muito processos estão em andamento para aquisições e serviços desta Instituição, com previsão para serem finalizados no segundo trimestre, forma está de dar maior celeridade na execução financeira, mas mesmo tendo executado somente 3,13% dos recursos disponibilizados, procuramos manter as unidades desta Instituição em funcionamento, a fim de prestarmos os atendimentos aos nossos cidadãos.

Fonte: ASPLAN/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 18 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 2º Trimestre/2017

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações – 2º Trimestre (Abril/Maio e Junho/2017)

Principais Resultados do Programa: 0015 - DEFESA DO CIDADÃO

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Físico		
	Dot. Atualizada OGE 2015 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	462,72	0,20	PESSOA ATENDIDA	47.400	66.258	139,78
<p>Análise: O Programa Assistência Jurídica Gratuita tem o objetivo de prestar atendimento jurídico, judicial e extrajudicial aos cidadãos carentes na forma da lei, e neste programa foi disponibilizado as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção) a fim de pagar diárias e despesas com passagens aos servidores que forem prestar este tipo de atendimento. No segundo trimestre de 2017, foi executado um valor inferior ao primeiro trimestre, R\$ 462,72, representando uma queda de 0,14%, do financeiro executado, há de se ressaltar que não foram realizados muitos deslocamentos para outros municípios do Estado, até porque a Defensoria Pública atua em todo o Estado do Amapá, através de seus Núcleos Regionais, influenciando assim de forma direta na execução financeira.</p> <p>No segundo trimestre estavam previstos 47.400 atendimentos, sendo que superamos a meta em 39,78%, perfazendo um total de 68.002 atendimentos, com destaque nas áreas de Família, Criminal, Direito Difusos e Minorias (NAECA e Projeto Mulher), Execução Penal e Cível. Em relação aos Núcleos Regionais tivemos como destaque o Núcleo de Santana que apresentou maior número de atendimento, acompanhado dos Núcleos de Laranjal do Jarí, Calçoene, Pedra Branca e Vitória do Jarí.</p>							
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	1.186,80	0,52	PESSOA ORIENTADA	450	1.744	387,56
<p>Análise: Este Programa tem a finalidade de desenvolver políticas de Defesa Social através de palestras como forma de prevenção e informação acerca de seus direitos e legislação vigente para o cidadão nas áreas saúde e educação, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras. Neste programa foram disponibilizadas as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção). Em relação à avaliação financeira o valor executado do segundo trimestre foi inferior em 0,27%, totalizando assim 0,52%. Justifica-se este decréscimo em virtude dos atendimentos, palestras e outras atividades serem realizadas na capital e localidades que não são necessários a disponibilização de recursos orçamentários e financeiros para pagamentos de diárias e passagens de locomoção aos servidores.</p> <p>Em se tratando do quantitativo de pessoas atendidas por meio desta ação estavam previstos 450 atendimentos (orientações e outros), conforme o PPA 2016-2019, sendo que ultrapassamos a meta em 357,74%, esse percentual se deu em virtude de muitas ações promovidas neste trimestre, tais como: Palestras em Escolas Estaduais, Faculdades, orientações e atendimentos diversos nos bairros e localidades do Estado.</p>							



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA DEFENAP	2.320.070,00	230.322,60	9,93	UNIDADE ADM. MANTIDA	16	16	100
<p>Análise: O Programa Manutenção da Administração na DEFENAP tem a finalidade de proporcionar as Unidades Administrativas da Instituição condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. A Defensoria Pública obteve um acréscimo no segundo trimestre de 6,8% se comparado ao primeiro trimestre de 2017, representando assim 9,93% da sua execução orçamentária e financeira no valor de R\$ 230.322,60. Este acréscimo em sua execução foi em virtude da finalização de processos que estavam em andamentos no trimestre anterior. Há de se frisar que ainda temos processos em andamentos para finalização nos próximos trimestres, mas que apesar do leve crescimento obtido, estamos procurando manter a Instituição em pleno funcionamento, dando mais qualidade de trabalho aos nossos servidores e buscando oferecer um serviço de qualidade e excelência a nossos usuários.</p>							

Fonte: ASPLAN/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 19 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 3º Trimestre/2017

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações – 3º Trimestre (Julho/Agosto e Setembro/2017)								
Principais Resultados do Programa: 0015 - DEFESA DO CIDADÃO								
I	II		III	IV	V	VI	VII	VIII
Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2015 (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução	
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	1.170,24	0,51	PESSOA ATENDIDA	47.400	60.573	127,79	
<p>Análise: O Programa Assistência Jurídica Gratuita tem o objetivo de prestar atendimento jurídico, judicial e extrajudicial aos cidadãos carentes na forma da lei, e neste programa foi disponibilizado as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção) a fim de pagar diárias e despesas com passagens aos servidores que forem prestar este tipo de atendimento. No terceiro trimestre de 2017, foi executado um valor um pouco acima do registrado no segundo trimestre de R\$ 1.170,24, em percentuais podemos dizer que obtivemos um acréscimo de 0,31%, no total de 0,51%, apesar do leve aumento, há de se ressaltar que não foram realizados muitos deslocamentos para outros municípios do Estado, até porque a Defensoria Pública atua em todo o Estado do Amapá, através de seus Núcleos Regionais, influenciando assim de forma direta na execução financeira.</p> <p>No terceiro trimestre estavam previstos 47.400 atendimentos, sendo que apesar de termos superado a meta, tivemos uma leve baixa de 11,99% em relação ao segundo trimestre, totalizando uma execução de 127,79% perfazendo um total de 60.573 atendimentos. Entre estes atendimentos podemos dar destaques em algumas áreas, tais como: Defensoria Pública - Família, seguidas da Defensoria Pública - Criminal, Direitos Difusos e das Minorias (NAECA e PROJ. MULHER), Defensoria Pública Execução Penal e Defensoria Pública Cível. Em relação aos Núcleos Regionais tivemos como destaque o Núcleo de Santana que apresentou maior número de atendimento, acompanhado dos Núcleos de Laranjal do Jarí, Calçoene, Tartarugalzinho e Oiapoque.</p>								
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	3.054,72	1,33	PESSOA ORIENTADA	450	2.555	567,78	
<p>Análise: Este Programa tem a finalidade de desenvolver políticas de Defesa Social através de palestras como forma de prevenção e informação acerca de seus direitos e legislação vigente para o cidadão nas áreas saúde e educação, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras. Neste programa foram disponibilizadas as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção). Em relação à avaliação financeira o valor executado no terceiro trimestre foi ligeiramente superior em 0,81%, totalizando 1,33%, este acréscimo foi em virtude do número de servidores que se deslocaram para a realização desta ação em outros municípios ou localidades com pagamento de diárias.</p> <p>Em relação ao quantitativo de pessoas atendidas por meio desta ação estavam previstos 450 atendimentos (orientações, palestras por número de participantes e outros), conforme o PPA 2016-2019, sendo que mais uma vez conseguimos ultrapassar a meta em 567,78%, esse percentual se deu em virtude de muitas ações promovidas neste trimestre, tais como: Palestras em Escolas Estaduais, Faculdades, orientações e atendimentos diversos nos bairros, municípios e localidades do Estado.</p>								



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA DEFENAP	2.320.070,00	282.431,31	12,17	UNIDADE ADM. MANTIDA	16	16	100
Análise: O Programa Manutenção da Administração na DEFENAP tem a finalidade de proporcionar as Unidades Administrativas da Instituição condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. A Defensoria Pública obteve um acréscimo no terceiro trimestre de 22,62% em relação ao segundo trimestre, com uma representação de 12,17% da execução orçamentária e financeira no trimestre, no valor de R\$ 282.431,31. É importante frisar, que este acréscimo foi em virtude da finalização de alguns processos licitatórios que estavam em fase de conclusão, e que foram de suma importância para aquisição de bens permanentes e de consumo para o bom andamento da manutenção administrativa. Há de se frisar que estamos procurando manter a Instituição em pleno funcionamento, dando mais qualidade de trabalho aos nossos servidores e buscando oferecer um serviço de qualidade e excelência a nossos usuários.							

Fonte: ASPLAN/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 20 - Avaliação Física e Financeira das Ações do 4º Trimestre/2017

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações – 4º Trimestre (Outubro/Novembro e Dezembro/2017)								
Principais Resultados do Programa: 0015 - DEFESA DO CIDADÃO								
I	II		III	IV	V	VI	VII	VIII
Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2015 (R\$)	Executado(R\$)	% Execução		Programado *	Executado	% Execução	
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	922,40	0,40	PESSOA ATENDIDA	47.400	58.086	122,54	
Análise: O Programa Assistência Jurídica Gratuita tem o objetivo de prestar atendimento jurídico, judicial e extrajudicial aos cidadãos carentes na forma da lei, e neste programa foi disponibilizado as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção) a fim de pagar diárias e despesas com passagens aos servidores que foram prestar este tipo de atendimento. No quarto trimestre de 2017, foi executado um valor abaixo do registrado no terceiro trimestre de R\$ 922,40, em percentuais podemos dizer que obtivemos um decréscimo de 21,17%, apesar deste decréscimo, há de se ressaltar que não foram realizados muitos deslocamentos para outros municípios do Estado, até porque a Defensoria Pública atua em todo o Estado do Amapá, através de seus Núcleos Regionais, influenciando assim de forma direta na execução financeira. No quarto trimestre estavam previstos 47.400 atendimentos, sendo que apesar de termos superado a meta, tivemos uma leve baixa de 4,10% em relação ao terceiro trimestre, totalizando uma execução de 122,54% perfazendo um total de 58.086 atendimentos. Entre estes atendimentos podemos dar destaques em algumas áreas, tais como: Defensoria Pública de Família, seguidas da Defensoria Pública Criminal, Direitos Difusos e das Minorias (NAECA e PROJ. MULHER), Defensoria Pública Cível e Defensoria Pública de Execução Penal. Em relação aos Núcleos Regionais tivemos como destaque o Núcleo de Santana que apresentou maior número de atendimento, acompanhado dos Núcleos de Laranjal do Jarí, Amapá e Porto Grande.								
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	454,08	0,20	PESSOA ORIENTADA	450	5.916	1314,67	
Análise: Este Programa tem a finalidade de desenvolver políticas de Defesa Social através de palestras como forma de prevenção e informação acerca de seus direitos e legislação vigente para o cidadão nas áreas saúde e educação, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras. Neste programa foram disponibilizadas as naturezas de despesas 339014 (diárias) e 339033 (despesas com locomoção). Em relação à avaliação financeira o valor executado no quarto trimestre foi bastante inferior, representando 85,13%, este decréscimo foi em virtude do não deslocamento de servidores para a realização desta ação em outros municípios ou localidades com pagamento de diárias, onde a maioria dessas palestras e orientações foi realizada na Capital. Em relação ao quantitativo de pessoas atendidas por meio desta ação estavam previstos 450 atendimentos (orientações, palestras por número de participantes e outros), conforme o PPA 2016-2019, sendo que mais uma vez conseguimos ultrapassar a meta em 1.314,67%, totalizando 5.916 atendimentos, esse percentual se deu em virtude de muitas ações promovidas neste último trimestre, tais como: Palestras em Escolas Estaduais, Faculdades, orientações e atendimentos diversos principalmente em Macapá.								
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA DEFENAP	2.320.070,00	322.624,25	13,91	UNIDADE ADM. MANTIDA	16	16	100	



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Análise: O Programa Manutenção da Administração na DEFENAP tem a finalidade de proporcionar as Unidades Administrativas da Instituição condições necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. A Defensoria Pública obteve um acréscimo no quarto trimestre de 14,23% em relação ao terceiro trimestre, com uma representação de 13,91% da execução orçamentária e financeira no trimestre, no valor de R\$ 322.624,25. É importante frisar, que este acréscimo foi em virtude da finalização de alguns processos licitatórios que estavam em fase de conclusão, e que foram de suma importância para aquisição de bens permanentes e de consumo para o bom andamento da manutenção administrativa. Há de se frisar que estamos procurando manter a Instituição em pleno funcionamento, dando mais qualidade de trabalho aos nossos servidores e buscando oferecer um serviço de qualidade e excelência a nossos usuários.

Fonte: ASPLAN/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 21 - Resumo da Avaliação Financeira por Ação

Unidade Gestora Programa / Ação	Até o Mês 12		Executado (Despesas Liquidadas)				Total Do Ano
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Total	2.780.070,00	1.214.992,00	75.146,29	231.972,12	286.656,27	324.019,13	917.793,81
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.780.070,00	1.214.992,00	75.146,29	231.972,12	286.656,27	324.019,13	917.793,81
0015 - DEFESA DO CIDADÃO	2.780.070,00	1.214.992,00	75.146,29	231.972,12	286.656,27	324.019,13	917.793,81
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	3.413,00	786,72	462,72	1.170,24	940,80	3.360,48
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP	2.320.070,00	1.205.077,00	72.553,57	230.322,60	282.431,31	322.624,25	907.931,73
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	6.502,00	1.806,00	1.186,80	3.054,72	454,08	6.501,60

Fonte: SIPLAG

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações

No ano de 2017 a Defensoria Pública do Estado sofreu um corte de 50% de contingenciamento no programa Defesa do Cidadão, conforme estabelecido pelo Decreto Governamental nº 0221 de 26 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6369 de 26 de janeiro de 2017, com circulação em 31/01/2017, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) na Ação (2292) Assistência Jurídica Gratuita, R\$ 843.035,00 (oitocentos e quarenta e três mil e trinta e cinco reais) na Ação (2295) Manutenção da Administração na DEFENAP e R\$ 115.000,00 na Ação (2297) Políticas de Defesa Social, em relação aos reflexos a ação que mais foi afligida foi a Manutenção da Administração na DEFENAP, que devido a este corte orçamentário, deixamos de investir mais na aquisição de equipamentos em geral, assim como, a contratação de serviços para melhorar ainda mais os serviços jurídicos que prestamos a sociedade em todo o Estado do Amapá. No quadro 22 será demonstrado resumo do o contingenciamento sofrido nas ações.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 22 - Resumo do Contingenciamento por Programa, Ação e Natureza de Despesa

Unidade Gestora / Programa / Ação / Natureza	Dotação Inicial	Contingenciamento
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.160.070,00	1.073.035,00
0015 - DEFESA DO CIDADÃO	2.160.070,00	1.073.035,00
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	115.000,00
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	100.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	15.000,00
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP	1.700.070,00	843.035,00
339014 - Diárias - Civil	145.100,00	72.550,00
339030 - Material de Consumo	330.000,00	165.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	150.000,00	75.000,00
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00	15.000,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	444.000,00	222.000,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.970,00	985,00
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	14.000,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	585.000,00	292.500,00
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	115.000,00
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	100.000,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	15.000,00

Fonte: SIPLAG

d) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações

A unidade jurisdicionada ficou com o valor de R\$ 37.441,51 (trinta e sete mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos) em restos a pagar processados até 31/12/2016 e 89.144,41 (oitenta e nove mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos) inscrito até o dia 31/12/2017, com um montante de restos a pagar processados de R\$ 126.585,92 (cento e vinte e seis mil quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Com relação a restos a pagar não processados, foram inscritos até 2016 o valor de R\$ 38.737,52 (trinta e oito mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos) e até 31/12/2017 foram inscritos o valor de R\$ 131.045,81 (cento e trinta e um mil quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), totalizando o valor de R\$ 169.783,33 (cento e sessenta e nove mil setecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), todos pertencentes à ação Manutenção na Administração na DEFENAP (2295). Apesar de não terem sido liquidadas no exercício, a Instituição conseguiu manter seu atendimento e suas atividades até o encerramento do ano, não demonstrando assim reflexo negativo no programa de trabalho proposto pela DEFENAP, conforme demonstrado nos quadros 23 e 24 respectivamente.

As despesas processadas de 2017 nas ações: Assistência Jurídica Gratuita (2292) e Políticas de Defesa Social (2297) foram todas processadas e pagas no exercício



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 23 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Processados, Ação 2295

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ 31.12.2016 (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (2017) (b)				
Despesas correntes	37.441,51	89.144,41	-	-	-	126.585,92
Outras despesas correntes	37.441,51	89.144,41	-	-	-	126.585,92
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	37.441,51	89.144,41	-	-	-	126.585,92

Fonte: NF/DEFENAP

Quadro 24 – Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar não Processados, Ação 2295

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ATÉ 31.12.2016 (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (2017) (b)				
Despesas correntes	38.737,52	92.347,24	-	-	-	131.084,76
Outras despesas correntes	38.737,52	92.347,24	-	-	-	131.084,76
Despesas de capital	-	38.698,57	-	-	-	38.698,57
Investimentos	-	38.698,57	-	-	-	38.698,57
TOTAL	38.737,52	131.045,81	-	-	-	169.783,33

Fonte: NF/DEFENAP

4.3. Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:

a) Identificação da Unidade Orçamentária considerada no relatório de gestão;

Defensoria Pública do Estado do Amapá (320101)

b) Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência;

De acordo com a LOA e o Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD 2017, disponibilizou para a Defensoria Pública do Estado o valor da dotação inicial orçamentária, de R\$ 2.780.070,00 (dois milhões setecentos e oitenta mil e setenta reais); a dotação atualizada foi de R\$ 1.214.992,00 (um milhão duzentos e quatorze mil novecentos e noventa e dois reais).

No exercício de 2017, em relação ao valor da programação orçamentária disponibilizada para a despesa corrente, foi empenhado o valor total de R\$ 1.048.839,62 (um milhão quarenta e oito mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos), sendo R\$ 882.969,53 (oitocentos e oitenta e dois mil novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos) para as despesas correntes, e R\$ 165.870,09 (cento e sessenta e cinco mil oitocentos e setenta reais e nove centavos) para a despesa de capital, e com relação à programação orçamentária para a reserva de contingência não se aplicou neste exercício.

Assim sendo, segue o demonstrativo da programação orçamentária das despesas correntes e de capital da unidade jurisdicionada, nos quadros 25 e 26, respectivamente.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 25 - Demonstrativo resumido da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência

Unidade Gestora / Categoria da Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
					Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.780.070,00	1.214.992,00	1.048.839,62	828.649,40	89.144,41	828.649,40	917.793,81
3 - Despesas Correntes	2.195.070,00	883.121,00	882.969,53	738.036,20	52.586,09	738.036,20	790.622,29
4 - Despesas de Capital	585.000,00	331.871,00	165.870,09	90.613,20	36.558,32	90.613,20	127.171,52

Fonte: SIPLAG

Quadro 26 - Demonstrativo da programação orçamentária das despesas corrente, de capital e da reserva de contingência por natureza de despesa.

Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte / Natureza de Despesa	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.780.070,00	-1.565.078,00	1.214.992,00
1321010306100152297160000 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL - Estado	230.000,00	-223.498,00	6.502,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	230.000,00	-223.498,00	6.502,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	230.000,00	-223.498,00	6.502,00
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	-193.498,00	6.502,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	-30.000,00	0,00
1321010309200152292160000 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	-226.587,00	3.413,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	230.000,00	-226.587,00	3.413,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	230.000,00	-226.587,00	3.413,00
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	-196.587,00	3.413,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	-30.000,00	0,00
1321010312200152295160000 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP	2.320.070,00	-1.114.993,00	1.205.077,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	2.320.070,00	-1.126.993,00	1.193.077,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	2.249.970,00	-1.249.592,00	1.000.378,00
339014 - Diárias - Civil	130.000,00	-107.288,00	22.712,00
339030 - Material de Consumo	330.000,00	-144.360,00	185.640,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	130.000,00	-76.734,00	53.266,00
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00	-13.800,00	16.200,00
339037 - Locação de Mão-de-obra	620.000,00	-358.344,00	261.656,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	444.000,00	-142.477,00	301.523,00
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.970,00	-1.561,00	409
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	14.000,00	17.800,00	31.800,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	550.000,00	-422.828,00	127.172,00
103 - Transferências de Convênios - TC	0,00	192.699,00	192.699,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	192.699,00	192.699,00



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI, RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	70.100,00	-70.100,00	0,00
339014 - Diárias - Civil	15.100,00	-15.100,00	0,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	20.000,00	-20.000,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	35.000,00	-35.000,00	0,00
3 - Outras Contrapartidas	0,00	12.000,00	12.000,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0,00	12.000,00	12.000,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	12.000,00	12.000,00

Fonte: SIPLAG

c) Demonstração dos limites impostos por cronograma de desembolso, definido pelos órgãos competentes, explicitando o impacto das limitações na execução das ações de responsabilidade da unidade jurisdicionada.

Os limites de gastos impostos por cronograma de desembolso da unidade jurisdicionada estão especificados no QDD da Instituição, conforme item 4.3 letra b, do relatório.

Quadro 27 - Demonstrativo da programação de Pagamentos por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
Total	1.048.839,62	932.677,14
3 - Outras Despesas Correntes	882.969,53	805.505,62
4 - Investimentos	165.870,09	127.171,52

Fonte: SIPLAG

Em relação à ação 2292 (Assistência Jurídica Gratuita) foi disponibilizado como dotação inicial o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), tendo como dotação atualizada o valor de R\$ 3.413,00 (três mil quatrocentos e treze reais) e Despesas Liquidadas e pagas no exercício o valor de R\$ 3.360,48 (três mil trezentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos).

Em relação à ação 2295 (Manutenção da Administração na DEFENAP) foi disponibilizado como dotação inicial o valor de R\$ 2.320.070,00 (dois milhões trezentos e vinte mil e setenta reais), tendo como dotação atualizada o valor de R\$ 1.205.077 (um milhão duzentos e cinco mil e setenta e sete reais), as Despesas Empenhadas somaram o valor de R\$ 1.038.977,54 (um milhão trinta e oito mil novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), Despesas Liquidadas o valor de R\$ 818.787,32 (oitocentos e dezoito mil setecentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), as Despesas Despesa Empenhadas a Liquidar o valor de R\$ 131.045,81 (cento e quarenta e um mil quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), Despesas a Pagar no ano de 2017 foi de R\$ 89.144,41 (oitenta e nove mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos), perfazendo assim um total de despesas pagas de R\$ 907.931,73 (novecentos e sete mil novecentos e trinta e um reais e setenta e três centavos).

Na ação 2297 (Políticas de Defesa Social) a Dotação inicial disponibilizada foi de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), tendo como Dotação Atualizada o valor de R\$ 6.502,00 (seis mil quinhentos e dois reais), e Despesas Empenhadas e pagas no exercício o valor foi de R\$ 6.501,60 (seis mil quinhentos e um reais e sessenta centavos).



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Através do Quadro 20, é explanada a execução orçamentária e financeira da unidade jurisdicionada, detalhando assim o programa, ação, fonte e natureza de despesa durante o exercício de 2017.

O cronograma de desembolso da Unidade Jurisdicionada foi todo programado, conforme liberação da cota orçamentária e financeira liberada pela SEPLAN e SEFAZ, como se é estabelecido um limite mensal a solicitar, para as secretarias supracitadas, não podemos nos programar a fazer um serviço ou uma compra além do permitido mensalmente, dificultando um pouco para fazermos a aquisição de equipamento em geral, assim como, equipamentos de informática, outros materiais (consumo/expediente), e outros tipos de despesas e serviços.

Assim sendo, segue o acompanhamento da execução orçamentária e financeira por programa, ação, fonte e natureza de despesa da unidade jurisdicionada, no quadro 28.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 28 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa, Ação, Fonte e Natureza de Despesa

Unidade Gestora / Programa / Ação / Fonte / Natureza	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Empenhadas a Liquidar	Despesas a Pagar de FORN/RETEN	Nota de Liquidação	Despesas Programadas	Despesas Pagas		
									Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	2.780.070,00	1.214.992,00	1.048.839,62	828.649,40	131.045,81	89.144,41	89.144,41	0,00	89.144,41	828.649,40	917.793,81
0015 - DEFESA DO CIDADÃO	2.780.070,00	1.214.992,00	1.048.839,62	828.649,40	131.045,81	89.144,41	89.144,41	0,00	89.144,41	828.649,40	917.793,81
2292 - ASSISTENCIA JURIDICA GRATUITA	230.000,00	3.413,00	3.360,48	3.360,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.360,48	3.360,48
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	230.000,00	3.413,00	3.360,48	3.360,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.360,48	3.360,48
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	3.413,00	3.360,48	3.360,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.360,48	3.360,48
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2295 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA DEFENAP	2.320.070,00	1.205.077,00	1.038.977,54	818.787,32	131.045,81	89.144,41	89.144,41	0,00	89.144,41	818.787,32	907.931,73
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	2.249.970,00	1.012.378,00	1.000.278,97	818.787,32	92.347,24	89.144,41	89.144,41	0,00	89.144,41	818.787,32	907.931,73
339014 - Diárias - Civil	130.000,00	22.712,00	22.711,78	22.711,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.711,78	22.711,78
339030 - Material de Consumo	330.000,00	185.640,00	185.639,05	136.840,55	44.000,00	4.798,50	4.798,50	0,00	4.798,50	136.840,55	141.639,05
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	130.000,00	53.266,00	53.265,97	13.971,13	34.086,69	5.208,15	5.208,15	0,00	5.208,15	13.971,13	19.179,28
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00	16.200,00	16.200,00	8.800,00	0,00	7.400,00	7.400,00	0,00	7.400,00	8.800,00	16.200,00
339037 - Locação de Mão-de-obra	620.000,00	261.656,00	261.655,68	261.655,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261.655,68	261.655,68
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	444.000,00	301.523,00	301.522,61	252.082,63	14.260,54	35.179,44	35.179,44	0,00	35.179,44	252.082,63	287.262,07
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	1.970,00	409,00	408,84	408,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	408,84	408,84
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	14.000,00	31.800,00	31.703,52	31.703,51	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	31.703,51	31.703,51
449052 - Equipamentos e Material Permanente	550.000,00	139.172,00	127.171,52	90.613,20	0,00	36.558,32	36.558,32	0,00	36.558,32	90.613,20	127.171,52
103 - Transferências de Convênios - TC	0,00	192.699,00	38.698,57	0,00	38.698,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	0,00	192.699,00	38.698,57	0,00	38.698,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI, RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	70.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339014 - Diárias - Civil	15.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2297 - POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL	230.000,00	6.502,00	6.501,60	6.501,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.501,60	6.501,60
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	230.000,00	6.502,00	6.501,60	6.501,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.501,60	6.501,60
339014 - Diárias - Civil	200.000,00	6.502,00	6.501,60	6.501,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.501,60	6.501,60
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIPLAG



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

d) Movimentação de créditos interna e externa

A unidade jurisdicionada não possui movimentações de créditos interna e externa no ano de 2017.

e) Execução das despesas por modalidade de licitação e por elemento de despesas

Este item irá demonstrar a consolidação da despesa da Unidade Jurisdicionada, sob suas perspectivas, a saber: por modalidade de licitação e por elemento de despesa.

A unidade jurisdicionada no ano de 2017 teve como despesas empenhadas o valor de R\$ 1.048.839,62 (um milhão quarenta e oito mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos), sendo que foi empenhado na fonte 101 (Recursos de Transferência da União) o valor de R\$ 1.010.141,05 (um milhão dez mil cento e quarenta e um reais e cinco centavos) e R\$ 38.698,57 (trinta e oito mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos) foram empenhados na fonte 103 (Transferência de Convênios).

Desse valor empenhado, foram liquidados R\$ 828.649,40 (oitocentos e vinte e oito mil seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos) todos da fonte 101, conforme quadro 29.

Quadro 29 - Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira por Modalidade de Licitação e por Elemento de Despesa

Unidade Gestora / Modalidade de Licitação / Elemento	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas		
			Despesas Pagas de Restos a Pagar	Despesas do Exercício Pagas	Total
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	1.048.839,62	828.649,40	89.144,41	828.649,40	917.793,81
DIARIAS	33.089,86	33.089,86	0,00	33.089,86	33.089,86
14 - Diárias - Civil	32.573,86	32.573,86	0,00	32.573,86	32.573,86
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	516,00	516,00	0,00	516,00	516,00
Dispensa de Licitação	111.351,67	80.746,67	30.605,00	80.746,67	111.351,67
30 - Material de Consumo	31.900,00	31.900,00	0,00	31.900,00	31.900,00
36 - O. S. T. - Pessoa Física	16.200,00	8.800,00	7.400,00	8.800,00	16.200,00
39 - O. S. T. - Pessoa Jurídica	55.426,67	40.046,67	15.380,00	40.046,67	55.426,67
52 - Equipamentos e Material Permanente	7.825,00	0,00	7.825,00	0,00	7.825,00
Inexigível	13.948,84	13.253,98	0,00	13.253,98	13.253,98
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	7.980,00	7.285,14	0,00	7.285,14	7.285,14
39 - O. S. T. - Pessoa Jurídica	5.560,00	5.560,00	0,00	5.560,00	5.560,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	408,84	408,84	0,00	408,84	408,84
Outros / Não Aplicável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 - O. S. T. - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	720.786,73	531.896,38	58.539,41	531.896,38	590.435,79
30 - Material de Consumo	153.739,05	104.940,55	4.798,50	104.940,55	109.739,05
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	45.285,97	6.685,99	5.208,15	6.685,99	11.894,14
37 - Locação de Mão de Obra	261.655,68	261.655,68	0,00	261.655,68	261.655,68
39 - O. S. T. - Pessoa Jurídica	102.060,94	68.000,96	19.799,44	68.000,96	87.800,40
52 - Equipamentos e Material Permanente	158.045,09	90.613,20	28.733,32	90.613,20	119.346,52
Registro de Preço	169.662,52	169.662,51	0,00	169.662,51	169.662,51
39 - O. S. T. - Pessoa Jurídica	138.475,00	138.475,00	0,00	138.475,00	138.475,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	31.187,52	31.187,51	0,00	31.187,51	31.187,51

Fonte: SIPLAG



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

f) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela unidade.

A unidade jurisdicionada não instituiu os indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro para o exercício de 2017.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este tópico irá tratar de informações especiais na execução orçamentária e financeira da unidade jurisdicionada.

5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não houve ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na unidade jurisdicionada.

5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores.

No ano de 2017 a Defensoria Pública não realizou movimentações de restos a pagar de exercícios anteriores. No quadro 30 será demonstrado o saldo de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores.

Quadro 30 – Saldo de Restos a Pagar Processados e Não Processados até o dia 31/12/2016.

Unidade Gestora / Fonte / Credor	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados
	Inscritos Exercício anterior até 31/12/2016	Inscritos exercício anterior até 31/12/2016
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	37.441,51	38.737,52

Fonte: SIPLAG

5.3. Informações sobre as transferências mediante convênios, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, contemplando, no mínimo:

a) Classificação quanto à origem e destinação dos recursos

A Unidade Jurisdicionada celebrou o Convênio Federal nº 840974/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ no dia 31/12/2016, com o objetivo de democratização do acesso a cidadania e justiça, através da aquisição de bens, conforme quadro 31 abaixo.

Quadro 31 - Detalhamento dos Custos do Convênio nº 840974/2016

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	CONVENENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
449052	Equipamentos e Material Permanente	204.619,80	192.698,58	11.921,22
TOTAL GERAL		204.619,80	192.698,58	11.921,22

Fonte: UCC/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

O valor total celebrado do convênio foi de R\$ 204.619,80 (duzentos e quatro mil seiscientos e dezenove reais e oitenta centavos), tendo como valor para o concedente de R\$ 192.698,58 (cento e noventa e dois mil seiscientos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos) e de contrapartida do convenente o valor foi de R\$ 11.921,22 (onze mil novecentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos).

Ressaltamos que o referido convênio foi prorrogado por termo aditivo, junto ao sistema SICONV.

b) Adoção de sistemas de informação para a gestão de transferências voluntárias

A celebração do Convênio nº 840974/2016/CGMAJ/CGAJUD/DPJUS/SNJ e o Estado do Amapá, por intermédio da Defensoria Pública, estão registrados no Sistema SIPLAG, assim como no Sistema SICONV (Portal de Convênios do Governo Federal), onde está sendo feito todos os procedimentos conforme legislação.

c) Identificação dos Convênios que tiveram prestação de contas rejeitadas ou não prestada.

A Defensoria Pública do Estado no ano de 2017 não prestou contas de nenhum convênio, uma vez que o único convênio que a Instituição tem firmado iria terminar no dia 01/12/2017, mas o mesmo foi prorrogado por termo aditivo, conforme detalhado no quadro 32 abaixo.

Quadro 32 - Resumo do Convênio nº 840974/2016

Órgão de Origem	Objetivo do Convênio	Prazo de Execução	Valor Total	Valor de Contrapartida do Município	Data da Celebração do Convênio
CGMAJ/CGAJUD/DPJ US/SNJ	Democratização do acesso a cidadania e justiça, através da aquisição de bens para a Defensoria Pública.	31/12/2016 A 01/12/2017	204.619,80	11.921,22	30/12/2016
CGMAJ/CGAJUD/DPJ US/SNJ 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 840974/2016	Democratização do acesso a cidadania e justiça, através da aquisição de bens para a Defensoria Pública.	02/12/2017 A 01/12/2018	204.619,80	11.921,22	30/12/2016

Fonte: UCC/DEFENAP

d) Informações, com indicação de valores, sobre despesas não executadas em decorrência de problemas gerenciais, destacando ausências ou falhas no planejamento, projeto, fiscalização.

Não foram evidenciadas despesas não executadas por problemas gerenciais, ausências e/ou falhas no planejamento e fiscalização no exercício de 2017.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

5.4. Informações sobre a utilização de suprimento de fundos e contas bancárias.

A unidade jurisdicionada não utilizou suprimento de fundos e contas bancárias no exercício de 2017.

5.5. Informações sobre a gestão de precatórios.

A unidade jurisdicionada não gerenciou precatórios no exercício de 2017.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Neste tópico são apresentadas informações sobre a estrutura de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Amapá no contexto geral, contemplando as perspectivas de demonstrações das forças de trabalho, o quadro de servidores lotados por área; e os cargos de comissões e funções gratificadas, e as despesas com o pessoal.

6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas.

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela.

O Quadro 33, referente à força de trabalho da unidade jurisdicionada no ano de 2017, apresenta o quantitativo de servidores no período compreendido de 01/01/2017 a 31/12/2017. Em relação aos afastamentos, o controle total é realizado pela Secretaria de Administração do Estado do Amapá (SEAD), a qual é responsável direta, haja vista que apesar da unidade jurisdicionada ter sua autonomia determinada em lei, ainda está diretamente ligada à referida Secretaria.

No ano de 2017, a força de trabalho da unidade jurisdicionada totaliza 289 servidores, no âmbito geral.

Quadro 33 - Força de Trabalho

Tipologia do Cargo	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (Estaduais) (1.1+1.2+1.3)	44	-
1.1. Servidores Estaduais lotados na DEFENAP	18	-
1.2. Servidores Estaduais a disposição de outros órgãos esferas	03	-
1.3. Servidores Estaduais de outros órgãos a disposição da DEFENAP	23	-
1.4. Servidores Estaduais com cargos comissionados	24	3
2. Servidores Sem Vínculos (Cargos Comissionados) com a Administração Pública (2.1+2.2)	168	47
2.1. Servidores sem Vínculo (cargos) com a Administração Pública	163	47
2.2. Servidores sem Vínculo com a Ad. Pública/cedidos de outros órgãos para DEFENAP	05	-
3. Servidores com Contratos Temporários (3.1+3.2)	19	-
3.1. Servidores com Contratos Temporários	17	-



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

3.2. Servidores com Contratos Temporários de outros órgãos à disposição da DEFENAP	02	-
4. Servidores Federais (4.1+4.2+4.3)	58	-
4.1. Servidores Federais lotados na DEFENAP	34	-
4.2. Servidores Federais lotados na DEFENAP à disposição de outros órgãos esferas	09	-
4.3. Servidores Federais de outros órgãos à disposição da DEFENAP	15	-
4.4. Servidores Federais exercendo Cargo em Comissão	13	-
5. Total Geral de Servidores (1+2+3+4)	289	-

Fonte: Núcleo de Pessoal/DEFENAP

ANÁLISE CRÍTICA:

No item 1 – consideramos o total de servidores Estaduais lotados disponíveis no sistema SIGRH, bem como os colocados à disposição de outros órgãos ou entidades e também, os de outros órgãos colocados à disposição da DEFENAP.

No item 1.1 – consideramos os servidores Estaduais lotados na DEFENAP.

No item 1.2 – consideramos os servidores Estaduais colocados à disposição de outros órgãos ou entidades.

No item 1.3 – consideramos os servidores Estaduais de outros órgãos à disposição da DEFENAP.

No item 1.4 – consideramos os servidores Estaduais investidos de cargo comissionado do Estado.

No item 2 – consideramos o total de servidores sem vínculo com a administração pública presentes na DEFENAP.

No item 2.1 – consideramos os servidores sem vínculo, lotados nas DEFENAP.

No item 2.2 – consideramos os servidores sem vínculo de outras secretarias à disposição da DEFENAP.

No item 3 – consideramos o total de servidores do contrato administrativos presentes na DEFENAP.

No item 3.1 – consideramos os servidores do contrato administrativo lotados na DEFENAP.

No item 3.2 – consideramos os servidores do contrato administrativo de outras secretarias à disposição da DEFENAP.

No item 4 – consideramos o total de servidores Federais do Ex-Território presentes na DEFENAP.

No item 4.1 – consideramos os servidores Federais do Ex-Território a Disposição de Outros órgãos ou entidades.

No item 4.2 – consideramos os servidores Federais do Ex-Território de outros órgãos a disposição da DEFENAP.

No item 4.3 – consideramos os servidores Federais do Ex-Território investidos de cargo comissionado do Estado.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Registre-se que, não houve cargos comissionados e funções de confiança destinadas a outros órgãos ou entidades no exercício de 2017.

Houve também 03 (três) servidores egressos de cargo comissionado Estadual, 02 (dois) servidores ingressos de cargo comissionado Federal do Ex-Território e 47 (quarenta e sete) servidores egressos, cargo comissionado sem vínculo com a administração pública no exercício de 2017.

Quadro 34 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (Estaduais) (1.1)	24	-
1.1. Servidores Estaduais com cargo comissionado	24	-
2. Servidores sem Vínculos com a Administração Pública (2.1+2.2)	168	-
2.1. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública que estão na DEFENAP	163	-
2.2. Servidores sem Vínculo com a Ad. Pública/cedidos de outros órgãos para DEFENAP	05	-
3. Servidores com Contratos Temporários (3.1+3.2)	19	-
3.1. Servidores com Contratos Temporários	17	-
3.2. Servidores com Contratos Temporários de outros órgãos à disposição da DEFENAP	02	-
4. Servidores Federais com Cargo Comissionado (4.1)	13	-
4.1. Servidores Federais exercendo Cargo em Comissão	13	-
5. Total Geral de Servidores com cargo comissionado (1+2+3+4)	224	-

Fonte: Núcleo de Pessoal/DEFENAP

ANÁLISE CRÍTICA:

Neste item, são apresentadas as informações sobre o quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da Defensoria Pública do Estado. Temos um total de 223 servidores, sendo constituído por 163 cargos comissionados puros e sem vínculo com a administração pública, 04 cargos comissionados puros e sem vínculo com a administração pública de outros órgãos a disposição da Defensoria, 24 cargos comissionados com vínculo no Estado, 13 cargos comissionados com vínculo Federal, 17 contratos administrativos na Defensoria e 02 contratos administrativos de outras secretarias a nossa disposição.

Ainda assim é insuficiente para oferecer o devido suporte à instituição e em seus núcleos distribuídos nos 15 (quinze) Municípios do Estado.

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade

Cumpra esclarecer que a Defensoria Pública está caminhando no sentido de alcançar a sua autonomia administrativa e financeira, e assim que isso acontecer haverá concurso público para



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

preenchimento do seu quadro de pessoal. Daí em diante poderá se estabelecer e apresentar plano permanente de capacitação, qualificação e desenvolvimento de pessoal na Defensoria Pública.

Dessa forma os servidores que desenvolvem suas atividades na Defensoria Pública são oriundos do Estado e da União, e é a Secretaria de Estado da Administração (SEAD) que promove e oferece os cursos de capacitação e qualificação, através da Escola de Administração Pública (EAP), da mesma forma a Superintendência da Administração do Ministério do Planejamento (SAMP), que por sua vez promove a capacitação e treinamento de pessoal desses servidores Federais do Ex-Território.

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

A manutenção dos recursos humanos no ano de 2017 foram todos gerenciados pela Secretaria de Administração do Estado/SEAD, uma vez, que a unidade jurisdicionada alimenta as informações no sistema SIGRH e a SEAD processa e encaminha para os demais procedimentos. No exercício de 2017 a Defensoria Pública obteve um custo com o pagamento dos recursos humanos no montante de R\$ 14.000.160,39 (quatorze milhões cento e sessenta reais e trinta e nove centavos), conforme discriminado mensalmente no quadro 35.

Quadro 35 - Detalhamento do custo dos recursos humanos mensal

Tipologia/Mês	Total de Servidores no mês	Total de Proventos Geral no Mês	Total de Descontos Geral no Mês	Total Líquido Geral
jan/17	226	999.546,38	209.025,19	790.521,19
fev/17	226	999.333,98	213.070,64	786.263,34
mar/17	235	993.919,60	214.710,51	779.209,09
abr/17	239	1.109.924,70	218.545,94	891.378,76
mai/17	247	1.136.945,07	217.578,70	919.366,37
jun/17	245	1.178.259,18	222.451,29	955.807,89
jul/17	245	1.126.980,51	220.972,09	906.008,42
ago/17	242	1.107.112,04	224.760,24	882.351,80
set/17	239	1.103.016,03	223.382,09	879.633,94
out/17	239	1.096.200,75	227.652,85	868.547,90
nov/17	239	1.089.959,02	228.170,76	861.788,26
dez/17	244	1.120.296,18	224.460,96	895.835,22
13° /17	236	938.666,95	607.790,68	330.876,27
TOTAL	-	14.000.160,39	3.252.571,94	10.747.588,45

Fonte: Sistema SIGRH-AP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

ANÁLISE CRÍTICA:

Cumprir informar que, durante o exercício de 2017 a folha de pagamento de pessoal sofreu variações mensais, onde o valor total de servidores pagos no mês, não corresponde ao quantitativo de servidores presentes e em atividade. Isso ocorre porque o sistema SIGRH-AP que produz a folha de pagamento de pessoal inclui também outros pagamentos indenizatórios de servidores que já foram exonerados, ou seja, não ativos na Defensoria Pública do Estado.

d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Nesse item que trata dos servidores inativos e pensionistas, cumprir nos esclarecer que esse controle é externo, e é realizado pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD) a qual é responsável direta quando se trata de servidores Estaduais, e da mesma forma, através da Superintendência da Administração do Ministério do Planejamento (SAMP) quando se trata de Servidores Federais do Ex-Território.

No entanto, conforme nosso controle interno não houve nenhum caso de servidor tanto do Estado quanto do Ex-Território que estavam em atividades na Defensoria Pública, que veio solicitar sua ida para a inatividade.

f) Providências adotadas nos casos específicos de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001).

Considerando que o controle é externo, e é realizado pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD) a qual é responsável direta quando está se tratando de servidores Estaduais, e da mesma forma, através da Superintendência da Administração do Ministério do Planejamento (SAMP) quando se trata de Servidores Federais do Ex-Território.

No entanto, temos nosso controle interno com o objetivo de analisar, acompanhar e corrigir a folha, antes de ser homologada pela SEAD. Desta forma, no exercício de 2017 não houve nenhum caso de servidor tanto do Estado quanto do Ex-Território, que acumulou cargos ou funções públicas vedadas pelo artigo que cita a referida lei.

f) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 135 da Lei nº 066/1993

Como o controle é externo, e é realizado pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD) a qual é responsável direta quando se tratando de servidores Estaduais, e da mesma forma, através da Superintendência da Administração do Ministério do Planejamento (SAMP) quando se trata de Servidores Federais do Ex-Território. No ano de 2017 esta Defensoria Pública não detectou nenhum servidor que tenha acumulado cargos ou funções públicas conforme preconiza a referida lei.

g) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A Instituição não estabeleceu indicadores gerenciais sobre recursos humanos no ano de 2017. Não se tem planejamento estratégico para mensurar tais indicadores. Este estudo de



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

indicadores é realizado pela Secretaria de Estado da Administração/SEAD a qual tem o total controle dos órgãos ou entidades do Executivo Estadual.

6.2. Informações sobre terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários.

A unidade jurisdicionada tem contrato com locação de mão de obra apenas com uma empresa, cuja finalidade é a prestação de serviços de limpeza e conservação com fornecimento de materiais a serem executados de forma contínua no prédio da Defensoria Pública do Estado do Amapá (Sede), Núcleo Regional de Santana e Núcleo de Atendimento da Criança e do Adolescente.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá possui convênio com a União de Faculdade do Amapá Ltda. (FAMAP), cujo objetivo é a integração em atividades de interesse mútuo para proporcionar aos acadêmicos do curso de Bacharel em Direito a oportunidade de realização de estágio curricular como complementação educacional e do desenvolvimento da prática profissional na formação escolar do estagiário.

Desta maneira, proporcionamos uma garantia na qualidade do aprendizado teórico e prático e principalmente preparando o acadêmico para a formação profissional que futuramente irá desenvolver no mercado de trabalho, orientando sempre para o exercício da postura na condução de suas atividades jurídicas em se tratando de responsabilidade para com o cidadão.

Assim, a Defensoria até dezembro de 2017, contava com 10 (dez) estagiários, onde atuavam em diversas áreas da Instituição.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Este item tem por finalidade informar sobre a gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário da unidade jurisdicionada, com informações sobre a gestão da frota de veículos, do patrimônio imobiliário e dos prédios alugados para funcionamento da Instituição.

7.1. Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos

A Unidade de Transportes está vinculada ao Departamento Administrativo Financeiro, sendo os responsáveis pelo gerenciamento da frota de veículos na Instituição, auxiliando nas atividades administrativas e jurídicas, tais como: deslocamento de defensores públicos para audiências, júris, ações, assim como, circulação de materiais, de servidores, documentos entre outros. A Unidade de Transporte também atua no gerenciamento da frota de veículos composta por 05 (cinco) veículos terrestres automotores. No que tange aos custos com manutenção e reposição de peças em geral, em 2017, gerou-se um custo de manutenção preventiva e corretiva, sendo: R\$ 24.260,94 (vinte e quatro mil duzentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) para a realização dos serviços de pessoa jurídica e R\$ 37.155,00 (trinta e sete mil cento e cinquenta e cinco reais) para a aquisição de peças. Foram gastos também R\$ 342,17 (trezentos e quarenta e dois mil e dezessete reais) para o pagamento do seguro DPVAT dos veículos. Ressalta-se que os gastos com



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

combustíveis são gerenciados pela Secretaria de Administração do Estado do Amapá/SEAD. Os gastos com os veículos estão detalhados no quadro 36 abaixo.

Quadro 36 - Relação dos Veículos Oficiais

Item	Veículo	Placa	Ano	Chassi	Custo Anual			
					Serviços	Peças	Seguro DPVAT	Total
01	Ford Fiesta	NEX-4605	2007	9BFZF16P188126984	4.358,25	7.488,00	67,84	16.145,49
02	Ford Fiesta	NEO-2146	2010	9BFZF55A1B8081444	3.389,75	7.905,00	67,84	11.362,59
03	Triton L-200	NEM-7728	2012	93XJNKB8TDCC53767	4.745,66	5.814,00	70,81	10.630,47
04	Logan/Sedan	NEP-5461	2012	93YLSR76HDJ438574	5.665,73	9.037,00	67,84	14.770,57
05	Fiat Mille	NEK-7470	2005/ 2006	9BD15822764793399	6.101,55	6.911,00	67,84	11.627,64
TOTAL GERAL					24.260,94	37.155,00	342,17	61.758,11

Fonte: Unidade de Transportes/DEFENAP

A Unidade de Transporte também dispõe de mecanismo de controle de deslocamento com os dados de saída, quilometragem, consumo, manutenção e percurso registrados em formulários, para cada carro da Instituição. Ressaltamos ainda, que a unidade jurisdicionada não contratou com terceiros e não firmou nenhum contrato com aluguel de veículos no ano de 2017.

7.2. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros

A Unidade Jurisdicionada não possui imóveis próprios em seu nome, todos são pertencentes ao Governo do Estado do Amapá, mas estão em processo de regularização da sessão de uso tanto da Sede Central, como nos Municípios de Amapá, Calçoene, Mazagão, Laranjal do Jarí e Oiapoque, conforme quadro 37 abaixo.

Quadro 37 - Relação de Imóveis sob a responsabilidade da Defensoria Pública do Estado

Imóvel onde funciona a Defensoria Pública do Estado – SEDE		
Município	Endereço de Funcionamento	
Macapá	Rua Eliezer Levy, 1157 – Centro – GEA Nº 231	
Imóveis sob a responsabilidade da Defensoria Pública do Estado		
Município	Endereço de Funcionamento	
Amapá	Avenida Dois Irmãos, 1210 - Centro	
Calçoene	Rua Lúcio Sarmiento, 217 – Centro	
Mazagão	Município de Mazagão – Rua Veiga Cabral, 979 – Centro	Cedida parcialmente ao Instituto Estadual de Floresta do Amapá
Laranjal do Jarí	Rua Vitória Régia, 1221 – Centro	
Oiapoque	Avenida Rio Branco, 200-A - Centro	
Oiapoque	Avenida Rio Branco, 200 – Centro	Cedida parcialmente a Ordem dos Advogados do Brasil
Santana	Avenida B1, 17 – Vila Amazonas	Imóvel cedido pelo TJAP para funcionamento da Defensoria Pública no referido Município

Fonte: UMP/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

7.3. Relação de prédios alugados para uso da UJ, identificando pelo menos a finalidade da locação, valor mensal e anual, índice de reajuste, vigência do contrato, locador.

A Unidade Jurisdicionada possui dois imóveis alugados nos Municípios de Porto Grande e Tartarugalzinho, ambos têm o objetivo atender às necessidades de funcionamento, de modo a garantir a execução das atividades desenvolvidas pela Defensoria Pública nos referidos municípios, conforme quadro 38 abaixo.

Quadro 38 - Relação de Imóveis Locados para funcionamento da Defensoria Pública do Estado

CONTRATO	TERMO ADITIVO	FAVORECIDO/OBJETO	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL	VALOR MENSAL	PUBLICAÇÃO
Contrato 003/2016	-	Rita de Cássia de Oliveira - aluguel de imóvel no Município do Porto Grande, Avenida Amapá, 258 - Malvinas	01.09.2016	30.08.2017	13.200,00	1.100,00	DOE nº 6296 06.10.2016
-	1º termo aditivo ao Contrato 003/2016	Rita de Cássia de Oliveira - aluguel de imóvel no Município do Porto Grande, Avenida Amapá, 258 - Malvinas	02.09.2017	02.09.2018	13.200,00	1.100,00	DOE nº 6535 02.10.2017
Contrato 006/2017	-	SAMUEL NUNES PEREIRA - aluguel de imóvel no Município de Tartarugalzinho, Avenida Mãe Verônica, 82 - Centro	01.11.2017	01.11.2018	18.000,00	1.500,00	DOE nº 6555 01.11.2017

Fonte: UMP/DEFENAP

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DE CONHECIMENTO

Este item tem por finalidade a informação e a gestão de conhecimento da TI da unidade jurisdicionada, propiciando o apoio a Defensoria Pública do Estado com políticas, ferramentas e melhores práticas relacionadas à Tecnologia da Informação.

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando nos seguintes aspectos

a) Planejamento da área

Atualmente a TI da Defensoria Pública do Estado do Amapá- DEFENAP está estruturada com apenas um setor destinado ao gerenciamento da rede local. Possui uma sala de informática ao qual possui um servidor de internet que faz toda a distribuição de internet com os demais setores, que está conectada diretamente ao Processamento de Dados do Amapá – PRODAP.

O Núcleo de Infraestrutura de Redes e Telecomunicação está responsável em definir melhores estratégias referentes a projetos, implantação e manutenção nos serviços de redes;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Infraestrutura e servidores; Controlar e gerenciar os sistemas operacionais e aplicativos dos computadores conectados à rede da DEFENAP; Gerenciar e dar manutenção aos serviços de informação via rede de computadores, mantido pela DEFENAP; Desenvolver e implantar treinamento de utilização da rede da DEFENAP e dos sistemas de informação via rede de computadores mantidos pela DEFENAP; Apresentação do relatório semestral de atendimentos, do departamento de Estudo e Orientação Social (número, tipo de atendimentos, bem como tempo médio de atendimento e funcionários envolvidos), além do suporte ao pessoal técnico das diversas defensorias localizados tanto na capital quanto nas sedes dos outros municípios do Estado do Amapá.

A Unidade de Sistemas e Inovação Tecnológica está responsável em analisar, implantar, programar, realizar manutenção, bem como promover a capacitação destes sistemas para os demais funcionários da instituição e ampliações na rede.

O Núcleo de Suporte está subordinado diretamente à Unidade de Sistemas e Inovação Tecnológica, está responsável em assegurar os parâmetros de segurança de informação dentro das diretrizes internas da Defensoria Pública do Estado do Amapá, garantir a integridade dos dados dos usuários da rede, gerenciando e propondo políticas de segurança; Manter em funcionamento a rede, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais para os funcionários.

O Núcleo de WEB está subordinado diretamente à Unidade de Sistemas e Inovação Tecnológica, sendo responsável pelo Site institucional e e-mails institucionais e gerenciar os mesmos.

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos

A unidade jurisdicionada dispõe dos seguintes recursos humanos:

- 01 servidor na Divisão de Modernização e de Tecnologia da Informação;
- 01 servidor responsável pelo Núcleo de Infraestrutura de Redes e Telecomunicação
- 01 servidor responsável pela Unidade de Sistemas e Inovação Tecnológica
- 01 servidor responsável pelo Núcleo de Suporte
- 01 servidor responsável pelo chefe de Núcleo
- 01 servidor responsável pelo núcleo de web

c) Segurança da Informação

Busca-se o aperfeiçoamento e a manutenção dos objetivos, mantendo os parâmetros de segurança de informação dentro das diretrizes definidas por políticas do Governo, através do PRODAP, procurando garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações e ainda normatizar o uso de recursos de Tecnologia da Informação, aprimorando a qualidade, buscando prevenir e detectar possíveis vulnerabilidades na área de TI da unidade jurisdicionada;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

d) Desenvolvimento e produção de sistemas

Atualmente encontra-se em desenvolvimento no PRODAP um sistema de gestão de atendimento ao público e controle dos gestores dos setores envolvidos na prestação dos serviços que este órgão oferta.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI

O setor de informática é responsável por realizar o levantamento, através de planilhas, dos bens necessários ao suporte em TI. Após a conclusão o mesmo é enviado aos demais setores para o andamento do processo de aquisição.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Neste item são tratadas informações de uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, da Defensoria Pública do Estado do Amapá, com a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, e as medidas adotadas para diminuir o consumo de papel, energia elétrica e água.

9.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

A Defensoria Pública do Estado do Amapá não estabeleceu planos de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia e na contratação de serviços ou obras.

9.2. Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:

a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos.

A unidade jurisdicionada não dispõe de projetos que envolvam políticas para estimular o uso racional desses recursos supracitados.

b) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

A unidade jurisdicionada não tem um controle da evolução histórica do consumo em valores monetários e quantitativos de energia elétrica e água, este controle é feito pela Secretaria de Administração do Estado do Amapá/SEAD.

b) Informações a respeito do pagamento das faturas de energia elétrica e de água e esgoto

A unidade jurisdicionada encaminha para a Secretaria de Administração do Estado do Amapá/SEAD, as faturas referentes à energia elétrica, água e esgoto, para que a mesma providencie os pagamentos.



9.3. Informações quanto ao estabelecimento e ao cumprimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

A unidade jurisdicionada ainda não possui em seu estabelecimento um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme preceitua a Lei nº 12.305/2010, e, pelo que se depreende dos Decretos e das Instruções pertinentes, a elaboração e gerenciamento do PGRS depende de designação de comissão para realizar a gestão e definição dos parâmetros que serão adotados.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Este item tem por finalidade informar sobre as providências adotadas para atender às deliberações de auditoria, tratamento de recomendações realizadas pela unidade controle interno, informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Complementar 010/1995, relação de contratos e convênios, relação de obras e serviços de engenharia e sítio eletrônico oficial que estejam hospedadas informações conforme lei.

10.1. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

A Defensoria Pública do Estado não recebeu determinações ou recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado e Controladoria Geral do Estado, no ano de 2017.

10.2. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

A unidade jurisdicionada não possui na estrutura do órgão unidade de controle interno.

10.3. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Complementar 010/1995 (art. 97), relacionados à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Não foi solicitado da Defensoria Pública do Estado do Amapá informações quanto ao cumprimento das obrigações de Lei Complementar 010/1995 (art.97).

10.4. Relação referente a licitações, dispensas e inexigibilidade, bem como declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas.

A unidade jurisdicionada realizou as seguintes licitações, dispensas e inexigibilidade conforme quadros 39 e 40 abaixo.

Quadro 39 - Relação de inexigibilidades no ano de 2017

OBJETO	Nº DA INEXIGIBILIDADE	EMPRESA	VALOR
Contratação de Empresa Especializada para ministrar de curso operacionalização SICONV (III)	Inexigibilidade 01/2018	ORZIL – Cursos e Eventos LDA	R\$ 5.560,00

Fonte: CPL/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 40 - Relação de Dispensas de Licitações no ano de 2017.

OBJETO	Nº DA DISPENSA	EMPRESA	VALOR
Serviços de desintetização, descupinização e desratização.	2.00000.210/2017	Agroquality Romar Ltda.	7.435,00
Serviço de manutenção preventiva e corretiva no computador STI, troca de fonte, placa de vídeo e formatação.	2.00000.235/2017	W. M. Thiago -ME	7.945,00
KIT painel de senha (leteiro, controle e impressora). Impressora multifuncional tanque de tinta.	2.00000.175/2017	A. Salomão de Almeida - ME	7.825,00
Almofada para carimbo nº 3 na cor azul. Extrator de grampo tipo espátula. Pasta AZ lombo largo 350x280x55mm. Livro protocolo 104 folhas Lápis preto nº 02 caixa com 144 unidades Perfurador metálico para 40 folhas Grampeador de mesa 25 folhas Papel A4 branco 75g/m² cx com 10 unidades de resma. Caneta esferográfica na cor azul. Tesoura grande de 21 cm Fita adesiva transparente 50x50. Grampo para grampeador 26/6 caixa com 5000 und Pasta suspensa marmorizada completa. Elástico de borracha nº 18 caixa com 100 und Tinta para carimbo 30 ml cor azul.	2.00000.66/2017	E. V. Araújo - ME	7.995,00
Cartucho Toner HP 12 A original. Cartucho Toner HP 36 A original. Cartucho Toner HP 85 A original. Cartucho Toner XEROX PHASER 3160 original.	2.00000.036/2017	A. Salomão de Almeida - ME	7.990,00
OBJETO	Nº DA DISPENSA	EMPRESA	VALOR
Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto nacional, produto novo, não recondicionado, dimensões 175/70-13, tipo sem câmara. Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto nacional, produto novo, não recondicionado, dimensões 175/65-14, tipo sem câmara. Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto nacional, produto novo, não recondicionado, dimensões 185/65-15, tipo sem câmara. Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, produto nacional, produto novo, não recondicionado, dimensões 265/70-16, tipo sem câmara; 50/50 terra asfalto.	2.00000.62/2017	Sebastião Miranda Neto - ME	7.925,00
Água mineral, em garrações plásticas de 20 lts, retornáveis. Água mineral, em pacote com 12 und. de 300 ml retornáveis.	2.00000.035/2017	L A NOBRE JARDIM ME	7.990,00
Capa de processo, com logomarca, resumo das atividades, distribuição e anexos na cor VERDE; com tamanho 310 mm x 450 mm. Capa de processo, com logomarca, resumo das atividades, distribuição e anexos na cor BRANCA; com tamanho 310	2.00000.054/2017	PROJETUS ART DESAGNER LTDA-ME	7.990,00



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

mm x 450 mm. Ficha de protocolo, com logomarca, resumo das atividades, distribuição e anexos na cor BRANCA, com tamanho 185 mm x 130 mm. Ficha de protocolo, com logomarca, resumo das atividades, distribuição e anexos na cor VERDE, com tamanho 185 mm x 130 mm.			
HP LASER JET 1020; HP LASER JET 1120; HP MONOCROMÁTICA PRO 8610; HP MULTIFUNCIONAL 1212 NF; SAMSUNG ML 1430; XEROX LASER 3160 N; BROTHER LASER 8152 DN; BROTHER MULTIFUNCIONAL DCP 5652 DN	2.00000.123/2017	A. DA PAIXÃO ALMEIDA-ME	7.960,00
Serviço de manutenção corretiva e preventiva dos veículos da DEFENAP: Manutenção da suspensão, Manutenção elétrica, Manutenção freios, Manutenção motor, Manutenção lataria e Manutenção pintura	2.00000.63/2017	J. P. C. DE OLIVEIRA	7.980,00
Marcação, reserva, emissão, remarcação, fornecimento, cancelamento, reembolso, de passagens aéreas domésticas para os funcionários desta DEFENAP	2.00000.93/2017	Ética Turismo Viagens receptivos LTDA-ME	7.980,00
TONER HP 12-A; TONER HP 36-A; TONER HP 85-A; TONER HP XEROX; TONER BROTHER TN 3332; TONER BROTHER TN 3382; TONER BROTHER TN 620; TONER SANSUNG ML 2010; TONER SANSUNG ML 1430	2.00000.157/2017	W. M. THIAGO-ME	7.940,00

Fonte: CPL/DEFENAP

10.5. Relação referente a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, bem como declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas.

A Unidade Jurisdicionada firmou contratos, assim como, a renovação do Convênio nº 840974/2016, no exercício de 2017, sendo que a relação estará no anexo do referido relatório de gestão bem como a declaração do responsável pela UCC/DEFENAP.

10.6. Relação de obras e serviços de engenharia, classificando e identificando:

A unidade jurisdicionada não realizou no exercício de 2017 obras ou serviços de engenharia.

- a) aqueles em fase de planejamento;
- b) aqueles que estão em atraso ou paralisados;
- c) aqueles que se encontram dentro da garantia prevista no art. 618 do Código

Civil.

10.7. Indicação de sítio eletrônico oficial em que estejam hospedadas as relações de licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres, referido nos itens 10.4 e 10.5 em obediência à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Não há disponibilidade da informação na plataforma do sítio da unidade jurisdicionada.



11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Defensoria Pública do Estado do Amapá não possui no seu quadro funcional profissionais da área contábil (Contador e Técnico de Contabilidade). Por conseguinte, não existe servidor no Órgão para a execução das atividades de tratamento contábil, tais como: depreciação, amortização, exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Em razão da inexistência deste tipo de profissional no Órgão, não serão tratados neste capítulo os itens 11.1, 11.2 e 11.3 da parte A do anexo II da Decisão Normativa 001/2018-TCE.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

12.1.1. Planejamento estabelecido no PPA 2016-2019, Plano de Metas e de Ações

Neste tópico será discriminado o Planejamento da Defensoria Pública do Estado, na sua atuação conforme estabelecido no PPA 2016-2019, com informações das ações, metas, estratégias de execução.

As ações da Defensoria Pública do Estado do Amapá estão introduzidas no Plano Plurianual PPA 2016-2019 apresentado pela Instituição, por meio do Programa Defesa do Cidadão, onde dentro deste programa foram inseridas três ações, que são: Assistência Jurídica Gratuita, Políticas de Defesa Social e Manutenção da Administração da DEFENAP.

a) Eixo Inserido e Programa

Desenvolvimento Social – Programa Defesa do Cidadão

b) Objetivo:

Garantir a prestação da assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando a conciliação e promovendo a cidadania.

c) Público Alvo:

Todo cidadão carente, desde que comprovada sua situação socioeconômica, bem como organizações não governamentais e sem fins lucrativos, tais como: Associações de Bairros, Conselhos Estaduais, defesa e proteção dos direitos da mulher, defesa e proteção dos direitos dos idosos, direitos agrários, entre outros.

d) Estratégia de Execução:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Realizar atendimentos aos cidadãos nas seguintes áreas:

- ✓ Defensoria de Família;
- ✓ Defensoria Cível;
- ✓ Defensoria Criminal;
- ✓ Defensoria de Execução Penal;
- ✓ Núcleo da Infância e Juventude;
- ✓ Direitos Difusos e das Minoras;
- ✓ Direitos de Conciliação e Arbitragem;
- ✓ Direitos da Educação e Saúde;
- ✓ Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital;
- ✓ Direitos Agrários;
- ✓ Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher;
- ✓ Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa;
- ✓ Projeto Balcão de Direitos;
- ✓ Projeto Disk Cidadania;
- ✓ Juizados Itinerantes;
- ✓ Sistema Integrado de atendimento ao cidadão (SUPERFÁCIL);
- ✓ Departamento de Estudo e Orientação Social, entre outros.

e) Ações:

- ✓ Assistência Jurídica Gratuita;
- ✓ Políticas de Defesa Social;
- ✓ Manutenção da Administração na DEFENAP.

12.1.2. Ação Assistência Jurídica Gratuita

Neste tópico a unidade jurisdicionada irá demonstrar os atendimentos realizados no ano de 2017 referente à ação Assistência Jurídica Gratuita

I) DEPARTAMENTO DE ESTUDO E ORIENTAÇÃO SOCIAL

O Departamento de Estudo e Orientação Social (DEOS) é a porta de entrada das pessoas em condições de vulnerabilidade, sendo que os assistentes sociais realizam estudos a cerca que justificam tal condição, além deste rateiro, os assistentes sociais orientam, acompanham, realizam audiências sociais, entre outras demandas.

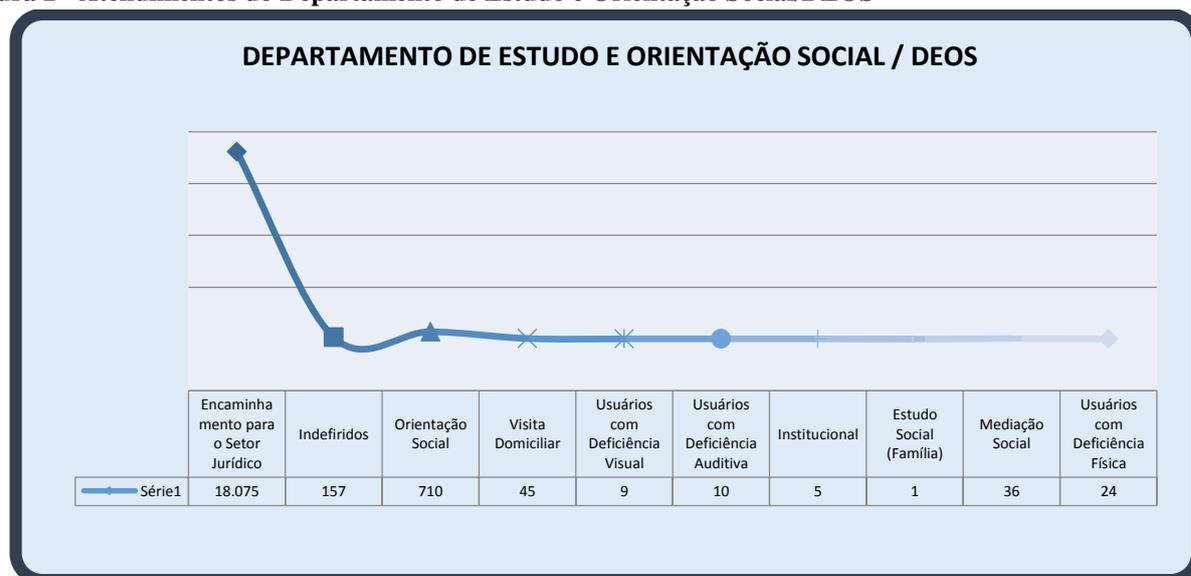
O DEOS é responsável pela triagem dos usuários, conforme o art. 4º, §1º, da Lei 1060/50, os assistentes sociais fazem um estudo sócio-econômico da renda familiar, patrimônio, gastos mensais e poderão também solicitar documentos para comprovar as informações, após estes estudos o assistente social encaminha ou não, o cidadão, para o setor jurídico correspondente da problemática.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

No período compreendido entre janeiro a dezembro de 2017, este Departamento realizou 19.072 atendimentos, apresentando um acréscimo de 7,89% em relação ao ano de 2016. Ressalta-se que estão inclusos no relatório anual as informações referentes as orientações sociais, atendimentos indeferidos e atendimentos especializados, o número referente ao encaminhamento para o setores jurídicos estão inclusos nos relatórios de cada Defensoria Pública por área específica.

Figura 2 - Atendimentos do Departamento de Estudo e Orientação Social/DEOS



Fonte: DEOS/DEFENAP

II) PROJETO DISK CIDADANIA

O Projeto Disk Cidadania prioriza a valorização da cidadania e objetiva encontrar mecanismos para os cidadãos menos favorecidos socioeconômicos e juridicamente envolvidos em situações policiais e judiciais emergenciais. Durante o exercício de 2017 este projeto não teve sua linha telefônica disponibilizada, em virtude de cortes de gastos dados pela crise ao qual o Estado e o país vivem atualmente, mas pretende-se para que no ano de 2018 este serviço seja ofertado novamente para a população deste Estado.

No período de janeiro a dezembro de 2017 o Projeto Disk Cidadania realizou 161 atendimentos em acompanhamentos em delegacias. Verificou-se um aumento de 26,77% em relação ao ano de 2016.

III) PROJETO BALCÃO DE DIREITOS

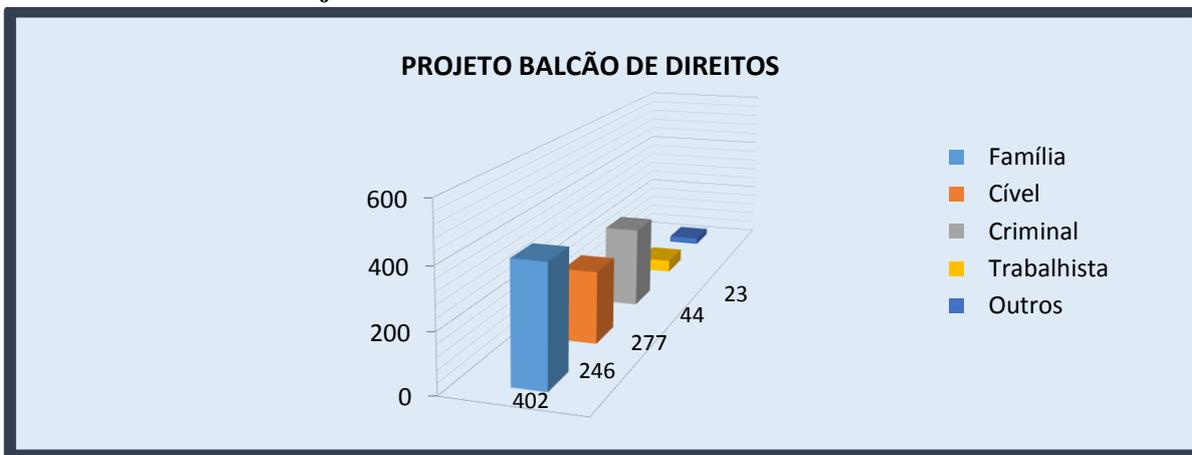
O Projeto Balcão de Direitos tem como missão institucional “Construir a Cidadania”, a partir da difusão da informação e da produção de alternativas mais justas para a resolução de conflitos, visando o exercício pleno da cidadania e contribuindo assim para uma sociedade solidária e plural. Tem como objetivo fomentar a formação de uma consciência cidadã, através da transmissão de conhecimento e da divulgação de informações sobre cidadania e direitos humanos.

Conforme o registro, no período de janeiro a dezembro de 2017 foi realizado 992 atendimentos, apresentando um pequeno aumento de 1,74%.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 3 - atendimentos do Projeto Balcão de Direitos



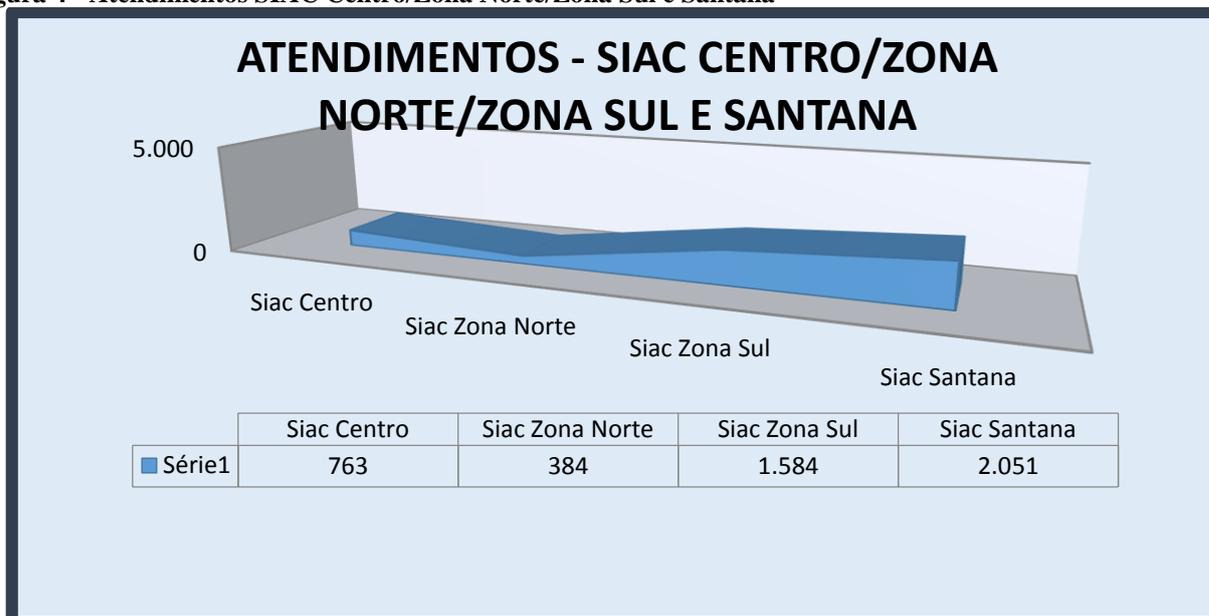
Fonte: Projeto Balcão de Direitos/DEFENAP

IV) SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – SIAC

O trabalho realizado no Super Fácil, tem a finalidade de atender com melhor qualidade e eficácia a população que procura diariamente os serviços oferecidos pela Defensoria Pública através do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão, atualmente este tipo de atendimento está sendo realizado no SIAC Centro, SIAC Zona Norte, SIAC Zona Sul e SIAC Santana. Vale ressaltar que é essencial a descentralização deste atendimento junto aos Super Fácil, facilitando a ida dos usuários que residem mais próximo destes postos, sem ter a necessidade de se deslocarem até a Sede Matriz.

Com base nos dados estatísticos obtidos no ano de 2017 foram realizados 4.782 atendimentos, apresentando um acréscimo considerável de 37,25%, com destaque para os Super Fácil de Santana seguido do Super Fácil Zona Sul. Matendo-se portanto este crescimento nos últimos anos.

Figura 4 - atendimentos SIAC Centro/Zona Norte/Zona Sul e Santana



Fonte: SIAC/GEA



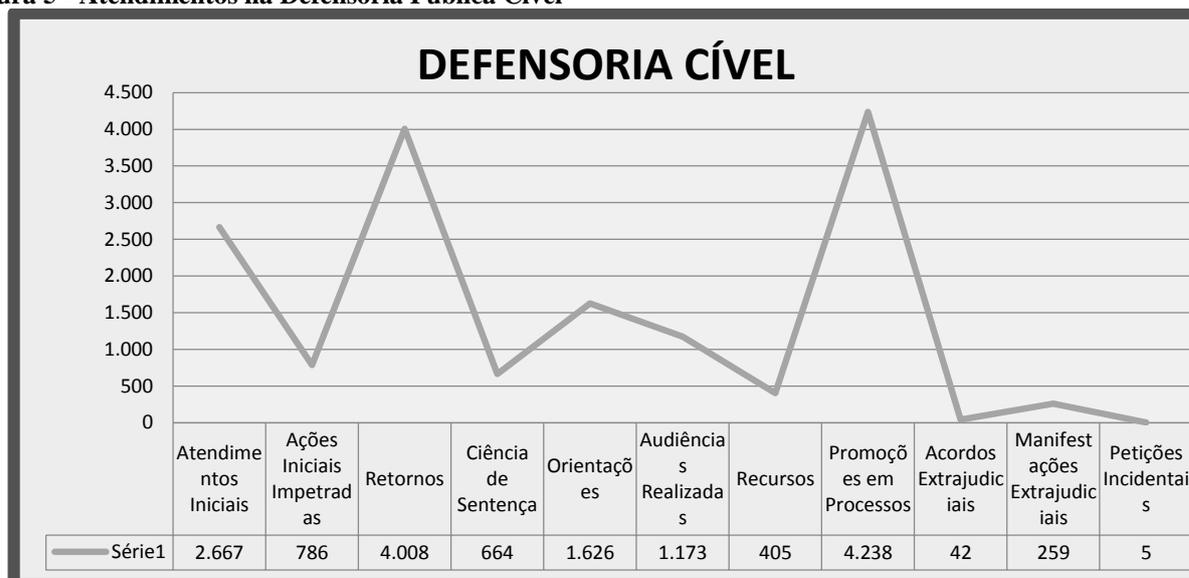
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

V) DEFENSORIA CÍVEL

A Defensoria Cível atua na Justiça Estadual, nas Varas Cíveis, Comuns, Juizados Especiais Cíveis – Central (Extensão FAMA), Juizado Sul, Juizado Norte, Juizado UNIFAP, Juizado da Fazenda Pública, Microempresa, Turma Recursal e Fluvial, Curadoria de Ausentes das seis Varas Cíveis e seus respectivos Graus de Recursos, atua também em Instituições Administrativas (Defesa, Manifestações, Estadual e Municipal). Atua na expedição de registros junto aos cartórios da Comarca de Macapá e adjacentes.

Com base nos dados apurados entre o período de janeiro a dezembro de 2017, esta Defensoria realizou 15.873 atendimentos, apresentando um considerável acréscimo de 44,35% em relação ao ano de 2016, com ênfase ao crescimento do número de atendimentos iniciais, seguidos dos retornos, ciência de sentenças, orientações, audiências realizadas e promoções em processos.

Figura 5 - Atendimentos na Defensoria Pública Cível



Fonte: Defensoria Cível/DEFENAP

VI) DEFENSORIA CRIMINAL

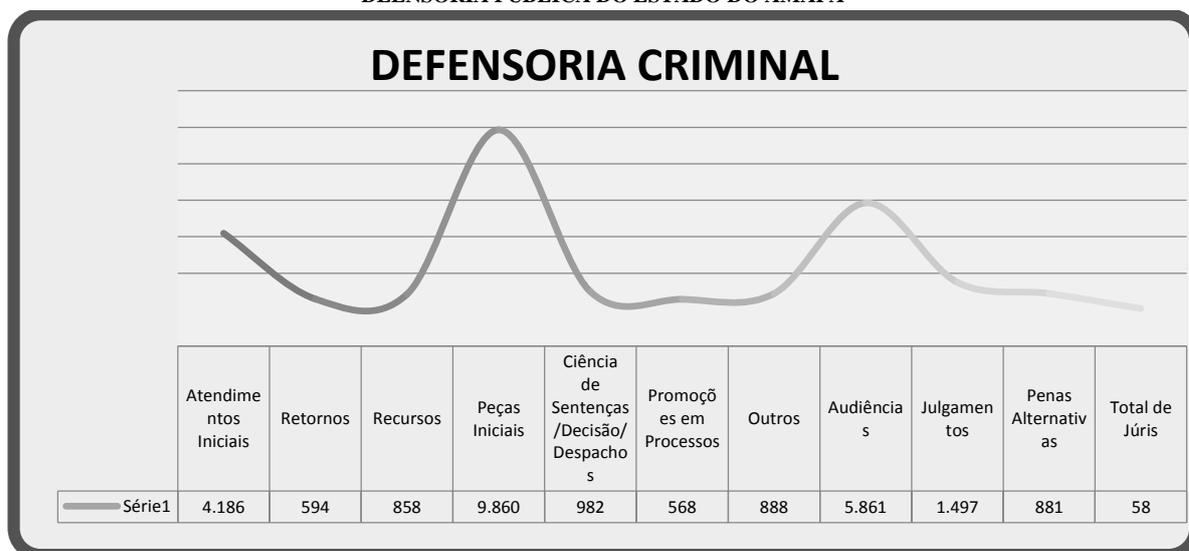
A Defensoria Criminal atua na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Vara Criminal, Juizado Especial Central Criminal, 1ª e 2ª Vara do Tribunal do Júri, Vara Única do Tribunal do Júri, Juizado de Violência Doméstica, Delegacias de Polícia, Audiências de Custódia.. É feito um trabalho de assistência jurídica, judicial e extrajudicial aos presos condenados.

Com base nos dados apurados entre o período de janeiro a dezembro de 2017, esta Defensoria realizou 26.233 atendimentos, apresentando um importante aumento de 30,29% em relação ao ano de 2016, principalmente no que tange as peças iniciais, seguidos de ciência de sentenças, audiências, julgamentos e penas alternativas.

Figura 6 - Atendimentos na Defensoria Pública Criminal



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ



Fonte: Defensoria Pública Criminal/DEFENAP.

VII) DEFENSORIA PÚBLICA DE DIREITOS AGRÁRIOS

A Defensoria Pública de Direito Agrário tem a finalidade de atender as questões relativas aos conflitos de terras agrícolas e ao homem do campo, uma vez que o problema de acesso à moradia no Estado a cada dia vem aumentando significativamente e ainda espera-se uma política habitacional suficiente ao combate desta situação.

Com base nos dados apurados no período de janeiro a dezembro de 2017 foram realizados 411 atendimentos, com um crescimento de 8,15% em relação ao ano de 2016, conforme gráfico demonstrativo abaixo.

Figura 7 - Atendimentos na Defensoria Pública de Direitos Agrários



Fonte: Defensoria Pública de Direitos Agrários/DEFENAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

VIII) DEFENSORIA PÚBLICA DE DIREITOS DIFUSOS E DAS MINORIAS

A Defensoria Pública de Direitos Difusos e das Minorias atende de forma especial as demandas decorrentes das relações de consumo dos direitos dos deficientes, homossexuais, crianças e adolescentes, índios, meio ambiente, raciais, mulher e outros direitos difusos e coletivos.

No período de dezembro a janeiro de 2017 esta Defensoria prestou 234 atendimentos, apresentando um acréscimo de 72,05% em relação ao ano de 2016.

No contexto geral, esta Defensoria inclui o Projeto Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher e o Núcleo de Atendimento a Criança e ao Adolescente, representando um número bem expressivo de 19.391 atendimentos, que será detalhado especificamente, logo a seguir.

Figura 8 - Atendimentos na Defensoria Pública dos Direitos Difusos e das Minorias



Fonte: Defensoria Direitos Difusos e das Minorias/DEFENAP.

A) NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

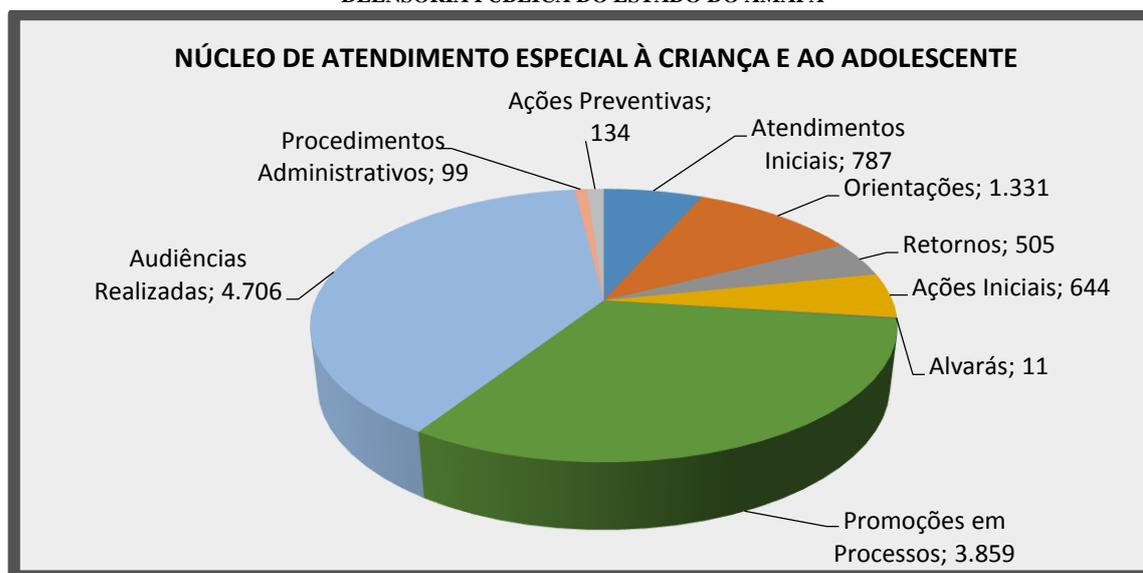
O Núcleo de Atendimento Especial à Criança e ao Adolescente está ligado diretamente a Defensoria Pública dos Direitos Difusos e das Minorias, mas funciona em outro prédio, e tem como finalidade garantir a assistência jurídica, judicial e extrajudicial para a criança e o adolescente que necessite deste atendimento. Também tem o papel de diagnosticar aquelas crianças e adolescentes que estejam envolvidos com infrações penais, proporcionando ao menor infrator toda a orientação jurídica acerca de seus direitos, acompanhando-o em órgãos judiciais e extrajudiciais da cidade de Macapá.

No período de janeiro a dezembro de 2017 este Núcleo realizou 12.076 atendimentos, apresentando um pequeno decréscimo de 4,29%, visíveis no número de atendimentos iniciais, seguidos de retornos, audiências realizadas e ações preventivas.

Figura 9 - Atendimentos no NAECA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ



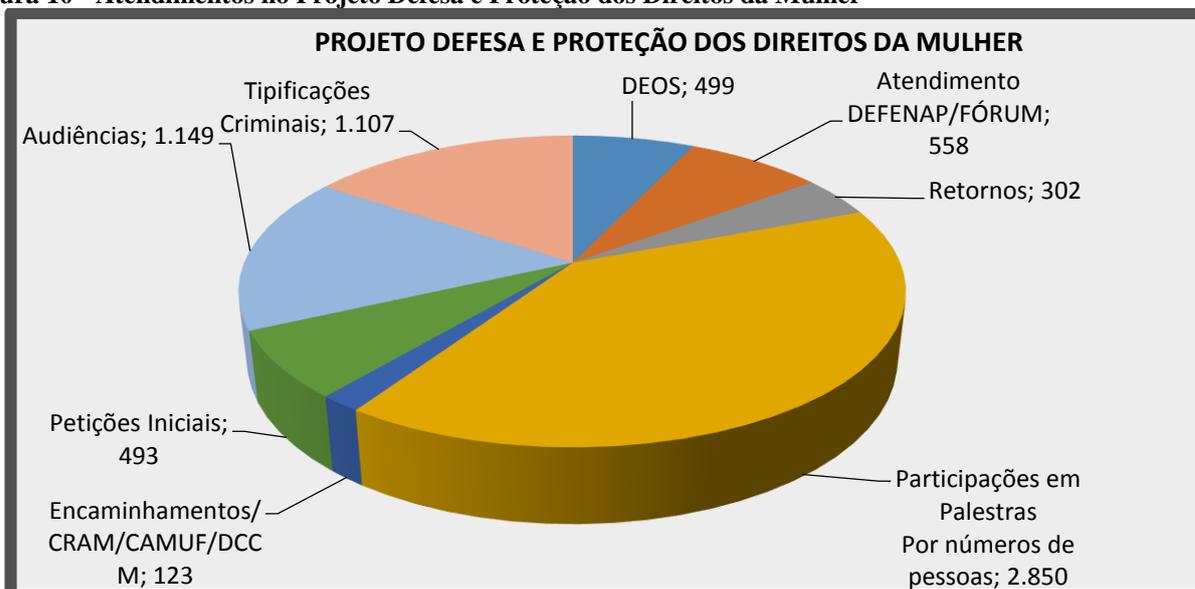
Fonte: NAECA/DEFENAP

B) PROJETO DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER

O Projeto Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher está ligado diretamente a Defensoria Pública dos Direitos Difusos e das Minorias, com vistas a atuar na prevenção e no combate, de forma sistêmica, nas diferentes formas de violência contra as mulheres, prestando assistência jurídica integral e gratuita àquelas em situação de violência ou de risco.

No período de janeiro a dezembro de 2017 este Projeto realizou 7.081 atendimentos, distribuídos conforme gráfico demonstrativo abaixo. Em relação ao ano de 2016 este Projeto apresentou um decréscimo de 28,27%, este decréscimo foi em virtude do número bem menor de participações em palestras por números de pessoas e o número de audiências.

Figura 10 - Atendimentos no Projeto Defesa e Proteção dos Direitos da Mulher



Fonte: PROJETO DEFESA DA MULHER/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

IX) DEFENSORIA PÚBLICA DE DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

A Defensoria Pública de Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa atua na defesa e proteção ao direito do idoso, sempre que tiver seus direitos violados e precisar de atendimento especializado. Esta Instituição atuará na orientação e assistência jurídica, utilizando-se de medidas judiciais, individuais e coletivas, interposta junto ao Poder Judiciário e é também responsável pela defesa técnica do idoso em qualquer instância ou Tribunal, atuando extrajudicialmente em instâncias administrativas, junto aos Órgãos Públicos e Privados.

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 esta Defensoria prestou 2.372 atendimentos, apresentando um decréscimo de 38,86% em relação ao ano de 2016, sendo que todos os itens analisados apresentarem queda, conforme gráfico demonstrativo abaixo.

Figura 11 -Atendimentos na Defensoria Pública de Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa



Fonte: Defensoria de Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa/DEFENAP.

X) DEFENSORIA PÚBLICA DE DIREITOS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

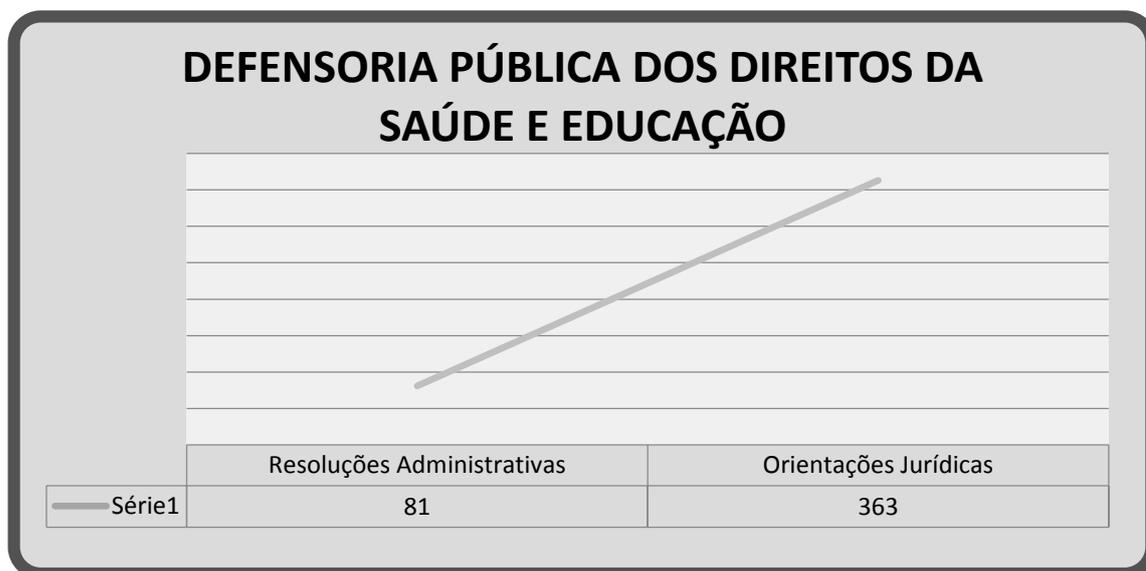
A Defensoria Pública de Direitos da Saúde e Educação tem como objetivo a representação do cidadão carente que necessite de atendimento onde o Estado falha ou se omite no dever de implementar políticas públicas para o fornecimento pleno de pessoas que necessitem do SUS (Sistema Único de Saúde). Na parte da educação esta Defensoria atua promovendo ações judiciais ou intermediações de acordos com o próprio Estado a fim de garantir o acesso à educação a quem dela necessite.

No período de janeiro a dezembro de 2017 esta Defensoria prestou 444 atendimentos, apresentando um decréscimo de 11,37% em relação ao ano de 2016.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 12 - Atendimentos na Defensoria Pública dos Direitos da Saúde e Educação



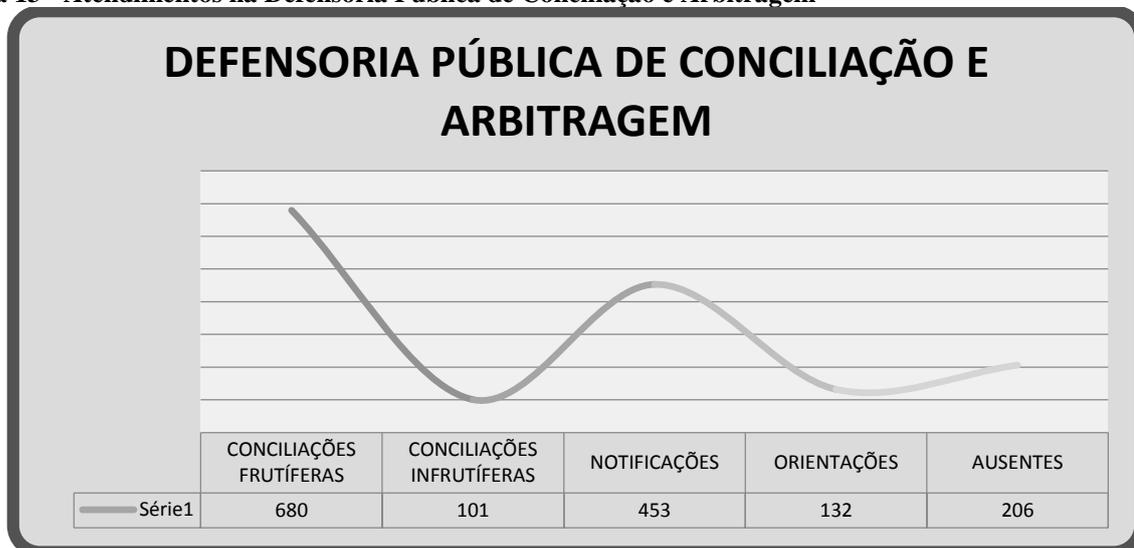
Fonte: Defensoria de Direitos da Saúde e Educação/DEFENAP.

XI) DEFENSORIA PÚBLICA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

A Defensoria Pública de Conciliação e Arbitragem tem como objetivo promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.

No período de janeiro a dezembro de 2017 foram efetuados 1.572 atendimentos, apresentando um considerável acréscimo de 122,34% em relação ao ano de 2016, demonstrando que deu certo a implementação do 1º Núcleo de Mediação e Conflito no ano de 2016, e que agora os resultados são significantes. Abaixo será demonstrado graficamente este atendimento e as conciliações frutíferas por área.

Figura 13 - Atendimentos na Defensoria Pública de Conciliação e Arbitragem

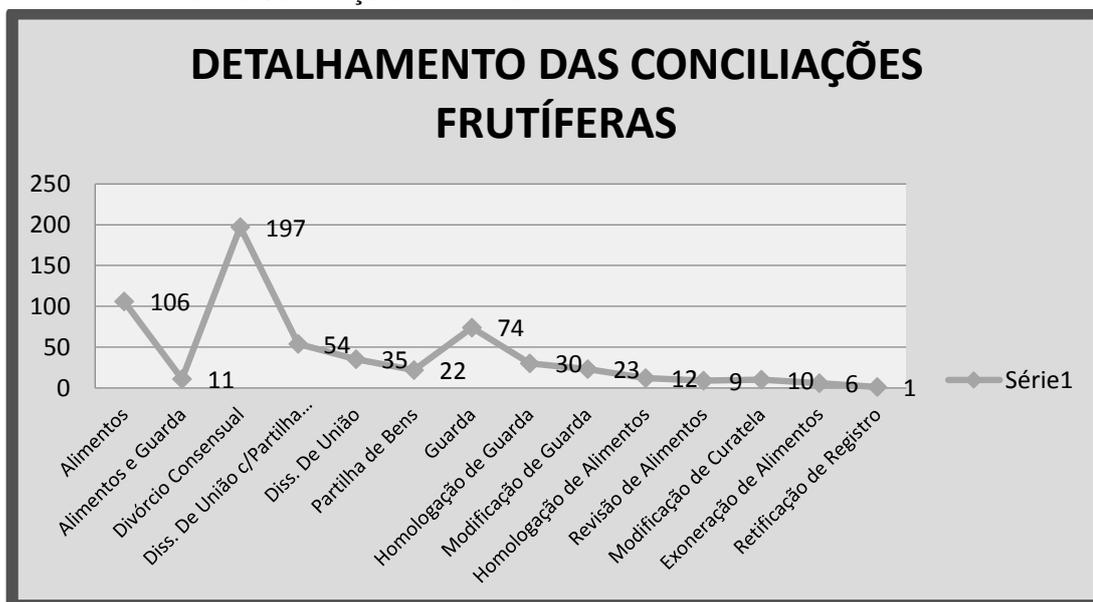


Fonte: Defensoria Pública de Conciliação e Arbitragem/DEFENAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 14 - Detalhamento das Conciliações Frutíferas



Fonte: Defensoria Pública de Conciliação e Arbitragem/DEFENAP.

XII) DEFENSORIA PÚBLICA DE EXECUÇÃO PENAL

A Defensoria da Execução Penal tem por objetivo o atendimento das demandas dos apenados que não possui recursos financeiros para constituir advogado, promovendo a defesa de seus direitos perante o Juízo de Execuções Penais, pleiteando os benefícios de progressão de regime de cumprimento de pena, para possibilitar a sua ressocialização e o seu retorno do convívio no seio social, bem como a recuperação dos direitos políticos e civis suspensos em decorrência dos efeitos da sanção penal condenatória.

No período de janeiro a dezembro de 2017 foram efetuados 17.288 atendimentos, apresentando um considerável acréscimo de 14,29% em relação ao ano de 2016, vistos praticamente em todos os itens analisados, demonstrados conforme gráfico a baixo.

Figura 15 - Atendimentos na Defensoria Pública de Execução Penal

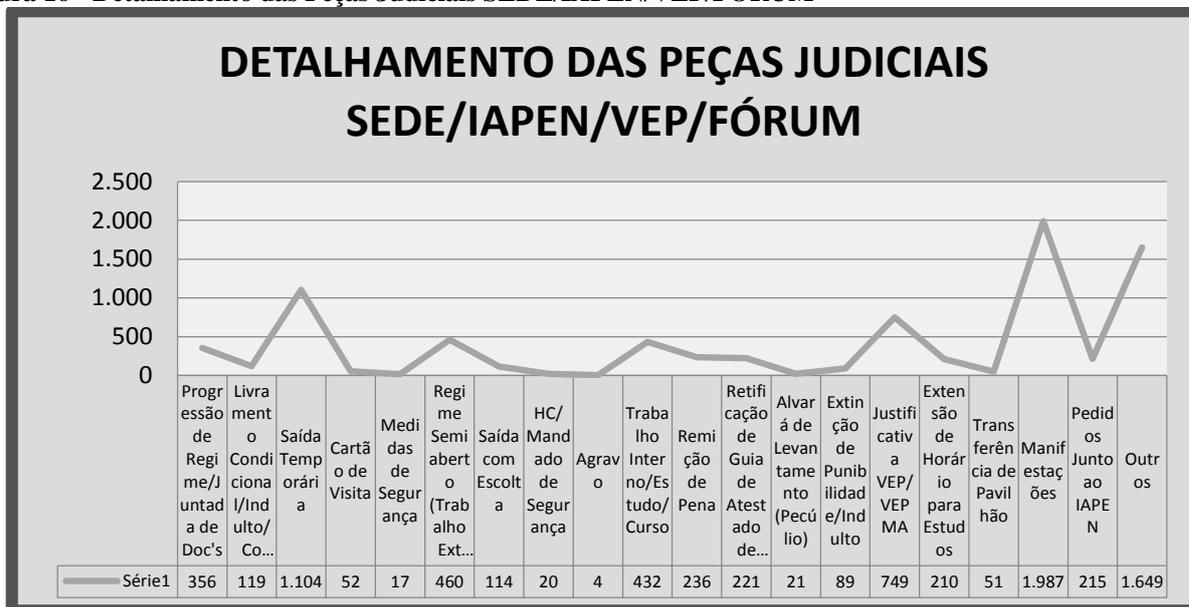


Fonte: Defensoria Pública de Execução Penal/DEFENAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 16 - Detalhamento das Peças Judiciais SEDE/IAPEN/VEP/FÓRUM



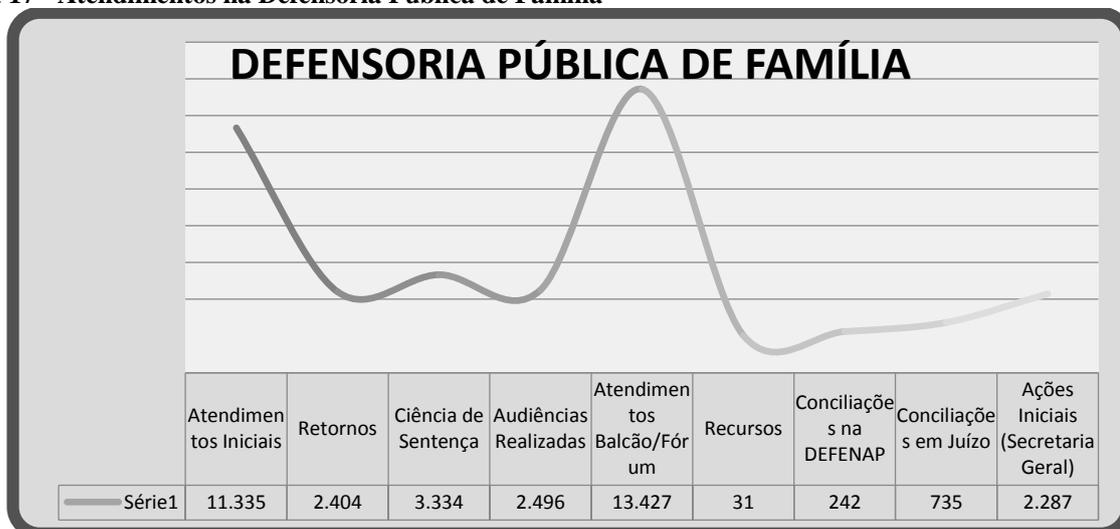
Fonte: Defensoria Pública de Execução Penal/DEFENAP.

XIII) DEFENSORIA PÚBLICA DE FAMÍLIA

A Defensoria Pública de Família atua na Justiça Estadual na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões, Vara de Conciliação e Mediação e outras ações realizadas pela Defensoria Pública com parceria com outras Instituições. Promove a proteção de direitos em conflito propondo-se, sempre que possível, solucionar os litígios sem a necessidade do ingresso de ações, por intermédio de divórcios ou dissoluções de uniões estáveis consensuais entre outras.

No período de janeiro a dezembro de 2017 foram prestados 36.291 atendimentos, apresentando um acréscimo em relação ao ano de 2016 de 3,66%, sendo que este aumento foi em virtude dos atendimentos no Balcão/Fórum, realizados por esta Defensoria.

Figura 17 - Atendimentos na Defensoria Pública de Família



Fonte: Defensoria Pública de Família/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

XIV) NÚCLEOS REGIONAIS

A Defensoria Pública atua nos Municípios do Estado, levando os serviços aos cidadãos carentes, como forma de garantir a assistência jurídica, judicial e extrajudicial, bem como a defesa em todos os graus de jurisdição. Além dos atendimentos que são realizados nas comarcas, os Defensores agem também em localidades próximas dos Municípios, levando este serviço essencial de cidadania.

A de se frisar que estes Núcleos não possuem uma estrutura física adequada e equipada para atender estes usuários, mas os servidores que atuam nas diversas comarcas não medem esforços para prestar um serviço de qualidade aos usuários, mesmo diante das dificuldades encontradas diariamente.

A Defensoria Pública atua nos Municípios do Estado, levando os serviços aos cidadãos carentes, como forma de garantir a assistência jurídica, judicial e extrajudicial, bem como a defesa em todos os graus de jurisdição. Além dos atendimentos que são realizados nas comarcas, os Defensores agem também em localidades próximas dos Municípios, levando este serviço essencial de cidadania.

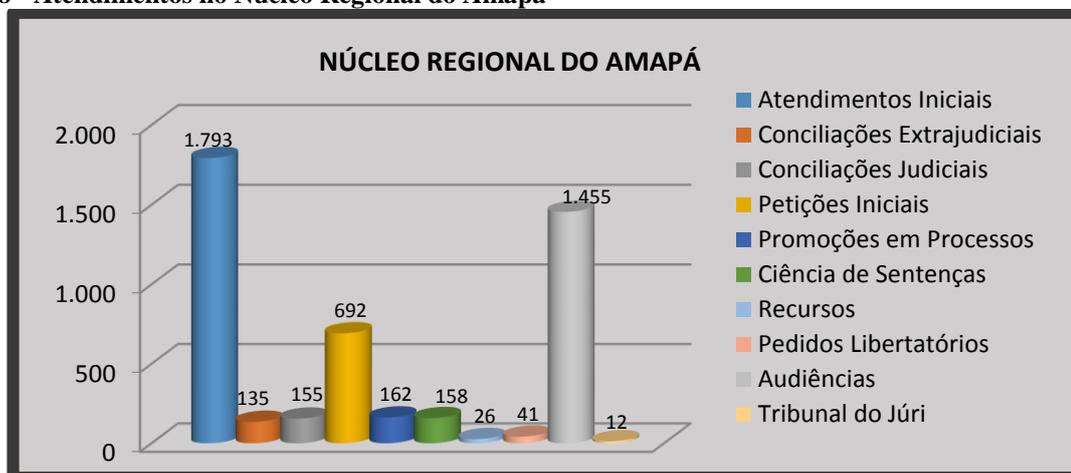
A de se frisar que estes Núcleos não possuem uma estrutura física adequada e equipada para atender estes usuários, mas os servidores que atuam nas diversas comarcas não medem esforços para prestar um serviço de qualidade aos usuários, mesmo diante das dificuldades encontradas diariamente.

No exercício de 2017 os Núcleos Regionais apresentaram os seguintes resultados, detalhados individualmente, conforme segue:

A) NÚCLEO REGIONAL DO AMAPÁ

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 4.629 atendimentos, tendo um decréscimo de 23,37% em relação ao ano de 2016. Esse decréscimo foi identificado em todas as atividades do Núcleo. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 18 - Atendimentos no Núcleo Regional do Amapá



Fonte: CNR AMAPÁ/DEFENAP

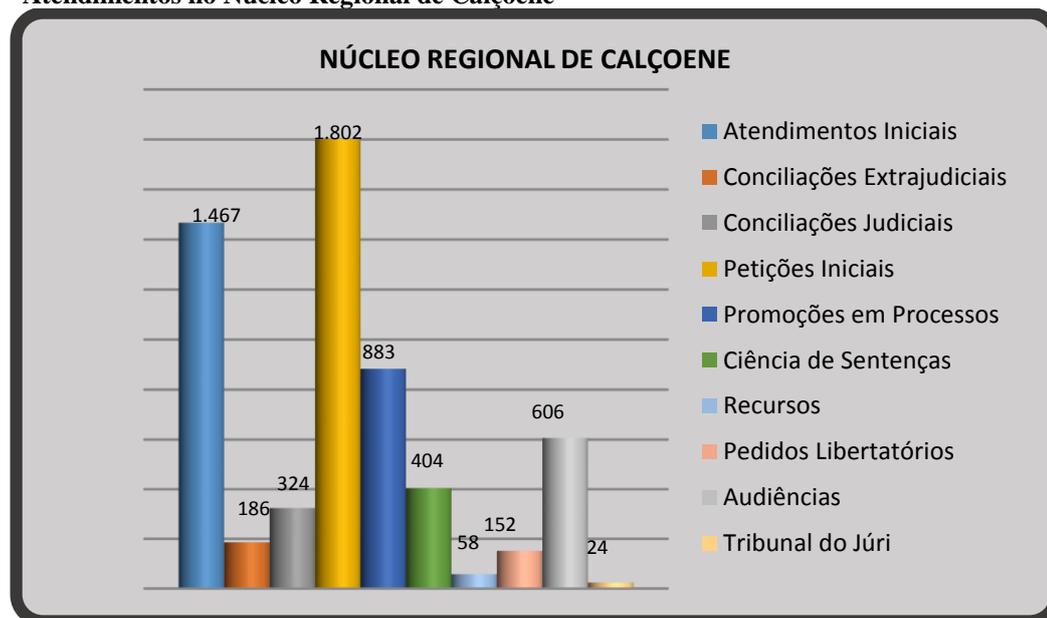


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

B) NÚCLEO REGIONAL DE CALÇOENE

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 5.906 atendimentos, tendo um acréscimo de 177,79% em relação ao ano de 2016. Esse acréscimo foi identificado nos atendimentos iniciais, promoções em processos, entre outros. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 19 - Atendimentos no Núcleo Regional de Calçoene

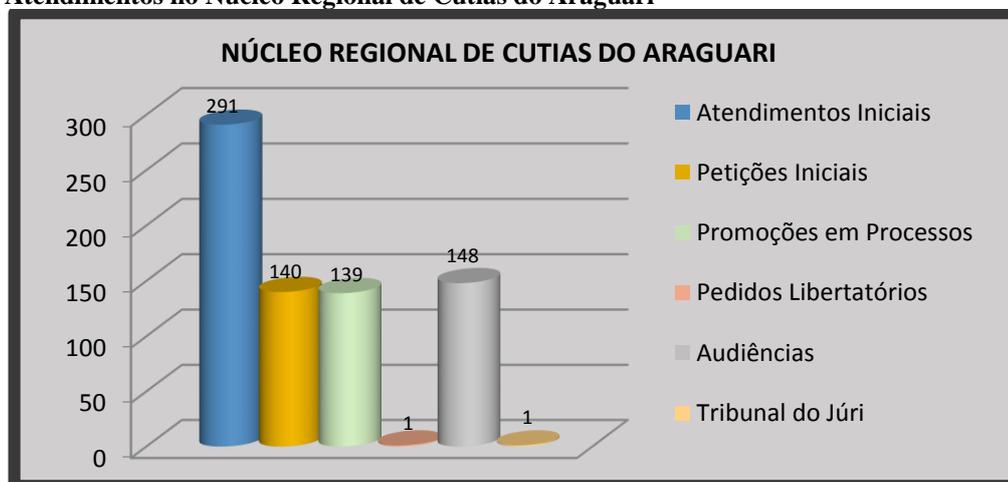


Fonte: CNR CALÇOENE/DEFENAP

C) NÚCLEO REGIONAL DE CUTIAS DO ARAGUARI

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 720 atendimentos, tendo um acréscimo de 32,11% em relação ao ano de 2016. Com uma ênfase maior nos atendimentos iniciais e nas audiências. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 20 - Atendimentos no Núcleo Regional de Cutias do Araguari



Fonte: CNR CUTIAS DO ARAGUARI/DEFENAP

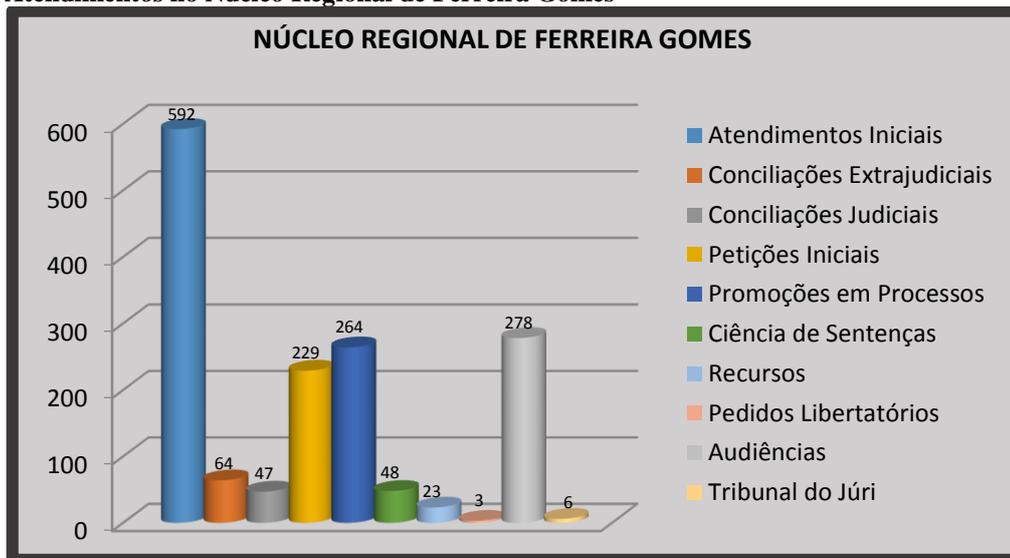


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

D) NÚCLEO REGIONAL DE FERREIRA GOMES

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 1.554 atendimentos, tendo um decréscimo de 10,27% em relação ao ano de 2016. Esse decréscimo foi identificado nos atendimentos iniciais, petições iniciais e audiências. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 21 - Atendimentos no Núcleo Regional de Ferreira Gomes

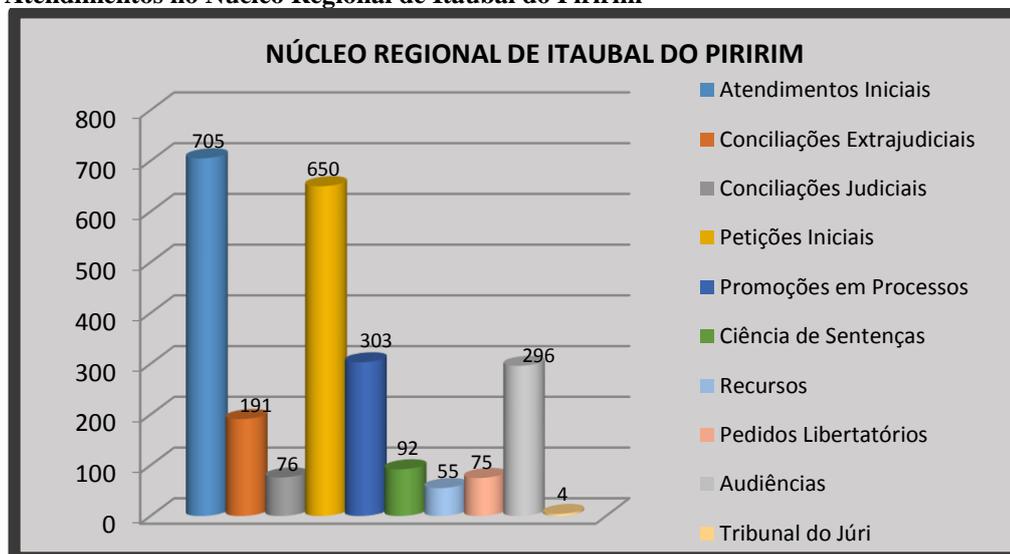


Fonte: CNR FERREIRA GOMES/DEFENAP

E) NÚCLEO REGIONAL DE ITAUBAL DO PIRIRIM

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 2.447 atendimentos, apresentando um acréscimo de 57,66% em relação ao ano de 2016. Esse decréscimo foi identificado nos atendimentos iniciais, petições iniciais e audiências. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 22 - Atendimentos no Núcleo Regional de Itaubal do Piririm



Fonte: CNR ITAUBAL DO PIRIRIM/DEFENAP

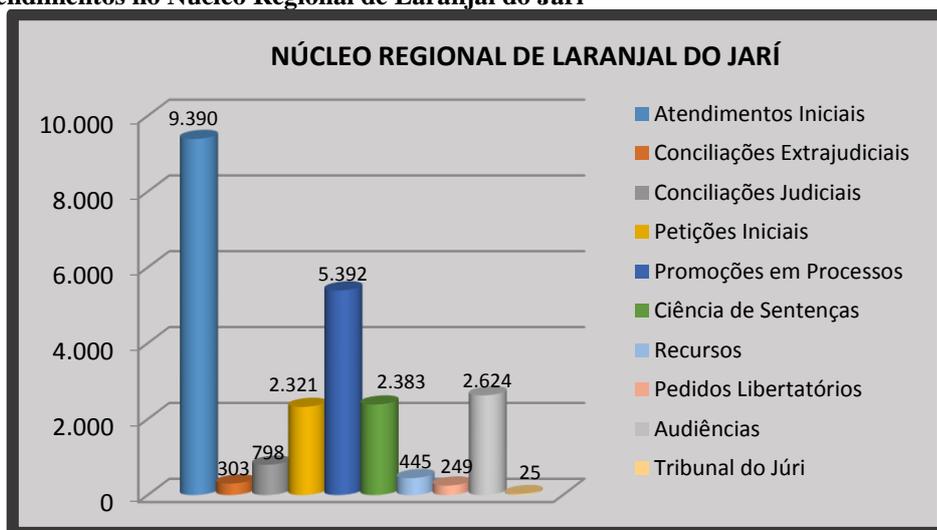


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

F) NÚCLEO REGIONAL DE LARANJAL DO JARÍ

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 23.930 atendimentos, tendo um acréscimo considerável de 84,85% em relação ao ano de 2016, com ênfase no aumento de atendimentos iniciais, seguidos de promoções em processos, ciência de sentenças e recursos. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 23 - Atendimentos no Núcleo Regional de Laranjal do Jarí

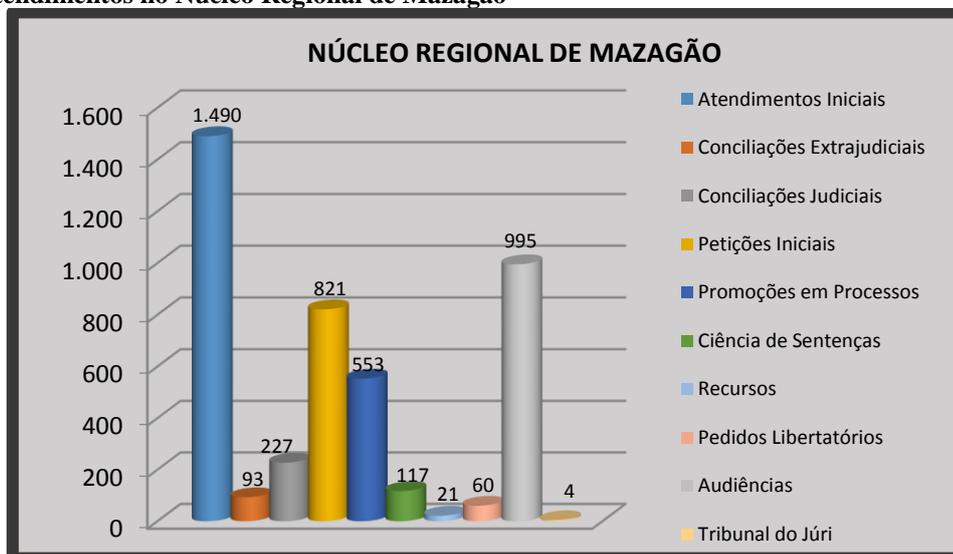


Fonte: CNR LARANJAL DO JARI/DEFENAP

G) NÚCLEO REGIONAL DE MAZAGÃO

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 4.381 atendimentos, apresentando um acréscimo considerável de 86,18% em relação ao ano de 2016, com ênfase no aumento de atendimentos iniciais, seguidos de promoções em processos, ciência de sentenças e recursos. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 24 - Atendimentos no Núcleo Regional de Mazagão



Fonte: CNR MAZAGÃO/DEFENAP

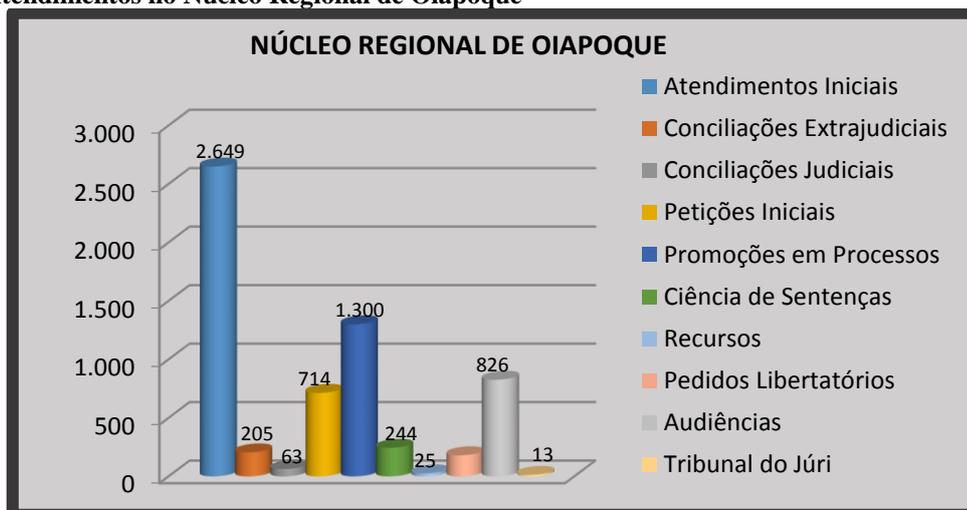


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

H) NÚCLEO REGIONAL DE OIAPOQUE

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 6.219 atendimentos, apresentando um acréscimo considerável de 66,10% em relação ao ano de 2016, com ênfase no aumento de atendimentos iniciais, seguidos de petições iniciais, promoções em processos e audiências. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 25 - Atendimentos no Núcleo Regional de Oiaoque

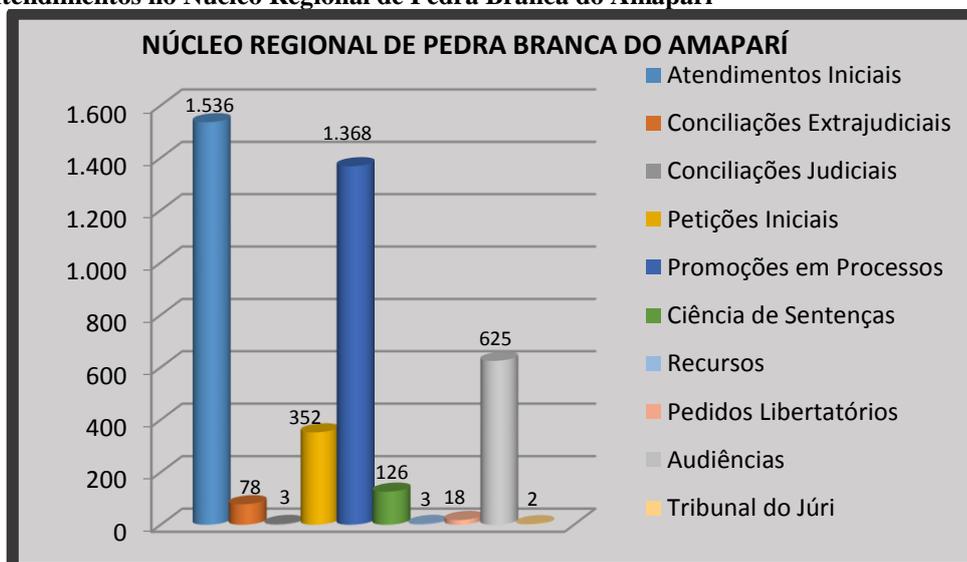


Fonte: CNR OIAPOQUE/DEFENAP

I) NÚCLEO REGIONAL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 4.111 atendimentos, apresentando um pequeno decréscimo de 8,60% em relação ao ano de 2016, com destaque desta queda nas petições iniciais, promoções em processos e audiências. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 26 - Atendimentos no Núcleo Regional de Pedra Branca do Amapari



Fonte: CNR PEDRA BRANCA DO AMAPARI/DEFENAP

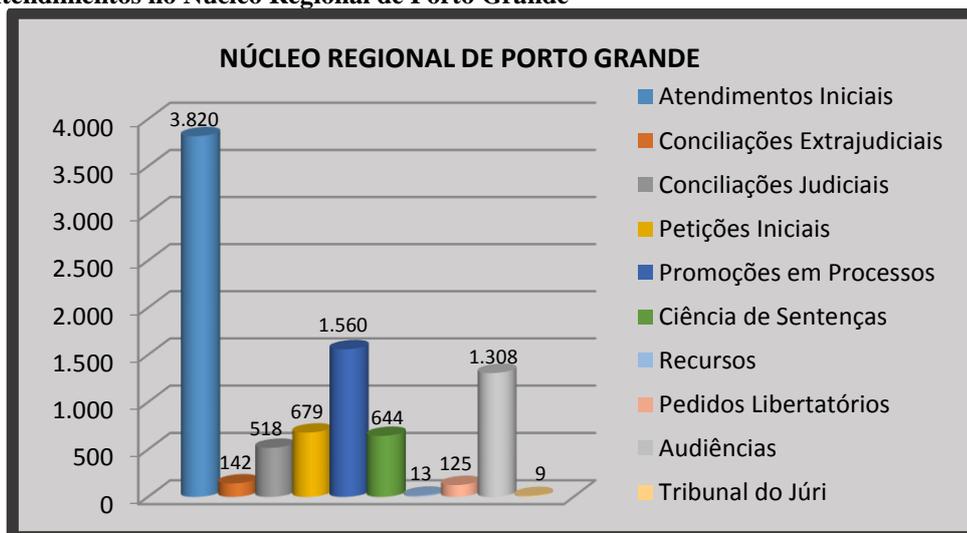


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

J) NÚCLEO REGIONAL DE PORTO GRANDE

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 8.818 atendimentos, tendo um acréscimo de 12,48% em relação ao ano de 2016, com ênfase no aumento de atendimentos iniciais, seguidos de promoções em processos, ciência de sentenças e recursos. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 27 - Atendimentos no Núcleo Regional de Porto Grande

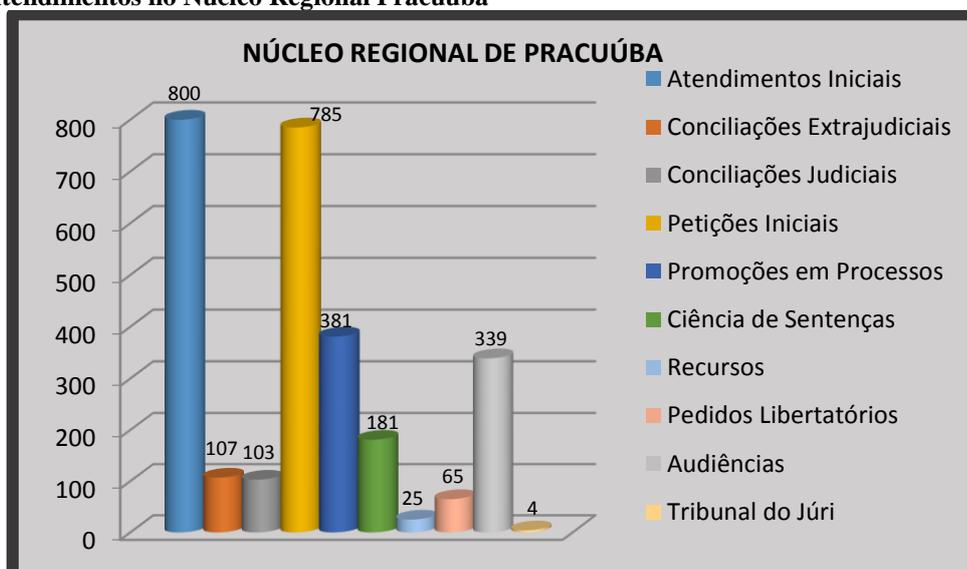


Fonte: CNR PORTO GRANDE/DEFENAP

K) NÚCLEO REGIONAL DE PRACUÚBA

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 2.790 atendimentos, apresentando um decréscimo de 24,77% em relação ao ano de 2016, sendo que todos os itens obtiveram redução. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 28 - Atendimentos no Núcleo Regional Pracuúba



Fonte: CNR PRACUÚBA/DEFENAP

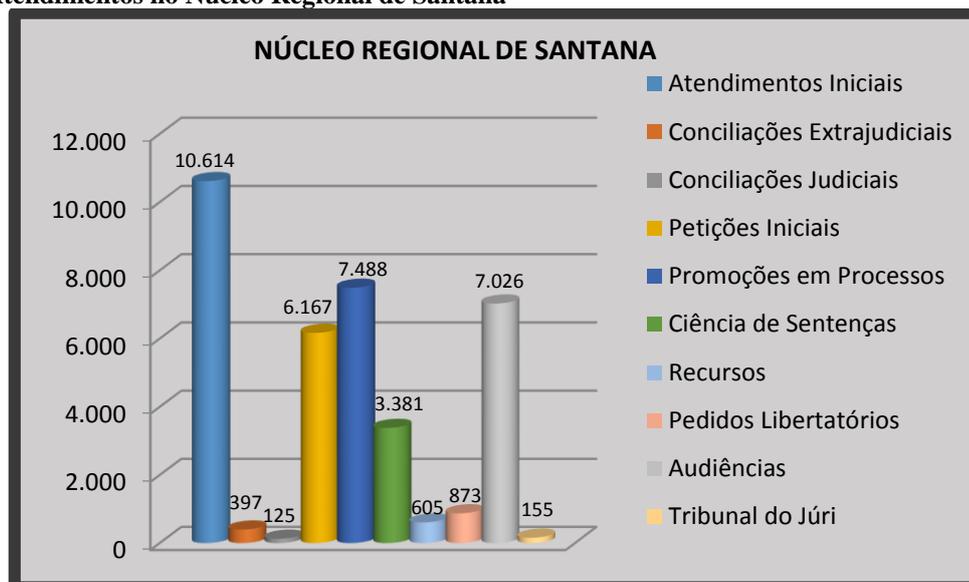


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

L) NÚCLEO REGIONAL DE SANTANA

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 36.831 atendimentos, tendo um pequeno acréscimo de 2,05% em relação ao ano de 2016, com ênfase no aumento de atendimentos iniciais, seguidos de promoções em processos e ciência de sentenças. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 29 - Atendimentos no Núcleo Regional de Santana

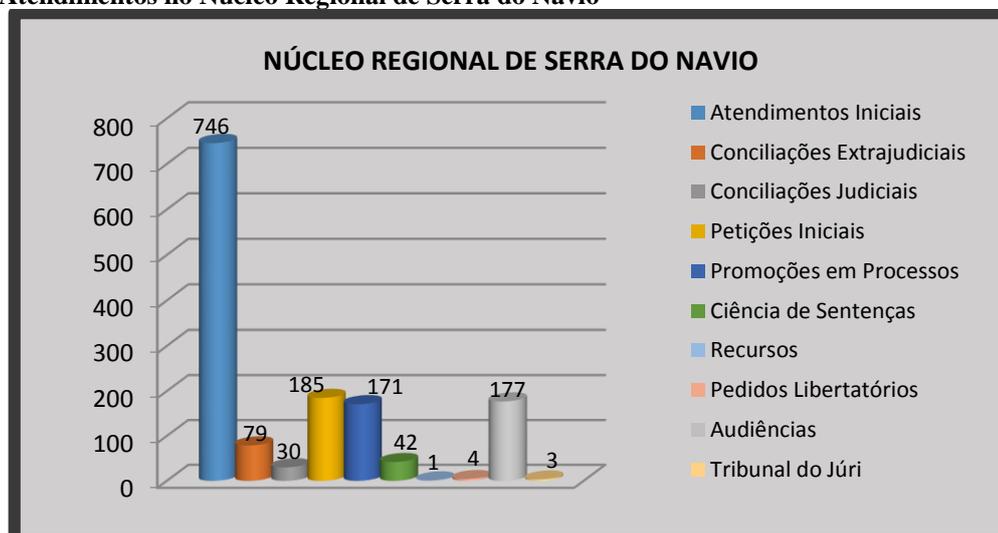


Fonte: CNR SANTANA/DEFENAP

M) NÚCLEO REGIONAL DE SERRA DO NAVIO

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 1.438 atendimentos, apresentando um decréscimo de 23,30% em relação ao ano de 2016, ressalta-se que todos os itens analisados identificaram-se declínio. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 30 - Atendimentos no Núcleo Regional de Serra do Navio



Fonte: CNR SERRA DO NAVIO/DEFENAP

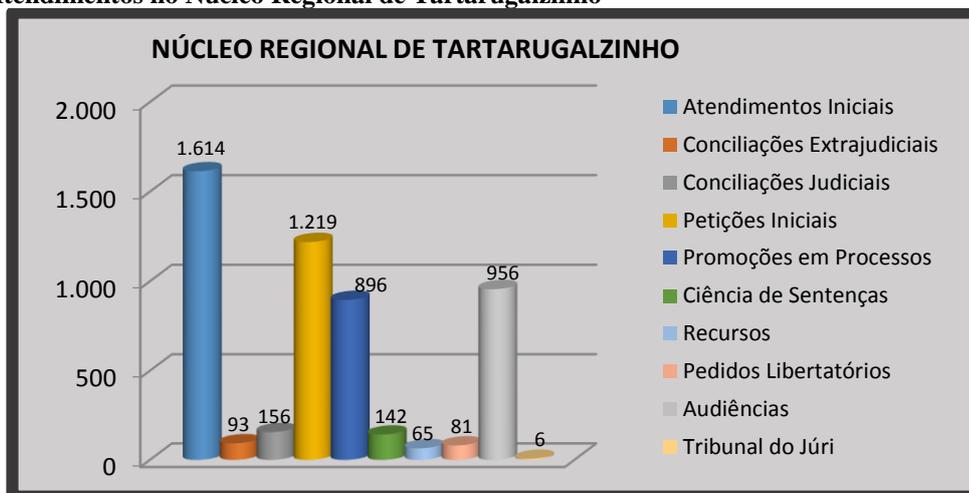


GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

N) NÚCLEO REGIONAL DE TARTARUGALZINHO

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 5.228 atendimentos, apresentando um acréscimo de 6,82% em relação ao ano de 2016, todos os itens analisados obtiveram um pequeno aumento, com exceção da ciência de sentença que esteve um pouco abaixo da média, se comparado ao ano anterior. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 31 - Atendimentos no Núcleo Regional de Tartarugalzinho

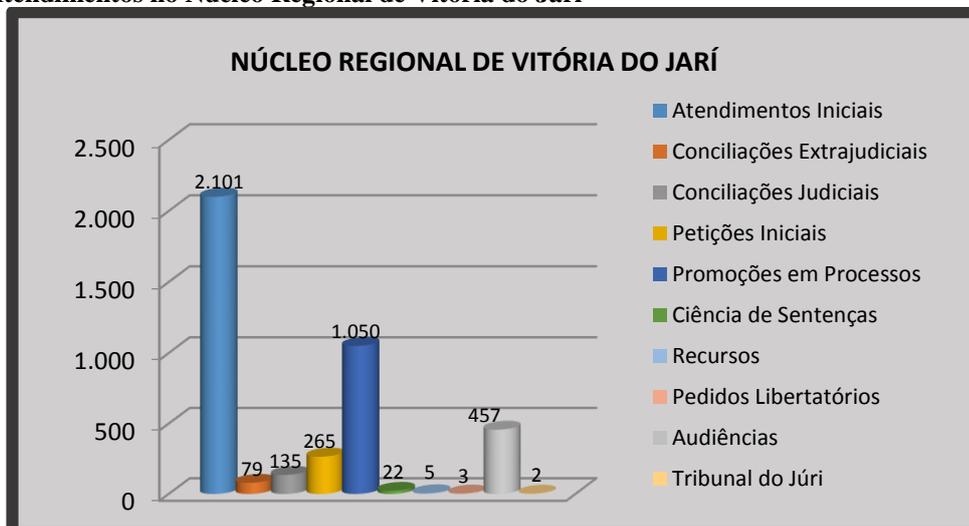


Fonte: CNR TARTARUGALZINHO/DEFENAP

O) NÚCLEO REGIONAL DE VITÓRIA DO JARI

No período de Janeiro a Dezembro de 2017 foram realizados 4.119 atendimentos, apresentando um acréscimo de 8,99% em relação ao ano de 2016, sendo que o número de atendimentos iniciais e mais as conciliações extrajudiciais e conciliações judiciais contribuíram para este aumento. Abaixo segue o gráfico demonstrativo dos atendimentos realizados na Comarca.

Figura 32 - Atendimentos no Núcleo Regional de Vitória do Jari



Fonte: CNR VITÓRIA DO JARÍ/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

12.1.3. Ação Políticas de Defesa Social

12.1.3.1. DEFENSORIA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA NOS BAIROS PERIFÉRICOS DA CAPITAL

A Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital tem como objetivo levar aos cidadãos carentes que moram em localidades distantes, serviços de assistência jurídica, principalmente aqueles cidadãos que não possuem condições de se deslocarem até a Sede da DEFENAP em busca deste atendimento.

São oferecidos serviços de assistência jurídica gratuita aos bairros periféricos da Capital, Municípios e Localidades do Estado, como forma de garantir aos cidadãos carentes, seus direitos básicos e o acesso à justiça; solucionar com celeridade os conflitos de interesses; esclarecer, como, quando e onde garantir os direitos fundamentais do cidadão; contribuir para a formação de uma consciência mais cidadã; orientar juridicamente as entidades da sociedade civil em processo organizacional; divulgar a natureza institucional e os serviços prestados pela Defensoria do Estado; também desenvolver políticas de Defesa Social através de palestras como forma de prevenção e informação acerca de seus direitos e legislação vigente para o cidadão nas áreas de saúde e educação, idosos, mulheres, crianças e adolescentes, entre outras; ampliar o número de atendimento jurídico na Capital e no interior do Estado.

No ano de 2017 esta Defensoria obteve um grande avanço social no Estado, promovendo ações e palestras nas Escolas Públicas e Particulares da Capital, levando aos alunos e a comunidade temas atuais e relevantes, dando uma visão de responsabilidade dos alunos, da família, da sociedade e a escola como instrumento de transformação social.

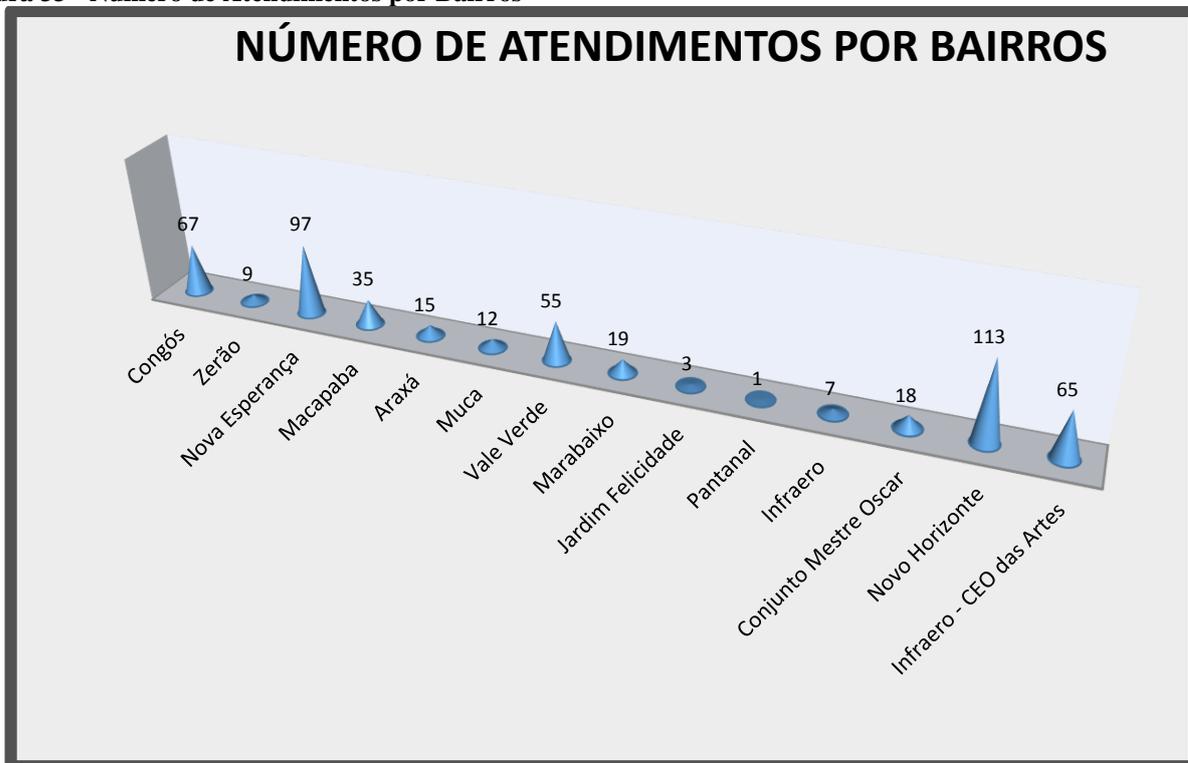
No período compreendido de janeiro a dezembro de 2017, foram realizados por esta Defensoria o total de 10.596 atendimentos, apresentando um acréscimo de 318,15% em relação ao ano de 2016. Este aumento foi em virtude do número mais freqüente de palestras nas escolas e da descentralização de atendimentos nos bairros periféricos da capital.

Abaixo, iremos demonstrar graficamente esses atendimentos por bairros, as palestras nas escolas e os itinerantes realizados durante este exercício.



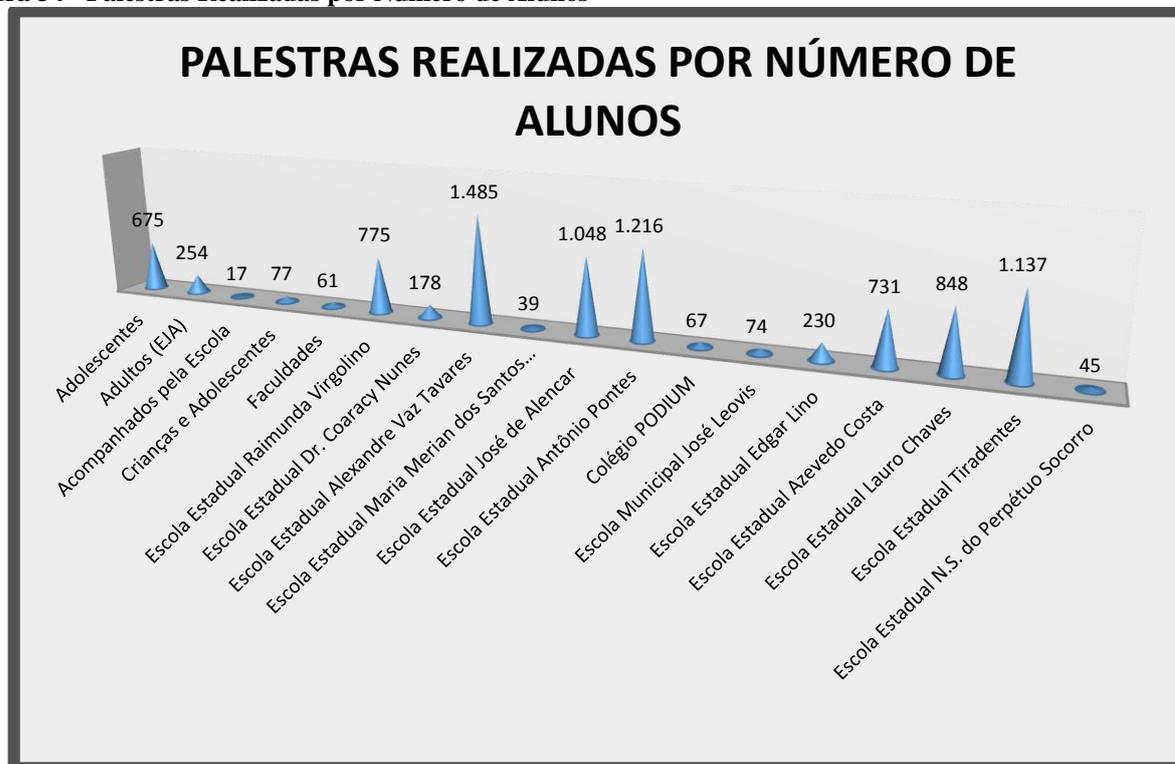
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 33 - Número de Atendimentos por Bairros



Fonte: Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital/DEFENAP

Figura 34 - Palestras Realizadas por Número de Alunos

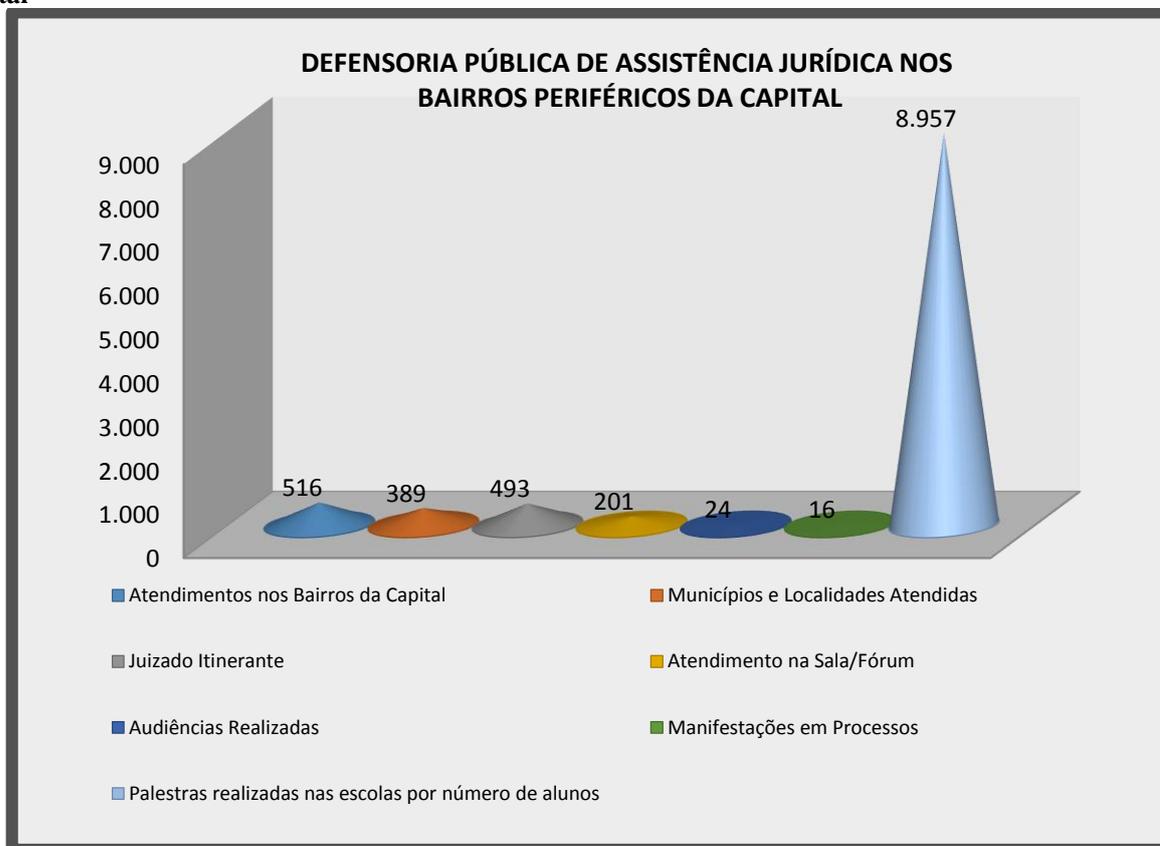


Fonte: Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 35 - atendimentos realizados pela Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital



Fonte: Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital/DEFENAP

RESUMO GERAL DE ATENDIMENTOS DAS AÇÕES ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL

No período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2017 a Defensoria Pública do Estado, prestou 247.702 atendimentos no geral.

Na Sede Central os dados foram distribuídos da seguinte forma: 137.533 atendimentos no ano de 2017, apresentando um acréscimo de 17,38% em relação ao ano de 2016, com destaque para a Defensoria Pública de Assistência Jurídica aos Bairros Periféricos da Capital, seguida da Defensoria Pública Criminal, Defensoria Pública Cível e Defensoria Pública de Conciliação e Arbitragem.

Com relação aos Núcleos Regionais, no ano de 2017 foram efetuados 110.169 atendimentos, também apresentando um acréscimo de 17,10% em relação ao ano de 2016, onde os Núcleos que mais se ressaltaram foram Núcleo Regional de Laranjal do Jarí, Mazagão, Calçoene, Oiapoque e Itaubal do Pirim.

É importante frisar, que a Defensoria superou os números obtidos em 2016, no percentual de 17,25%, distribuídos por área e municípios conforme gráficos demonstrativos abaixo, superando a meta estabelecida pelo PPA 2016-2019 que era de 189.600 atendimentos, representando um percentual de 30,64% a mais do que havia instituído.



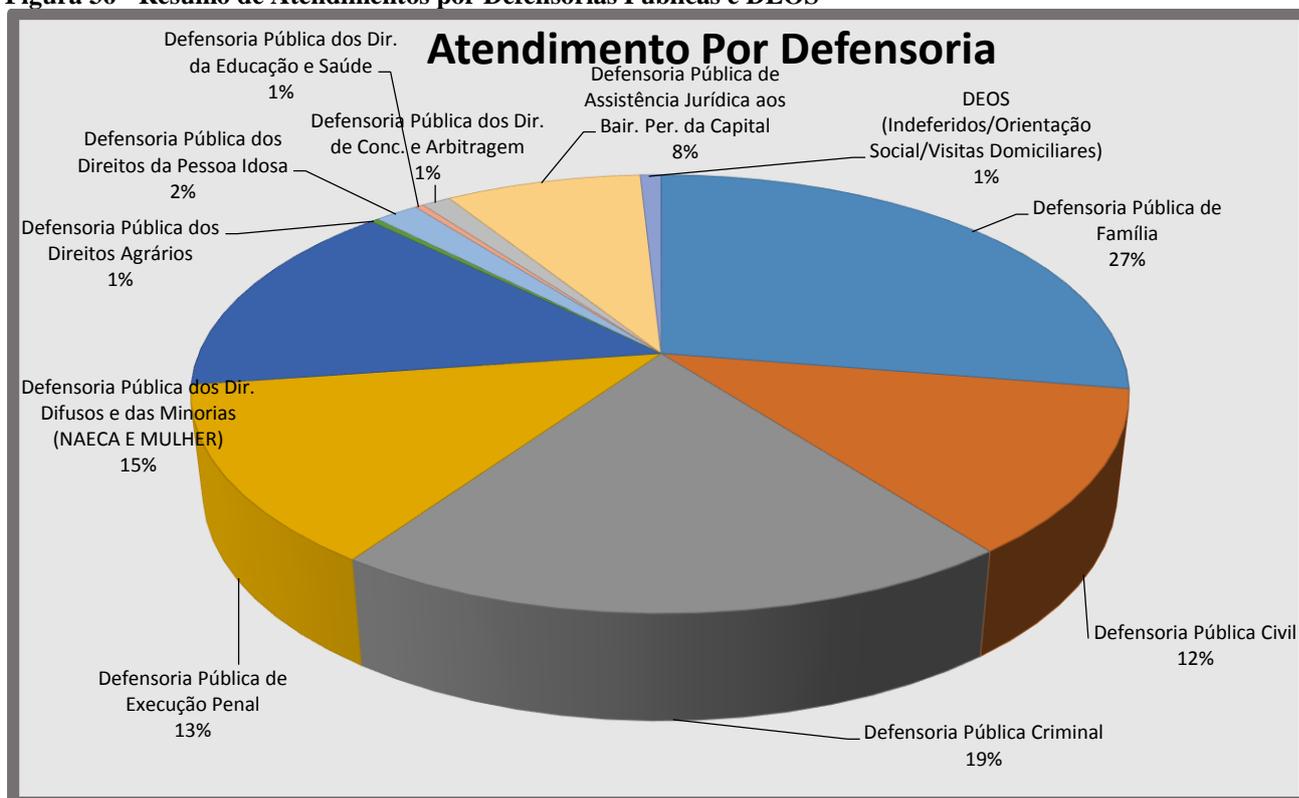
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Quadro 41 - Resumo Geral de Atendimentos das Ações Assistência Jurídica Gratuita e Políticas de Defesa Social

RESUMO GERAL DE ATENDIMENTOS DAS AÇÕES ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA E POLÍTICAS DE DEFESA SOCIAL			
DEFENSORIA		GERAL	
Defensoria Pública de Família	36.291	Defensoria Macapá	137.533
Defensoria Pública Civil	15.873	Santana	36.831
Defensoria Pública Criminal	26.233	Mazagão	4.252
Defensoria Pública de Execução Penal	17.288	Porto Grande	5.995
Defensoria Pública dos Dir. Difusos e das Minorias (NAECA E MULHER)	19.391	Ferreira Gomes	1.554
Defensoria Pública dos Direitos Agrários	411	Calçoene	5.906
Defensoria Pública dos Direitos da Pessoa Idosa	2.372	Amapá	4.629
Defensoria Pública dos Direitos da Educação e Saúde	444	Tartarugalzinho	5.228
Defensoria Pública dos Direitos de Conciliação e Arbitragem	1.572	Serra do Navio	1.438
Defensoria Pública de Assistência Jurídica aos Bairros Periféricos da Capital	10.596	Oiapoque	6.219
DEOS (Indeferidos/Orientação Social e Visitas Domiciliares)	1.127	Laranjal do Jarí	23.930
	131.598	Vitória do Jarí	4.119
		Pracuúba	2.790
		Pedra Branca	4.111
		Cutias	720
		Itaubal	2.447
PROJETOS			247.702
SIAC (Centro/Zona Norte/Zona Sul/Santana)	4.782		
Balcão de Direitos	992		
Disk Cidadania	161		
	5.935		

Fonte: DEFENSORIAS PÚBLICAS, DEOS, SIAC, NAECA, PROJETOS E NÚCLEOS REGIONAIS/DEFENAP.

Figura 36 - Resumo de Atendimentos por Defensorias Públicas e DEOS

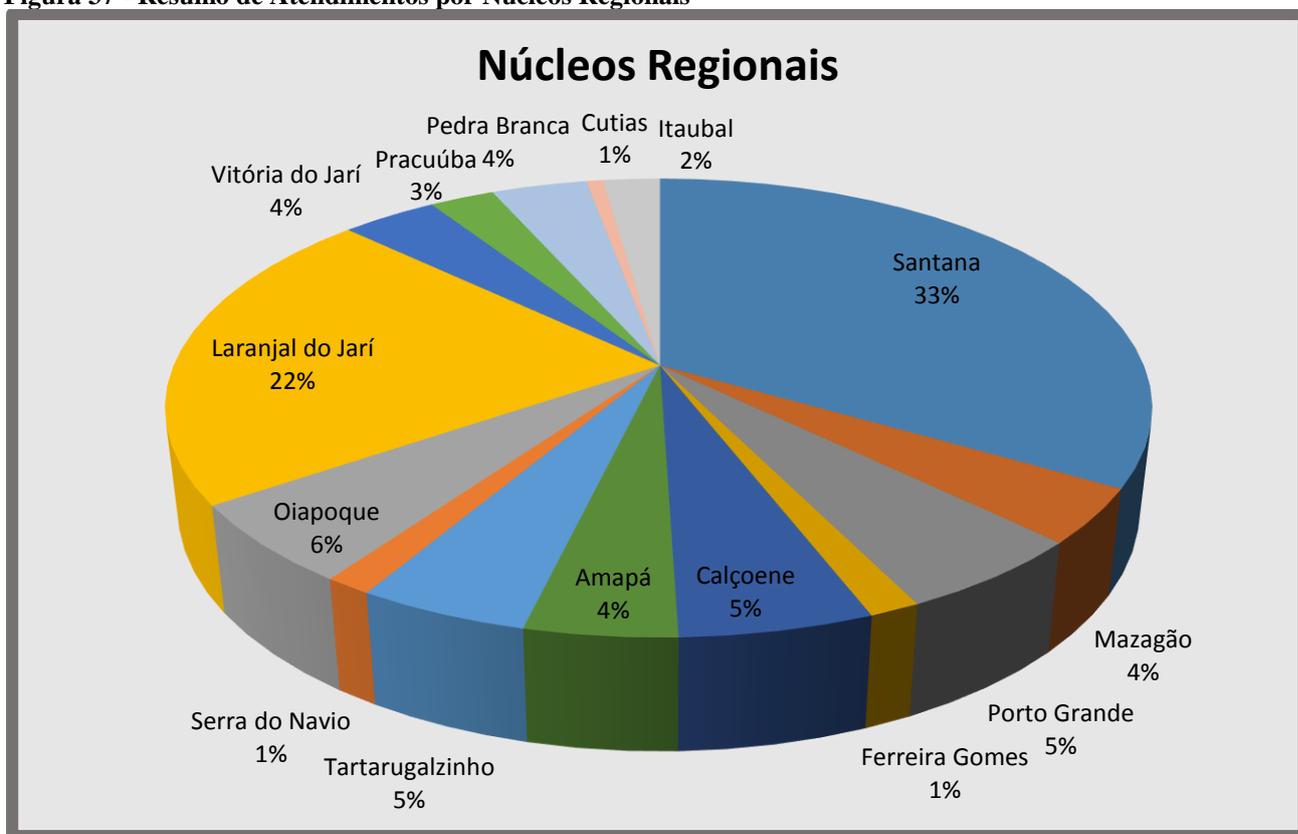


Fonte: DEFENSORIAS PÚBLICAS E DEOS/DEFENAP



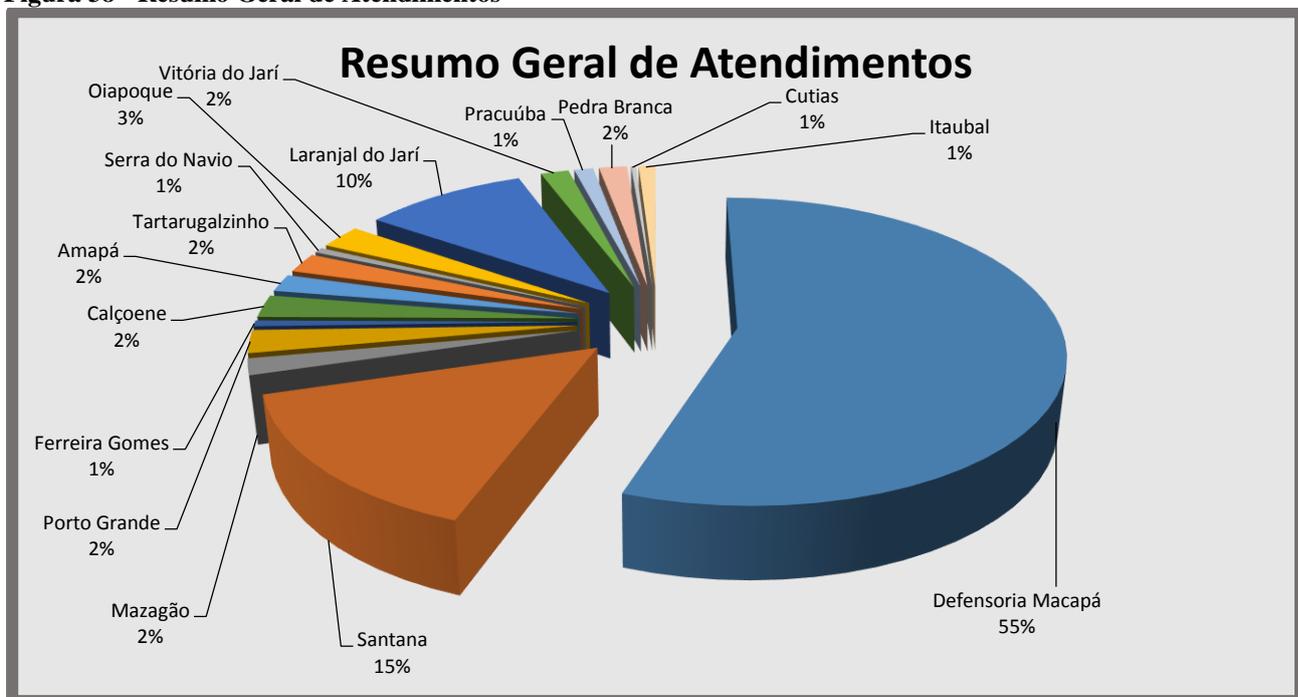
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Figura 37 - Resumo de Atendimentos por Núcleos Regionais



Fonte: NÚCLEOS REGIONAIS/DEFENAP.

Figura 38 - Resumo Geral de Atendimentos



Fonte: DEFENSORIAS PÚBLICAS, DEOS, SIAC, NAECA, PROJETOS E NÚCLEOS REGIONAIS/DEFENAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

12.1.4. Ação Manutenção da Administração na DEFENAP

Esta ação tem como finalidade proporcionar as unidades administrativas da Instituição condições necessárias ao desenvolvimento das suas atividades, tanto da sua sede central quanto das demais unidades de atuação da Defensoria.

No ano de 2017 procuramos manter as unidades da Defensoria Pública em pleno funcionamento, na sua sede central, assim como, seus Núcleos Regionais, através de contratos celebrados e prorrogados, referente a prestações de serviços, aluguéis de imóveis no Município de Porto Grande e Tartarugalzinho, contratos de emissão de Passagens Áreas; Manutenções de Veículos, Centrais de Ar, Serviços de reprografia, entre outros serviços necessários para o desenvolvimento das atividades realizados por esta Instituição. Buscando dar melhor qualidade de trabalho aos servidores que atuam nas Defensorias.

Almeja-se, para o ano de 2018 a transferência de todo o setor administrativo, assim como alguns setores jurídicos para o 2º andar do prédio, da Defensoria Pública do Estado. Desta forma, proporcionando um melhor ambiente de trabalho para os servidores, e o espaço do térreo ampliado para melhor atendimento aos nossos usuários.

As ações da Manutenção Administrativa são executadas pelos setoriais competentes e coordenadas pelo Departamento Administrativo da Defensoria Pública.

Conforme foi estabelecido no PPA 2016/2019, a Defensoria Pública do Estado do Amapá, usa como indicador nas Ações, Assistência Jurídica Gratuita e Ações de Políticas Sociais o número de atendimentos realizados (cidadãos atendidos) pela DEFENAP, e para a Manutenção da Administração o número de unidades administrativas mantidas.



CONCLUSÕES

Apesar da Defensoria Pública do Estado do Amapá não possuir um planejamento estratégico, trabalhou-se dentro das metas e ações estabelecidas no PPA 2016-2019, alcançado objetivos que foram traçados para este ano.

Os resultados obtidos nas ações foram alcançados, conseguimos atingir a meta estabelecida em número de atendimentos, nas ações políticas de defesa social e na assistência jurídica gratuita, ultrapassando assim em 30,64%.

Foi um ano bem melhor em relação ao ano de 2016, houve um acréscimo de 54,44% dos recursos orçamentários, mas mesmo com este acréscimo no orçamento, teve-se o contingenciamento de 50%, limitando assim a Instituição na execução de suas atividades.

Mesmo diante da crise ao qual não só o país enfrenta, assim como, o Estado do Amapá, a Defensoria Pública, apesar de suas limitações orçamentárias e financeiras, não mediu esforços para ampliar sua atuação judicial, extrajudicial, levando este atendimento aos cidadãos carentes de norte a sul do Estado do Amapá.

O grande destaque do ano de 2017 foi o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital, onde no PPA está inserida na Ação Políticas de Defesa Social, no ano de 2017 esta Defensoria realizou 10.596 atendimentos, apresentando um acréscimo de 318,15% em relação ao ano de 2016. Este relevante aumento foi em virtude do relevante aumento de palestras nas escolas da rede pública e privada do Estado, descentralizando o atendimento para os bairros e localidades do Estado.

A Defensoria, através da Defensoria Pública de Assistência Jurídica nos Bairros Periféricos da Capital, obteve um grande avanço social no Estado, promovendo ações e palestras nas Escolas Públicas e Particulares da Capital, levando aos alunos e a comunidade temas atuais e relevantes, dando uma visão de responsabilidade dos alunos, da família, da sociedade e a escola como instrumento de transformação social.

Ainda não foi possível reestruturar o Núcleo de Informática, com equipamentos modernos, com o intuito de viabilizar programas de controles, de videoconferências e reestruturação da rede; Assim como, fortalecer os Núcleos Regionais e a Sede Central com aquisições de mais equipamentos e materiais permanentes.

Outro ponto não positivo é a falta de disponibilização de recursos e/ou parcerias para a reforma Geral do Prédio da Defensoria Pública – Sede, e reforma ampliação e/ou construções das Defensorias Públicas dos seus Núcleos Regionais.

Mesmo diante das dificuldades encontradas, a Defensoria Pública do Estado não mediu esforços para fazer cumpri-las, dentro das funções previstas em lei, seu papel na sociedade. Todo esse empenho é fruto dos nossos defensores, servidores e colaboradores da Instituição, a fim de levar ao cidadão carente assim considerado na forma da Lei, um atendimento jurídico, judicial e extrajudicial de excelência no Estado do Amapá.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

ANEXOS

CONTRATO/ CONVÊNIO	TERMO ADITIVO	FAVORECIDO/OBJETO	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL	VALOR MENSAL	PUBLICAÇÃO
Cessão de Uso 002/2016	-	GEAXTJAP Cessão gratuita ao GEA do imóvel localizado na Av. B-1, 17 - Vila Amazonas/Santana, pertencente ao TJAP, cuja finalidade é instalação do Núcleo Regional da DEFENAP.	12.12.2016	11.12.2017	-	-	DJ nº 226/2016
Convênio 001/2013	-	UNIÃO DE FACULDADE DO AMAPÁ LTDA FAMAP - Estágios Supervisionados	12.03.2013	12.03.2018	Sem ônus p/Estado	Sem ônus p/Estado	DOE nº 5444 10.04.2013
Contrato 001/2016	-	V.CAMPOS COSTA - ME - prestação de serviços de limpeza e de conservação.	03.02.2016	03.01.2017	239.851,04	21.804,64	DOE nº 6138 16.02.2016
-	1º Termo Aditivo ao Contrato 001/2016	V.CAMPOS COSTA - ME - prestação de serviços de limpeza e conservação	03.01.2017	03.01.2018	261.655,58	21.804,64	DOE nº 6351 02.01.2017
Contrato 002/2016	-	A. DA PAIXAO ALMEIDA - ME - reprografia 60 mil cópias mensais	22.03.2016	22.03.2017	64.800,00	5.400,00	DOE nº 6166 29.03.2016
-	1º Termo Aditivo ao Contrato 002/2016	A. DA PAIXAO ALMEIDA-ME - reprografia 60 mil cópias mensais	23.03.2017	23.03.2018	64.800,00	5.400,00	DOE nº 6404 20.03.2017
Contrato 003/2016	-	Rita de Cássia de Oliveira - aluguel de imóvel no Município do Porto Grande	01.09.2016	30.08.2017	13.200,00	1.100,00	DOE nº 6296 06.10.2016
-	1º termo aditivo ao Contrato 003/2016	Rita de Cássia de Oliveira - aluguel de imóvel no Município do Porto Grande	02.09.2017	02.09.2018	13.200,00	1.100,00	DOE nº 6535 02.10.2017



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

CONTRATO/ CONVÊNIO	TERMO ADITIVO	FAVORECIDO/OBJETO	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL	VALOR MENSAL	PUBLICAÇÃO
Termo de Cooperação Técnica	-	Defensoria Pública do Estado do Pará - transferência de tecnologia de sistemas da informação e programas de informática (softwares) por meio de cessão recíproca de códigos-fontes, a utilização de espaços comuns para realização de eventos, palestras, cursos e seminários destinados a transferência de tecnologia de informação e a cessão e/ou disponibilização de servidores das instituições para o desenvolvimento de atividades de fortalecimento e modernização da gestão de ambas as partícipes.	01.01..2017	31.12.2019	Sem ônus	Sem ônus	-
Convênio Federal 840974/2016	-	Ministério da Justiça e Cidadania	31.12.2016	01.12.2017	204.619,80	-	DOU n° 10 13.01.2017
-	1º termo aditivo ao Convênio Federal n° 840974/2016	Ministério da Justiça e Cidadania	02.12.2017	01.12.2018	-	-	DOU n° 110 30.11.2017
Contrato 004/2016	-	Ética Turismo Viagens Receptivos Ltda. - ME - agenciamento para reserva, emissão, remarcação, fornecimento, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais	28.11.2016	28.11.2017	31.187,52	-	DOE n° 6329 29.11.2016
Carta Contrato 001/2017	-	VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP	03.07.2017	03.07.2018	90.613,20	-	DOE n° 6495 03.08.2017



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

CONTRATO/ CONVÊNIO	TERMO ADITIVO	FAVORECIDO/OBJETO	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR GLOBAL	VALOR MENSAL	PUBLICAÇÃO
Contrato 001/2017	-	E.P.S LTDA-EPP; serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização da DEFENAP.	15.05.2017	15.05.2018	150.000,00	-	DOE nº 6444 19.05.2017
Contrato 002/2017	-	ALL LUK SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA EPP, serviços de manutenção preventiva e corretiva no fornecimento de peças e acessórios originais ou genuínos, nos veículos desta DEFENAP.	01.06.2017	01.06.2018	140.000,00	-	DOE nº 6465 20.06.2017 Retificado DOE nº 6473 05.07.2017
Contrato 003/2017	-	N. B. ROSA SOUZA - ME - aquisição de material permanente	03.07.2017	03.07.2018	28.733,32	-	DOE nº 6487 21.07.2017
Contrato 004/2017	-	A. N. GOMES - ME - gêneros alimentícios.	01.08.2017	31.07.2018	18.475,00	-	DOE nº 6495 03.08.2017
Contrato 005/2017	-	J. M. VIAGENS E TURISMO LTDA - ME - emissão de bilhetes de passagens aéreas.	08.08.2017	07.08.2018	160.317,65	-	DOE nº 6503 15.08.2017
Contrato 006/2017	-	SAMUEL NUNES PEREIRA - aluguel de imóvel no Município de Tartarugalzinho/AP.	01.11.2017	01.11.2018	18.000,00	1.500,00	DOE nº 6555 01.11.2017
Cessão de Uso nº 002/2016 -TJAP	-	GEAXTJAP Cessão gratuita ao GEA do imóvel localizado na Av. B-1, 17 - Vila Amazonas/Santana, pertencente ao TJAP, cuja finalidade é instalação do Núcleo Regional da DEFENAP.	12.12.2016	11.12.2017	-	-	DJ nº 226/2016
Contrato 008/2017	-	LFN COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA - aquisição de mat. Perman.	29.11.2017	29.11.2018	15.669,97	-	DOE nº 6580 13.12.2017
Contrato 009/2017	-	R.G de Andrade Eireli - ME - aquisição de material permanente	29.11.2017	29.11.2018	22.998,60	-	DOE nº 6580 13.12.2017
Termo de Permuta 001/2017	-	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	14.11.2017	-	-	-	DJ nº 221 07.12.2017

Fonte: UCC/DEFENAP.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

DECLARAÇÃO

Eu, Kelly Marilyn Costa Cardoso, CPF nº 865.669.202-00, Chefe da Unidade de Contratos e Convênios declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres até o exercício de 2017 por esta Unidade estão atualizadas, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá, 15 de março de 2017.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Kelly Cardoso', written over a circular stamp.

Kelly Cardoso
865.669.202-00

Chefe da Unidade de Contratos e Convênios



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ



Governo do Estado do Amapá
Defensoria Pública do Estado do Amapá
Comissão Permanente de Licitação

Eu, Monica Priscila Lima Pires, CPF: 591.130.732-49, Presidente da Comissão Permanente de Licitação declaro junto ao órgão de controle interno e externo, todas as informações referentes as licitações congêneres até o exercício de 2017 por esta Comissão esta atualizada, conforme estabelece Lei e Diretrizes Orçamentárias do exercício 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá 22 de março de 2018.

Monica Priscila Lima Pires
Presidente CPL/DEFENAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

ROL DOS RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA: Defensoria Pública do Estado do Amapá

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: HORÁCIO MAURIEN FERREIRA DE MAGALHÃES

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade

(Art. 10 da IN TCE/AP 01/2017) Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada

Nome do Cargo ou Função: Defensor Público Geral do Estado

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Fim
Decreto nº 0022	02/01/2015	-	-	01/01/2017	31/12/2017

UNIDADE JURISDICIONADA: Defensoria Pública do Estado do Amapá

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: EDUARDO DOS SANTOS TAVARES

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO

Natureza de Responsabilidade

(Art. 10 da IN TCE/AP 01/2017) Dirigente Máximo da Unidade Jurisdicionada

Nome do Cargo ou Função: Subdefensor Público Geral

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
Nome e Número	Data	Nome e Número	Data	Início	Fim
Decreto nº 0023	02/01/2015	-	-	01/01/2017	31/12/2017



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECRETO Nº 0086 DE 02 DE JANEIRO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 119, inciso III, da Constituição do Estado do Amapá, c/c a Lei Complementar nº 0086, de 25 de junho de 2014,

RESOLVE:

Nomear Horácio Maurício Ferreira de Magalhães para exercer o cargo em comissão de Defensor Público-Geral do Estado, a contar de 1º de janeiro de 2015.

Macapá, 02 de janeiro de 2015

ANTÔNIO VALDEZ GOÊS DA SILVA
Governador

SOFFMAN BY 18.2015

Publicado(s) no Diário Oficial
nº 2832 de 02/01/15



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
DEENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECRETO N° 0083 DE 08 DE JANEIRO DE 2015

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá, c/c a Lei Complementar n° 0086, de 25 de junho de 2014,

RESOLVE:

Nomear Eduardo dos Santos Tavares para exercer o cargo em comissão de Subdefensor Público-Geral, Código SDP, da Defensoria Pública do Estado do Amapá, a contar de 1° de janeiro de 2015.

Macapá, 08 de janeiro de 2015


ANTÔNIO VALDEZ GÓES DA SILVA
Governador

08/01/2015